



Montepio
Crédito

RELATÓRIO E CONTAS
ANUAIS 2016

Ao Acionista Único,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração do Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A., vem submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão, Balanço e Contas relativos ao exercício de 2016.

ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO
3. PRINCIPAIS INDICADORES DE ATIVIDADE
4. PRINCIPAIS EVOLUÇÕES DO MERCADO
5. PRINCIPAIS LINHAS ESTRATÉGICAS
6. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO
7. POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO
8. RECURSOS HUMANOS
9. MARKETING
10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
11. ESTRUTURA E PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO
12. NOTAS FINAIS E RECONHECIMENTOS

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

RENDIBILIDADE

- Excluindo o efeito não-recorrente da operação de titularização de NPLs registado em 2015, o Resultado Antes de Impostos aumentou, entre 2015 e 2016, de 5,6 para 5,8 milhões de euros (12,4 milhões de euros em 2015, considerando o referido efeito);
- A Margem Financeira aumentou 50,8% entre 2015 e 2016, de 11,4 para 17,0 milhões de euros.
- Excluindo o efeito não-recorrente da operação de titularização de NPLs registado em 2015, o Produto Bancário aumentou 19,1% (redução de 37,8% incluindo esse efeito).
- A rentabilidade de capitais próprios (ROE) atingiu os 13,9%;
- A rentabilidade do ativo (ROA) foi de 1,2%.

SOLIDEZ

- Reforço dos capitais próprios em +14,6% e dos fundos próprios em +2,8%;
- O rácio de capital total atingiu 12,5% (13,6 % em 2015), devido à diminuição dos fundos próprios provocada pela redução, para efeitos prudenciais, do valor das obrigações subordinadas.
- O rácio de *common equity tier 1* (igual ao *core tier 1*) apresentou uma evolução positiva de 0,4 p.p., passando de 10,9%, em 2015, para 11,3%.

QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO

- O rácio de crédito com incumprimento reduziu-se em 1,2 p.p., atingindo 4,7% do crédito total (5,9% em 2015);
- O rácio de crédito em risco reduziu-se em 0,8 p.p., passando para 6,3% do crédito total (7,1% em 2015).

ATIVIDADE COMERCIAL

- Melhoria da atividade comercial, tendo a carteira de crédito registado uma expansão de 4,7% - aumento da carteira de crédito vincendo em 6,2% e redução da carteira de crédito vencido em 18,4%;
- Reforço do posicionamento do Montepio Crédito como IFIC especialista no apoio à atividade económica dos segmentos de Transportes e Logística. A carteira de crédito a equipamentos, na sua maioria representada por crédito à aquisição de veículos pesados e semirreboques, cresceu 10,3%;
- O Ativo Líquido teve um incremento de 6,0%.

ESTRUTURA E EFICIÊNCIA

- Os encargos de estrutura apresentaram uma redução de 1,9%;
- Excluindo o efeito não-recorrente da operação de titularização de NPLs registado em 2015, o rácio de *cost-to-income* registou um decréscimo de aproximadamente 9 p.p. entre 2015 e 2016, de 66,5% para 57,6% (36,5% em 2015, considerando aquele efeito).

RECURSOS HUMANOS

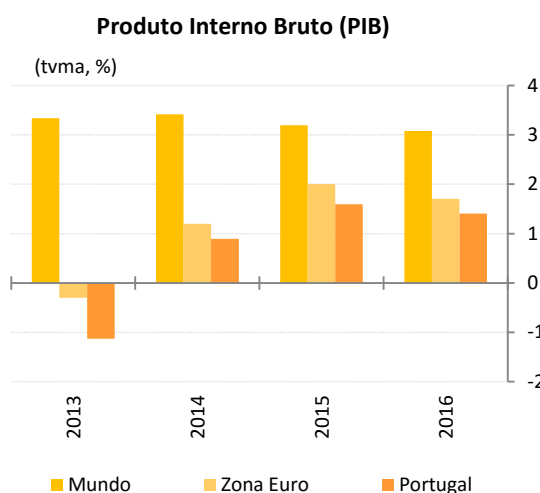
- Distinção da empresa e dos seus trabalhadores com o prémio de excelência no trabalho, atribuído pela Neves de Almeida | HR Consulting em parceria com a Human Resources Portugal, Executive Digest e o INDEG-ISCTE.

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

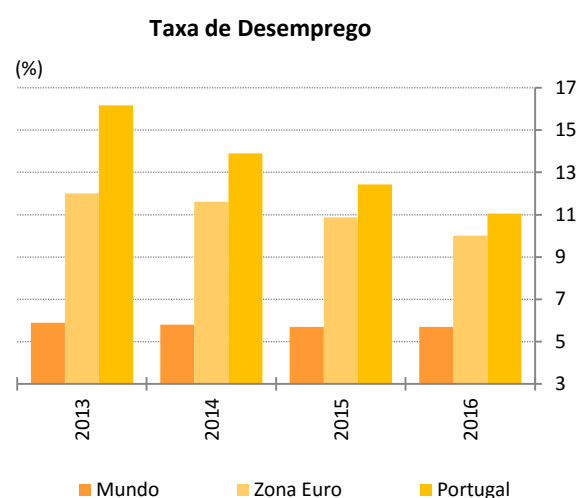
O crescimento estimado para a economia mundial em 2016 foi sendo, consecutivamente, revisto em baixa ao longo do ano. Já em janeiro de 2017, o FMI manteve o crescimento de 3,1% para 2016, em desaceleração face aos 3,2% de 2015. A atividade económica mundial manteve-se, assim, moderada, com o crescimento das economias emergentes e em desenvolvimento – ainda responsáveis por mais de 70% do crescimento global – a estabilizar nos 4,1%, após cinco anos consecutivos a abrandar, enquanto as economias avançadas continuaram a crescer de forma moderada, devendo ter abrandado de 2,1% para 1,6%.

Para 2017, o FMI prevê uma aceleração do crescimento mundial, que em Abril foi revista em alta de 3,4% para 3,5%. Os EUA, o Japão o Reino Unido, o Canadá e a Índia deverão aumentar o seu ritmo de crescimento e a Rússia e o Brasil deverão sair da recessão, enquanto a China, Alemanha, Espanha e Reino Unido deverão crescer menos do que em 2016.

Apesar da incerteza que envolve a política da nova Administração Trump nos EUA e das suas ramificações globais, o FMI prevê um crescimento de 2,3% em 2017 e de 2,5% em 2018, projeções mais elevadas do que as de outubro de 2016 e semelhantes às de Janeiro de 2017. Na Zona Euro, apesar dos riscos financeiros e do impacto da negociação do Brexit (saída do Reino Unido da União Europeia), na sua



Fonte: Thomson Reuters e FMI.



Fonte: Thomson Reuters e International Labour Org. (ILO).

análise de Abril de 2017, o FMI reviu em alta, em mais uma décima, o crescimento em 2017, para 1,7% (semelhante a 2016), mas aponta para uma descida do ritmo anual de crescimento para 1,6% no ano seguinte.

ZONA EURO

Demonstrando ainda alguma fragilidade na recuperação económica, a economia da Zona Euro registou, no ano de 2015, um crescimento do PIB de 2,0%, depois de ter subido 1,2% em 2014 e após dois anos de contração (-0,3% em 2013 e -0,9% em 2012), que resultaram, sobretudo, das políticas de consolidação orçamental levadas a cabo por um número significativo de Estados-Membros, na sequência da crise da dívida soberana na região. A economia

prosseguiu em 2016 em crescimento (+1,7%), em desaceleração face ao ano anterior, mas encetando, na 2.ª metade do ano, uma trajetória de aceleração do crescimento em cadeia, depois do abrandamento observado no 2.º trimestre. A Alemanha continuou a apresentar um dos maiores dinamismos da Zona Euro, registando um crescimento de 1,8% em 2016, mas com Espanha a observar, tal como em 2015, um crescimento bem superior (+3,2%), destacando-se claramente, pela positiva, entre os países da região. Note-se que o PIB da Zona Euro apenas ultrapassou os níveis pré-recessão de 2008/09 no 3.º trimestre de 2015, fechando o 4.º trimestre de 2016 somente 2,3% acima do anterior máximo, atingido no 1.º trimestre de 2008.

Refletindo a gradual recuperação da economia, a **taxa de desemprego** prosseguiu a tendência de ligeira melhoria iniciada em meados de 2013, tendo descido de 10,5% em dezembro de 2015 para 9,6% em dezembro de 2016, ficando apenas a 2,5 p.p. dos máximos históricos desde o início da série (1990), observados entre abril e junho de 2013, continuando a revelar um mercado laboral ainda deteriorado.

A **taxa de inflação** (medida pela variação homóloga do IHPC) permaneceu bastante baixa ao longo de grande parte de 2016, entrando mesmo, pontualmente, em terreno negativo, entre fevereiro e maio, mas encetando uma trajetória ascendente a partir de maio, passando de 0,2%, em dezembro de 2015, para 1,1% em dezembro de 2016, permanecendo ainda abaixo do objetivo de médio prazo do Banco Central Europeu (BCE) de 2,0%. A inflação subjacente (i.e., excluindo produtos alimentares não transformados e energia) também se manteve relativamente estável, terminando o ano em 0,9%, idêntica à observada no final de 2015, passando a estar, no último mês do ano, ligeiramente abaixo do índice geral (refletindo os efeitos de base sobre os preços da energia) e, naturalmente, também abaixo dos 2%.

Com o objetivo de combater o risco de inflação baixa durante um período demasiado longo, dinamizar os fluxos de crédito à economia real e, dessa forma, estimular a economia, o BCE voltou a adotar, ao longo de 2016, várias medidas expansionistas, tendo decidido, em março, baixar, em 5 p.b., a refi rate, passando-a de 0,05% para 0,00%, e a taxa de juro aplicável à facilidade permanente de cedência de liquidez, de 0,30% para 0,25%, bem como cortar em 10 p.b. a taxa de juro da facilidade permanente de depósito, para -0,40%, renovando mínimos históricos em todas as taxas. Em março, o BCE decidiu também reforçar o seu programa alargado de compra de ativos (dívida privada e pública), através de uma política de quantitative easing, aumentando o ritmo médio de compras mensais dos anteriores 60 mil milhões de euros (mM€) para 80 mM€, tendo posteriormente, em dezembro, alargado o prazo de vigência do programa, de março de 2017 para dezembro de 2017, embora com o ritmo médio de compras mensais a ser reduzido a partir de abril, de 80 mM€ para 60 mM€.

PORTUGAL

Após três anos de recessão, a economia portuguesa regressou ao crescimento em 2014 (+0,9%) e em 2015 deu continuidade ao processo de gradual recuperação, crescendo 1,6%, tendo em 2016 prosseguido com a recuperação, apresentando crescimentos em cadeia do **PIB** modestos na primeira metade do ano, de apenas 0,2% no 1.º e 2.º trimestres, mas crescendo a ritmos mais expressivos durante o 2.º semestre, acelerando no 3.º trimestre para um

crescimento de 0,9% (o maior crescimento desde o 4.º trimestre de 2013) e terminando o ano com um crescimento de 0,7% no 4.º trimestre, observando no total de 2016 uma desaceleração do crescimento médio anual, para 1,4%.

A atividade económica foi suportada pela procura interna, que apresentou um contributo positivo de 1,5 p.p., com o abrandamento deste contributo face a 2015 (+2,6 p.p.) a refletir a redução do investimento e, em menor grau, a desaceleração do consumo privado. O consumo privado expandiu 2,3% (+2,6% em 2015) e o consumo público 0,5% (+0,7% em 2015), ao passo que o investimento em capital fixo (FBCF) contraiu 0,1%, depois de ter crescido 4,5% em 2015.

A recuperação económica tem também continuado a ser sustentada pelas exportações, que terminaram o ano passado 36,9% acima dos níveis pré-programa de ajustamento (2010). Para este ano perspetiva-se uma nova aceleração, apontando-se para um crescimento médio anual de 1,8%, acima dos 1,5% constantes do Orçamento de Estado para 2017 (OE 2017).

Contudo, não obstante as exportações terem subido em 2016 os mesmos 4,4% (+6,1% em 2015) que as importações (+8,2% no ano anterior), o facto de existir um défice da balança de bens e serviços a preços constante implicou um maior crescimento absoluto das importações face às exportações. Assim, as exportações líquidas apresentaram um contributo ligeiramente negativo de 0,1 p.p., penalizando a atividade económica pelo 3.º ano consecutivo, mas a um ritmo bem inferior ao apresentado nos dois anteriores (-1,0 p.p. em 2015 e -1,4 p.p. em 2014).

O processo de **ajustamento orçamental** continuou ao longo de 2016. Assim, depois do défice orçamental de 4,4% do PIB observado em 2015, em diminuição face ao défice de 7,2% registado em 2014 – a operação de resolução do Banif teve um impacto de 1,4% do PIB –, os dados, na ótica da contabilidade nacional, referentes a 2016, evidenciaram um défice de 2,0% do PIB, face ao aumento da receita total (+0,9%) e à diminuição da despesa (-3,8%). O défice de 2,0% está abaixo dos 2,4% constantes do OE 2017, uma melhoria superior à inicialmente esperada e que beneficiou, em grande medida, do encaixe com o programa de regularização de dívidas ao fisco e à segurança social (PERES).

O processo de ajustamento e consolidação da economia portuguesa, iniciado em 2011, conduziu ao aumento temporário da poupança, levando a que a **taxa de poupança** dos particulares passasse de 7,4%, no 3.º trimestre de 2011, para 9,0% no 2.º trimestre de 2013. No entanto, desde então, a taxa de poupança tem vindo a apresentar uma tendência descendente, tendo no 1.º trimestre de 2016 caído de 4,5% para 4,0%, o que corresponde ao valor mais baixo desde o início desta série do INE (no 1.º trimestre de 1999) e que, de acordo com as séries longas do Banco de Portugal, deverá corresponder ao mais baixo registo desde 1953. Posteriormente, a taxa de poupança registou uma subida para 4,4% no final de 2016. A explicar esta tendência de queda da poupança está essencialmente a recuperação do consumo privado, que tem vindo a ser apoiado pela melhoria da confiança dos consumidores, pela redução do desemprego, pelo crescimento dos rendimentos e pela recuperação da concessão de crédito.

Ao nível do mercado laboral, a **taxa de desemprego** diminuiu de 12,4% em 2015 para 11,1% em 2016, dando continuidade à tendência de redução desde o pico máximo histórico atingido no início de 2013 (17,5%), perspetivando-se uma nova queda em 2017 (para 10,3%, em linha com o constante no OE 2017). A população

desempregada em 2016, estimada em 573,0 mil pessoas, diminuiu 11,4% em relação ao ano anterior, ao passo que a população empregada (4 605,2 mil pessoas), registou um acréscimo de 1,2%.

A **inflação**, medida pela variação média anual do índice de preços no consumidor (IPC), foi de 0,6% em 2016, acelerando ligeiramente face aos 0,5% observados em 2015 (-0,3% em 2014, +0,3% em 2013 e +2,8% em 2012). Já a inflação *core* manteve-se nos 0,7% em 2016 (+0,1% em 2014). O aumento da inflação em 2016 foi influenciado pela evolução dos preços dos produtos energéticos (passou de -3,6%, em 2015, para -1,8%, em 2016). Os preços dos produtos alimentares não transformados desaceleraram em 2016 (de +1,9% em 2015 para +1,6%). Em 2016, e tal como em anos anteriores, o crescimento dos preços dos serviços (+1,5%) foi superior ao observado pelos preços dos bens (0,0%).

Mercados Financeiros

O **ano de 2016 foi marcado por alterações no sentimento de mercado**, com degradação no 1.º semestre, recuperação no 3.º trimestre e sinais positivos à medida que o final do ano se aproximava.

A recuperação no **3.º trimestre foi condicionada** pela divulgação de indicadores quantitativos da Zona Euro relativos ao 2.º trimestre, que penalizaram o sentimento de mercado e levaram à revisão, em baixa, da estimativa de crescimento do PIB da região, assim como dos primeiros indicadores de confiança divulgados para o Reino Unido, para o período pós-referendo sobre o Brexit, que revelaram descidas significativas, e ainda a revisão em baixa ao crescimento económico mundial (FMI, 19 de julho).

Depois de os mercados se terem manifestado estupefactos com o resultado do referendo no Reino Unido, começaram a ganhar força as perspetivas de o impacto sobre o crescimento económico global poder ser inferior ao inicialmente estimado, com os indicadores divulgados, nomeadamente para o Reino Unido e para a Zona Euro, a revelarem um nível de resiliência superior ao que o mercado antevia. Por outro lado, a antecipação da nomeação de Teresa May como Primeira-ministra, embora tivesse defendido a permanência na campanha do referendo, foi visto como fator de maior clareza e celeridade das negociações.

A suportar o sentimento positivo do mercado no 3.º trimestre estiveram também a Época de Resultados nos EUA relativa ao 2.º trimestre, que superou as expectativas e as melhores perspetivas para a economia dos EUA e o crescimento acima do esperado do PIB da China no 2.º trimestre (e posteriormente do 3.º trimestre), o que veio contrariar os receios anteriores e amplamente difundidos de uma desaceleração desta economia, bem como os sinais de recuperação do ímpeto de crescimento da indústria japonesa e, de um modo geral, da atividade económica, além da postura dos bancos centrais para fazer face aos riscos levantados pelo Brexit.

Depois da evolução mista na fase inicial do **4.º trimestre**, no início de novembro, assistiu-se a um **comportamento positivo do sentimento de mercado**, que foi suportado: i) pelos dados económicos tendencialmente favoráveis conhecidos para os EUA, a China, o Japão e o Reino Unido, neste último caso, continuando a dar conta de uma

economia resiliente; *ii*) pela decisão do BCE de prolongar o programa de compra de dívida por mais nove meses; e *iii*) pela Época de Resultados nos EUA relativa ao 3.º trimestre, que superou as expectativas.

A reunião da Fed de 14 de dezembro, ao perspetivar melhorias para a atividade económica e para o mercado de trabalho no horizonte 2016/19, suportou os preços dos ativos com risco, mas a revisão do número de subidas de taxas de juro previstas para 2017 (de duas para três) acabou por ter impacto nas *yields* e, indiretamente, nas avaliações de outros ativos, como o ouro e as ações dos EUA.

A penalizar o sentimento do mercado no 4.º trimestre estiveram, essencialmente: *i*) a incerteza quanto à evolução dos preços do petróleo e o impacto da mesma nas empresas do setor e nas economias exportadoras de petróleo, pese embora o acordo (redução da produção) conseguido no final do ano; *ii*) o abrandamento do emprego nos EUA no 4.º trimestre; e *iii*) a incerteza relativamente ao processo do Brexit (atente-se que correm ações em diversas instâncias judiciais britânicas em que é dirimido o carácter vinculativo do referendo de 23 de junho, embora, já em 2017, o Parlamento tenha autorizado o Governo a invocar o artigo 50.º do Tratado da União Europeia).

O acontecimento mais relevante da segunda metade do ano terá sido a eleição de Donald Trump e as expectativas da política dos EUA no âmbito da relação comercial com a China e geoestratégica com a Rússia. Após um primeiro momento, em que foi vista pelos investidores com desconfiança, posteriormente, acabaria por ter um efeito positivo no sentimento dos investidores, impulsionado pelas expectativas de que a política orçamental será mais expansionista, nomeadamente, com corte de impostos e uma aposta na reabilitação de infra-estruturas, com alguns investidores a referirem que poderá vir a ser um novo “New Deal”, se bem que algumas agências de *rating* já tenham vindo alertar para o excessivo endividamento do país e o próprio Partido Republicano seja normalmente mais conservador ao nível da despesa.

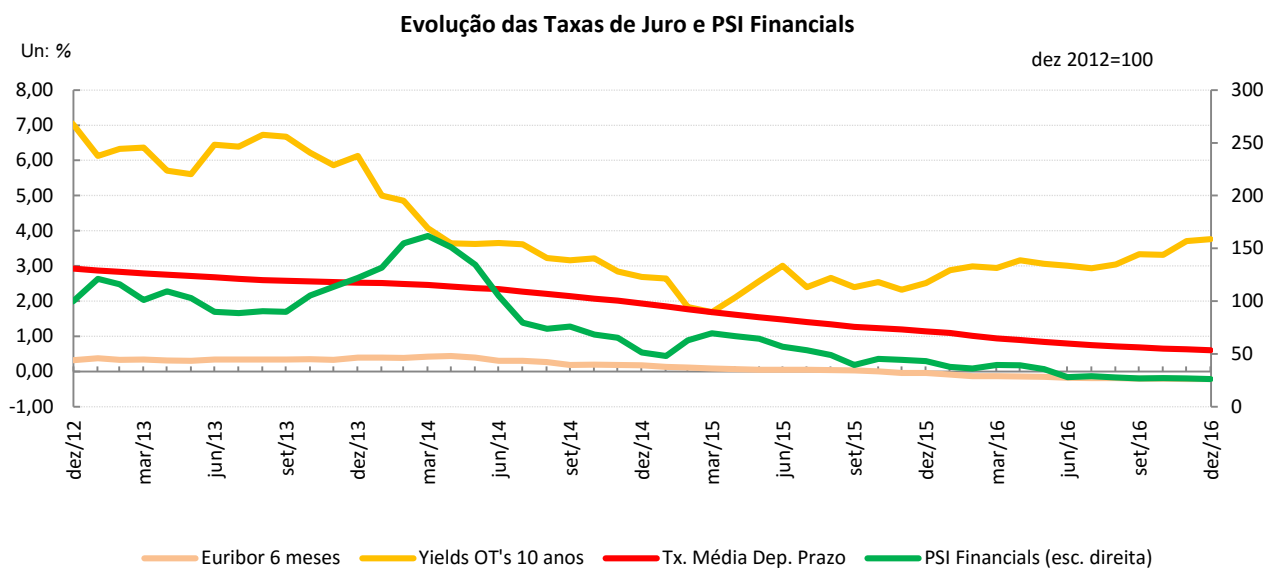
Em termos de **movimentos nos mercados financeiros**, no conjunto de 2016, registaram-se maioritariamente subidas nos principais **índices acionistas mundiais**, com alguns a baterem máximos históricos, nomeadamente os americanos, onde o principal índice (S&P 500) subiu 9,5%. Na Europa, registaram-se comportamentos também maioritariamente positivos, com o Eurostoxx 50 a subir 0,7% e o britânico FTSE 100 a avançar 14,4% (não obstante o Brexit), mas o PSI-20 perdeu 11,9%, acompanhando as descidas dos índices de Espanha e Itália. Na Ásia observaram-se subidas no Japão, na Índia e em Hong-Kong, mas uma descida na China. Na América Latina, o comportamento também foi positivo.

As ***yields* da dívida pública de referência** observaram descidas na Alemanha e subidas nos EUA. O movimento das primeiras (-42 p.b. quer nos 10 anos, quer nos 2 anos) não foi uniforme ao longo do ano, designadamente ao nível da dívida a 10 anos, com descidas nas *yields* até meados do ano, seguida de uma tendência de subida até praticamente o final do ano. As *treasuries* nos EUA apresentaram subidas no ano (+14 p.b. nos dois anos e +17 p.b. nos 10 anos), refletindo, igualmente, comportamentos distintos, com descidas até inícios de julho (mínimos históricos, devido aos receios dos efeitos do Brexit), seguindo-se subidas particularmente intensas nos dois últimos meses (+43 p.b. nos 2 anos e +85 p.b. nos 10 anos no 4.º trimestre), tendo resultado das expectativas (consubstanciadas na reunião de 14 de dezembro) de subida de taxas por parte da Fed, no quadro de uma

continuação do crescimento económico e de redução da taxa de desemprego para novos mínimos de ciclo, bem como das perspetivas que a política económica de Donald Trump acelere o crescimento da economia e, dessa forma, permita um ritmo de subida de taxas superior ao anteriormente antecipado. A descida das taxas de juro de curto prazo (dois anos) na Alemanha refletiu, em grande medida, a continuidade (e reforço) da política extremamente expansionista do BCE, em março, por reduções nas taxas de juro de referência e com o programa QE a ser reforçado ao nível do ritmo de compras mensais e dos ativos elegíveis e, em dezembro, a ser prolongado até, pelo menos, dezembro de 2017. As *yields* a dois anos estiveram todo o ano em terreno negativo, encerrando 2016 em -0,766%, perto dos mínimos históricos (-0,806%, em 27 e 28 de dezembro).

No **Mercado Monetário Interbancário (MMI)**, as taxas do dólar (Libor) subiram em todos os prazos, mas abaixo da subida de 25 p.b. efetuada, em 14 de dezembro, pela Fed na fed funds target rate, já que, no início de 2016, o mercado esperava mais do que uma subida de taxas em 2016. Já as taxas do euro (Euribor) renovaram mínimos históricos, refletindo a política monetária expansionista do BCE, e apresentaram valores negativos ao longo de todo o ano nos 3 e 6 meses (a Euribor a 3 meses desde 21/04/2015 e a Euribor a 6 meses desde 06/11/2015) e também nos 12 meses a partir de 05/02/2016.

Os *spreads* da **dívida pública a 10 anos dos países periféricos da Zona Euro** subiram em Portugal, Itália e Espanha, respetivamente, em 167 p.b., 64 p.b. e 3 p.b., enquanto os *spreads* da Grécia e da Irlanda desceram 76 p.b. e 3 p.b., respetivamente. O *spread* das *yields* da dívida a 10 anos da Grécia atingiu, durante o ano, níveis mínimos desde dezembro de 2014 (em 1 de dezembro, quando tocou nos 614 p.b.), depois de fortemente penalizados, em 2015, pela incerteza relativamente ao alcance de um acordo para um 3.º resgate. Os movimentos mais desfavoráveis, observados em Portugal e Itália, e que ocorreram mesmo num quadro de uma postura expansionista do BCE e de eficácia do seu programa de QE, tiveram razões específicas na sua génese: *i)* em Portugal, o máximo do ano (392 p.b. em 11 de fevereiro) foi registado na fase de negociação com a Comissão Europeia do Orçamento do Estado para 2016, que entrou em vigor em 31 de março; e *ii)* no caso de Itália, o máximo do ano foi atingido em 24 de novembro (187 p.b.), em plena campanha para o referendo de 4 de dezembro (alterações constitucionais que o anterior Primeiro-ministro pretendia introduzir, cuja rejeição levou à sua demissão). Espanha, não obstante a instabilidade política (o atual Governo tomou posse apenas em 04/11/2016), viu os *spreads* face ao *bund* subirem apenas 3 p.b., para 118 p.b., pois tem vindo a denotar um desempenho económico muito positivo.



Fonte: Thomson Reuters.

Os **spreads de crédito da dívida privada** observaram movimentos de estreitamento, nomeadamente entre as melhores notações de risco, observando-se também descidas na maioria dos índices de CDS (*Credit Default Swaps*), com um agravamento apenas no caso do Itraxx Financials, traduzindo as preocupações relativamente à saúde do setor bancário italiano, e, de um modo geral, do europeu (condicionando uma maior subida das ações europeias). O índice Itraxx (5 anos), índice de referência para a Zona Euro de CDS na classe de *Investment Grade* – cuja liquidez é muito superior à do mercado *spot* e, por isso, constitui o *benchmark* do mercado de crédito –, desceu 6 p.b. em 2016, para 72,1 p.b., mas depois de ter tocado no início do ano (11 de fevereiro) em 127 p.b., que representou um máximo desde junho de 2013). Por seu lado, o Itraxx Financials (o mais exposto à crise da dívida soberana) observou uma subida de 17 p.b., fechando 2016 em 93,4 p.b., acima do índice Itraxx (cinco anos), algo que tem sido a tendência dos últimos anos, mas que não era a situação habitual antes da crise, refletindo a situação difícil da banca europeia observada desde o início da crise da dívida soberana e que, em alguns países (v.g. Portugal e Itália), ainda não normalizou. Já o Itraxx Cross-Over (relativo aos ativos de *speculative grade*, especialmente sensível ao sentimento de mercado e ao ciclo económico) registou uma descida 20 p.b., para 288,2 p.b..

No mercado **cambial**, a taxa de câmbio efetiva nominal do euro subiu 1,9% em 2016, afastando-se um pouco mais dos níveis mínimos desde maio de 2002 registados no 2.º trimestre de 2015. O euro caiu 2,9% face ao dólar, mas ganhou 19,4% em relação à libra. Recorde-se que a continuidade da política monetária do BCE teve impactos positivos nas bolsas e nas taxas das dívidas soberanas, mas não suficientes para esbater as diferentes expectativas de crescimento entre os dois blocos económicos (UE vs EUA), o que levou à paulatina desvalorização do euro face ao dólar. O efeito Brexit foi o grande responsável pelas valorizações da moeda única e do dólar face à libra, de 15,9% e 19,4%, respetivamente.

As **commodities** apresentaram um comportamento maioritariamente positivo entre as principais categorias, com exceção do gado, com os índices compósitos Reuters/Jefferies CRB e S&P GSCI a subirem 9,3% e 27,8%, este último

a terminar o ano em máximos desde julho de 2015. As energéticas terminaram o ano com uma forte valorização de 47,9%, refletindo uma subida de 52,4% do preço do petróleo em Londres (brent) e de 45,0% em Nova Iorque (WTI *crude*), onde fechou em níveis máximos desde julho de 2015, depois de ter tocado, também no início do ano (11 de fevereiro), em mínimos desde abril de 2003. Atente-se, no entanto, que as subidas expressivas quer do *brent*, quer do WTI *crude*, não foram suficientes para que os respetivos valores médios de 2016 superassem os de 2015.

Enquadramento demográfico e social

De um retrato da **estrutura demográfica** portuguesa atual sobressaem duas dimensões distintas.

A primeira diz respeito às vastas **modificações estruturais** observadas nas últimas décadas, as quais podem ser divididas em dois grupos. Por um lado, têm-se observado alterações na pirâmide demográfica, por via de um menor número de nascimentos (-21,8% entre 2005 e 2015) e de um ligeiro aumento do número de óbitos (terminando, em 2015, 1% acima do nível de 2005), consubstanciando-se numa passagem do saldo natural de um excedente (1,9 mil pessoas) para um défice (-23 mil). Para a diminuição dos nascimentos tem contribuído a queda drástica no número de casamentos celebrados (de 48,7 mil para 32,4 mil, no mesmo período), o aumento da idade média do primeiro casamento para os dois sexos (em 3,6 e 3,7 anos de 2005 para 2015, para homens e mulheres, respetivamente, para 32,5 e 31,0 anos), e, mesmo fora do casamento, a idade média da mãe ao nascimento do 1.º filho (de 27,8 anos, em 2005, para 30,2 anos, em 2015). Mais pronunciada ainda foi a modificação no saldo migratório nos últimos anos, que passou de um saldo positivo de 15,4 mil pessoas, em 2005, para um saldo negativo de 10,5 mil pessoas, em 2015, refletindo o período recessivo recentemente atravessado pelo país e a consequente maior emigração. Por outro lado, beneficiando do desenvolvimento do país, apesar das recessões registadas em 2009 e entre 2011 e 2013, tem ocorrido uma notória evolução nas condições de vida, proporcionando o aumento da esperança de vida à nascença (80,4 anos no triénio 2013-2015, uma subida de 2,2 anos face ao triénio 2004-2006) e a diminuição da mortalidade infantil (de 3,5‰, em 2005, para 2,9‰, em 2015, que são dos valores mais baixos de sempre – o mais baixo observou-se em 2010, com 2,5‰), que é das mais baixas a nível mundial (12.º lugar no *ranking* mundial, em 2015, a par da Austrália e da Irlanda, de acordo com os *World Development Indicators* do Banco Mundial).

Ao nível do ensino, os progressos também têm sido notórios, com a taxa de abandono precoce da educação e formação a cair para menos de metade entre 2005 e 2015, de 38,3% para 13,7%, tendo esta evolução associada, também, uma redução do diferencial entre géneros (em 6,6 p.p.), embora com o masculino a manter, em 2015, uma taxa de abandono superior ao género feminino (16,4% no masculino e 11,0% no feminino). Note-se que o número de matriculados no ensino primário, secundário e universitário, estão, respetivamente, em 25.º, 53.º e 26.º lugar no *ranking* do World Economic Forum (The Human Capital Report 2015).

A segunda dimensão das alterações da estrutura social prende-se com a **conjuntura negativa** dos últimos anos (entre 2010 e 2014, registou-se uma redução no rendimento médio disponível das famílias de 32,2 mil euros para 28,7 mil euros, mas que deverá ter subido em 2015, já que o rendimento *per capita* subiu de 11 596 para 11 922 euros entre 2014 e 2015), que tem aprofundado problemas em algumas áreas e anulado parte dos progressos em outras. Assim,

não obstante as melhorias ocorridas ao nível da saúde e da educação, e apesar da rede de proteção social, Portugal encontra-se aquém da maioria dos países desenvolvidos ao nível das condições de vida e desigualdade de rendimentos. O coeficiente de Gini (uma medida de desigualdade) diminuiu entre 2004 e 2009 e registou desde esse ano um comportamento misto, subindo em 2013 para 34,5% e descendo nos dois anos seguintes, para 34,0% em 2014 e para 33,9% em 2015, o que qualifica Portugal como um dos países com maior desigualdade na distribuição de rendimentos da União Europeia.

Ao nível das condições de vida, a taxa de risco de pobreza após transferências sociais reduziu-se consideravelmente desde 1995, tendo o valor mais baixo sido alcançado em 2009/10, quando desceu para os 17,9%, encetando, posteriormente, uma trajetória de subida fixando-se nos 19,5% em 2015, um valor superior à média europeia (17,3%, União Europeia 28 países). De acordo com o inquérito realizado em 2016 relativo à pobreza, 2,6 milhões de pessoas encontravam-se em risco de pobreza ou exclusão social (pessoas em risco de pobreza ou vivendo em agregados com intensidade laboral *per capita* muito reduzida ou em situação de privação material severa). Consequentemente, a taxa de pobreza ou exclusão social atingiu 25,1% em 2016, menos 1,5 p.p. do que no ano anterior. Igualmente alarmante foi a evolução da taxa de desemprego jovem (dos 15 aos 24 anos), que aumentou de forma significativa de 2008 a 2015, passando nesse período de 16,7% para 32,0%, valor já substancialmente abaixo dos 38,1% de 2013, mas que permanece bastante elevada. Acresce que os efeitos da crise se podem converter em alterações estruturais ao desemprego subjacente. A taxa de desemprego de longa duração ascendeu em 2014 a 9,1%, um valor bastante elevado, sendo que aliviou depois para 7,9% em 2015, tendo caído novamente em 2016, para 6,9%.

De acordo com os resultados do último estudo “Índice de Bem-Estar para Portugal”, publicado pelo INE, (novembro de 2016), em 2014 este índice atingiu 114,5 pontos, continuando a recuperação iniciada em 2013, apontando os dados preliminares para 2015 para um novo crescimento (para 118,4 pontos), explicado pela melhoria continuada na dimensão Qualidade de Vida e pela melhoria recente da outra componente do índice, a relativa às Condições Materiais de Vida, que tinha assinalado uma deterioração significativa nos últimos anos. Entre 2004 e 2014, a taxa de variação média anual do Índice de Bem-Estar foi de 1,4%. Esta evolução ao longo da última década deve-se exclusivamente aos progressos verificados na perspetiva da Qualidade de Vida.

Nos últimos anos, tem-se observado uma redução na despesa corrente em saúde, nomeadamente em resultado das medidas racionalizadoras acordadas no memorando de entendimento assinado entre Portugal e a *troika*, com impacto nomeadamente ao nível das despesas com pessoal, em medicamentos e meios de diagnóstico, tendo esta redução das despesas em saúde ocorrido num quadro de aumento da esperança média de vida, envelhecimento populacional e acréscimo do índice de dependência de idosos. Contudo, em 2014 e 2015, a despesa corrente em saúde voltou a aumentar, 0,7% e 2,0%, respetivamente, invertendo a tendência de decréscimo que se registava desde 2011. No entanto, o peso relativo da despesa corrente em saúde no PIB continuou a diminuir, representando 8,9% em 2015, o valor mais baixo desde 2003. Em 2014 e 2015, a importância relativa da despesa corrente pública face à despesa privada voltou a baixar (de 66,9% em 2013 para 66,2% em 2014 e 66,0% em 2015). Em 2015, a despesa corrente pública e privada *per capita* foi de 1 012,63 euros e 521,22 euros, respetivamente.

Nas últimas décadas, as despesas da Segurança Social em percentagem do PIB têm evoluído a um ritmo muito elevado. Em 2000, representaram 9,6% do PIB, enquanto em 2014 pesaram 21,7% (26,8% em 2013), constituindo um dos grandes constrangimentos à proteção social, num contexto de diminuição de beneficiários ativos da Segurança Social (a percentagem da população ativa que contribui para o sistema de Segurança Social passou de 88,3%, em 1995, para 79,3% em 2014, tendo depois subido apenas ligeiramente em 2015, para 80,6%) e de diminuição do rácio “contribuinte/beneficiário” decorrente do envelhecimento da população.

3. PRINCIPAIS INDICADORES DE ATIVIDADE

(valores expressos em milhares de euros)

I - PRINCIPAIS INDICADORES DE GESTÃO

	2015*	2016	VARIAÇÃO
1 – CRÉDITO E CLIENTES	361.657	378.762	+4,7%
1.1 - Carteira Crédito Vincenda	332.660	353.384	+6,2%
Automóvel	222.269	230.805	+3,8%
Equipamentos	91.178	100.604	+10,3%
Lar	7.224	8.632	+19,5%
Pessoal	4.553	5.653	+24,1%
Contas Correntes e Stocks	7.436	7.689	+3,4%
1.2 - Carteira Crédito Vencida	20.235	16.502	(-18,4%)
1.3 - Outros	8.762	8.876	+1,3%
2 - ATIVO LÍQUIDO	364.004	385.783	+6,0%
3 - MARGEM FINANCEIRA	11.238	16.952	+50,8%
4 - MARGEM COMPLEMENTAR	14.468	-953	(<-100,0%)
Margem Custo Amortizado + Rappel	-1.348	-1.826	+35,5%
Margem de serviços	1.714	2.083	+21,5%
Margem Recuperação	-52	-442	+753,4%
Margem Outros	14.153	-768	(-105,4%)
5 - PRODUTO BANCÁRIO	25.706	15.999	(-37,8%)
6 - Provisões Líquidas de Recuperações	-3.686	-691	(-81,3%)
Provisões Brutas	-3.906	-1.170	(-70,0%)
Recuperações	220	479	+>100,0%
7 - Encargos de Estrutura	-9.391	-9.217	(-1,9%)
Pessoal	-5.775	-5.887	+1,9%
Gastos Administrativos e Amortizações	-3.616	-3.330	(-7,9%)
8 - Resultados Antes de Impostos	12.401	5.766	(-53,5%)
De Atividade Corrente	9.175	12.199	+33,0%
De Operações de Mercado	3.226	-6.433	(<-100,0%)
9 - Resultados Líquidos	8.927	4.289	(-52,0%)

(valores expressos em milhares de euros)

I - PRINCIPAIS INDICADORES DE GESTÃO

	2015*	2016	VARIAÇÃO
10 - Capitais Próprios	32.518	37.271	+14,6%
11 - Fundos Próprios	36.539	37.564	+2,8%
12 - Solvabilidade			
Rácio de Adequação de Fundos Próprios (Capital Total)	13,6%	12,5%	(-1,1 p.p.)
Rácio Adequação de Fundos Próprios de Base (Common Equity)	10,9%	11,3%	+0,4 p.p.
Rácio Core Tier 1	10,9%	11,3%	+0,4 p.p.
13 - Qualidade do Crédito			
Crédito com incumprimento / Crédito total	5,9%	4,7%	(-1,2 p.p.)
Crédito com incumprimento líquido / Crédito total líquido	0,4%	0,5%	+0,1 p.p.
Crédito em risco / Crédito total	7,1%	6,3%	(-0,8 p.p.)
Crédito em risco líquido / Crédito total líquido	1,7%	2,2%	+0,5 p.p.
14 – Rendibilidade			
Produto bancário / Ativo líquido médio	7,4%	4,3%	(-3,1 p.p.)
Resultados Antes de impostos / Ativo líquido médio	3,6%	1,6%	+2,0 p.p.
Resultados Antes de Impostos / Capitais próprios médios	53,9%	19,8%	(-34,1 p.p.)
Resultados Líquidos / Capitais próprios médios (ROE)	38,1%	13,9%	(-24,2 p.p.)
Resultados Líquidos / Capitais próprios médios (ROA)	2,6%	1,2%	(-1,4 p.p.)
15 - Nº de trabalhadores	132	128	(-3,0%)
16 - Eficiência			
Custos de funcionamento + Amortizações / Produto bancário (cost-to-income)	36,5%	57,6%	+21,1 p.p.
Custos com pessoal / Produto bancário	22,5%	36,8%	+14,3 p.p.

(valores expressos em milhares de euros)

II - INDICADORES DE PRODUÇÃO

	2015	2016	VARIAÇÃO
Produção (novos financiamentos)	144.319	141.191	(-2,2%)
Automóvel	94.529	88.500	(-6,4%)
Equipamentos	41.345	40.411	(-2,3%)
Lar	7.129	10.105	+41,7%
Pessoal	1.316	2.175	+65,3%

III - INDICADORES DE GESTÃO DE RISCO DE CRÉDITO

	2015	2016	VARIAÇÃO
Índices de riscos – “vintages” (média dos últimos 12 meses)			
3 Meses	0,29%	0,24%	(-0,05 p.p.)
6 Meses	0,19%	0,49%	+0,30 p.p.
12 Meses	0,49%	0,83%	+0,34 p.p.
18 Meses	0,83%	0,71%	(-0,12 p.p.)
24 Meses	1,33%	1,06%	(-0,27 p.p.)

4. PRINCIPAIS EVOLUÇÕES DO MERCADO

EVOLUÇÃO DE NOVOS CONTRATOS DE CRÉDITO AOS CONSUMIDORES

Número de contratos

	VAL MÉDIOS MENSAIS		VALORES ACUMULADOS		
	2015	2016	2015	2016	V.HOM.16/15
CRÉDITO PESSOAL	31.690	34.267	380.283	411.203	8,1%
- Finalidade Educação, Saúde, Energias Renováveis e Loc. Financeira de Equipamentos	326	757	3.911	9.081	132,2%
- Outros Créditos Pessoais (sem fin. específica, lar, consolidado e outras finalidades)	31.364	33.510	376.372	402.122	6,8%
CRÉDITO AUTOMÓVEL	11.545	14.446	138.537	173.357	25,1%
- Locação Financeira ou ALD: novos	1.222	1.121	14.659	13.448	-8,3%
- Locação Financeira ou ALD: usados	298	316	3.576	3.795	6,1%
- Com reserva de propriedade e outros: novos	2.643	3.418	31.720	41.018	29,3%
- Com reserva de propriedade e outros: usados	7.382	9.591	88.582	115.096	29,9%
CARTÕES DE CRÉDITO, LINHAS DE CRÉDITO, CONTAS CORRENTES BANCÁRIAS E FACILIDADE DE DESCOBERTO	68.991	70.725	827.888	848.699	2,5%
TOTAL	112.226	119.438	1.346.708	1.433.259	6,4%

Montante (valores expressos em milhares de euros)

	VAL MÉDIOS MENSAIS		VALORES ACUMULADOS		
	2015	2016	2015	2016	V.HOM.16/15
CRÉDITO PESSOAL	186.862	216.635	2.242.349	2.599.625	15,93%
- Finalidade Educação, Saúde, Energias Renováveis e Loc. Financeira de Equipamentos	2.717	4.214	32.604	50.571	55,11%
- Outros Créditos Pessoais (sem fin. específica, lar, consolidado e outras finalidades)	184.145	212.421	2.209.745	2.549.054	15,36%
CRÉDITO AUTOMÓVEL	151.702	191.731	1.820.427	2.300.769	26,39%
- Locação Financeira ou ALD: novos	28.218	27.856	338.613	334.270	-1,28%
- Locação Financeira ou ALD: usados	5.553	6.506	66.630	78.067	17,16%
- Com reserva de propriedade e outros: novos	34.646	47.103	415.753	565.230	35,95%
- Com reserva de propriedade e outros: usados	83.286	110.267	999.431	1.323.202	32,40%
CARTÕES DE CRÉDITO, LINHAS DE CRÉDITO, CONTAS CORRENTES BANCÁRIAS E FACILIDADE DE DESCOBERTO	84.563	87.578	1.014.761	1.050.938	3,57%
TOTAL	423.128	495.944	5.077.537	5.951.332	17,21%

Fonte: Banco Portugal

Segundo os indicadores do Banco de Portugal, para o crédito ao consumo abrangido pelo Decreto-Lei nº 133/2009, foram efetuados mais 6,4% de novos contratos. O segmento que mais evoluiu, de 2015 para 2016, foi o relacionado com o crédito automóvel (25,1%).

Em termos de crédito contratado, verificou-se, também, uma evolução positiva. O valor do novo crédito ultrapassou os 5.951 mil milhões de euros, em 2016, e evidenciou um crescimento de 17,2% face ao período homólogo. Em termos de montantes financiados, o crédito pessoal, que representou cerca de 43,7% do total de crédito ao consumo, verificou uma evolução positiva de 15,9%, face ao ano anterior.

O financiamento destinado ao crédito automóvel teve um crescimento de 26,4%, de 2015 para 2016, tendo originado 38,7% do total de crédito ao consumo.

O crescimento do financiamento destinado ao segmento automóvel encontra-se correlacionado com a evolução verificada no mercado de venda de viaturas, quer novas, quer usadas. Efetivamente, no segmento de viaturas novas, de acordo com os dados fornecidos pela Associação de Comércio Automóvel de Portugal (ACAP), observou-se um crescimento da venda de veículos ligeiros de 15,7%, em linha com a evolução das vendas totais.

VENDA DE LIGEIROS E PESADOS – NOVOS

TIPO VIATURA	2015	2016	Δ (%)
TOTAL LIGEIROS	209.352	242.220	15,7%
Ligeiros de passageiros	178.496	207.330	16,1%
Comerciais Ligeiros	30.856	34.890	13,1%
TOTAL PESADOS	4.293	5.178	20,6%
TOTAL MERCADO	213.645	247.398	15,8%

Fonte: ACAP

A evolução verificada beneficia da recuperação do mercado após as fortes quebras registadas nos anos anteriores, especialmente no período de contração económica provocado pela crise. Consequentemente, as expectativas de evolução futura do mercado automóvel apontam para um crescimento bastante mais moderado, refletindo a dinâmica da evolução económica, particularmente do emprego, do rendimento disponível e do consumo.

5. PRINCIPAIS LINHAS ESTRATÉGICAS



Tratando-se de uma Instituição de Crédito especializada, o Montepio Crédito desenvolve a sua atividade para acrescentar valor, nomeadamente:

- a) Em Segmentos de Mercado que se situem fora da Rede de Distribuição de Produtos de Crédito efetuada na forma Tradicional Direta

Os produtos financeiros são disponibilizados de forma indireta aos clientes. Por isso, estabelece e aprofunda acordos protocolados com diversos parceiros que desenvolvem a sua atividade no comércio ou na prestação de serviços, designados por Pontos de Venda (sejam clientes ou não clientes do Grupo Montepio) para, dessa forma, apresentar as soluções de financiamento especializado aos Clientes Finais (particulares ou empresas).

- b) Na complementaridade da Carteira de Oferta de Produtos e Serviços do Grupo Montepio

O Montepio Crédito acrescenta conhecimento ao Grupo no domínio do financiamento automóvel, nas diversas vertentes que o negócio implica (financiamento ao consumidor final e financiamento às empresas que estão no mercado do comércio automóvel, nomeadamente soluções de Crédito *Stock*, *Cash Advance* e Financiamento de Operações de *Rent-a-Car*). Também no domínio do Aluguer de Longa Duração, Aluguer Operacional de Viaturas e Aluguer Operacional de Equipamentos, o Montepio Crédito acrescenta valor através de uma carteira de oferta e qualidade de serviço que marca a diferença no mercado.

- c) Na captação de novos clientes

O alargamento de parcerias na área do crédito destinado à aquisição de equipamentos ou bens de uso pessoal

ou para casa, constitui uma excelente plataforma de aquisição de novos clientes, que podem potenciar o uso de sinergias, alargando a possibilidade de oferta dos produtos das empresas do Grupo.

O Posicionamento do Montepio Crédito no Mercado pauta-se por:

a) Afirmar-se como uma Organização Nacional

O Montepio Crédito pertence a um Grupo de capitais 100% portugueses, com todo o centro de decisão em Portugal. Estas características transmitem mais confiança e segurança de continuidade de negócio aos nossos parceiros, considerando o conhecimento que temos do mercado português e o facto de ser este o mercado em que estamos inseridos. A este propósito foi-nos concedido pela Associação Empresarial de Portugal (AEP) o selo do programa “Portugal Sou Eu”.

b) Celeridade Operacional

Os mercados em que o Montepio Crédito desenvolve a sua atividade apresentam-se fortemente concorrenciais no que diz respeito aos níveis de serviço. Por tal, mantêm-se elevados padrões de exigência na celeridade da decisão, gestão e ativação de novos negócios, considerando a tipologia de distribuição dos produtos e serviços através da rede de parceiros com os quais se estabeleceu acordos.

c) Aconselhamento

O Montepio Crédito não tem vendedores; disponibiliza aos seus parceiros «Consultores Comerciais», que são profissionais especializados, habilitados a formar, informar e aconselhar. Desta forma, tem-se assegurado um acompanhamento correto, profissional e eficiente, em que se procuram as soluções que melhor se adequam às necessidades de cada situação específica.

O Montepio Crédito tem, como princípios orientadores da sua estratégia, os seguintes pilares:

A – DIVERSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE

Apesar de se continuar a desenvolver a atividade no mercado automóvel, oferecendo uma ampla gama de produtos e serviços associados ao seu financiamento, continua a ter-se uma perspetiva estratégica na diversificação da atividade creditícia.

Releva-se também o aprofundamento da atuação comercial do Montepio Crédito no apoio à economia real, financiando o investimento junto das empresas que procuram expandir a sua capacidade produtiva e, mais concretamente, na área de transportes e logística, importante para o desenvolvimento da atividade exportadora do país.

Destaca-se igualmente o estabelecimento de parcerias nas restantes áreas de crédito ao consumo clássico, no financiamento de bens e serviços de índole pessoal ou de lar, afigurando-se, para além da rentabilidade financeira dos produtos, uma excelente via de captação de novos clientes.

Importa também realçar o desenvolvimento da operação de crédito direto aos clientes finais, que permite incrementar os níveis de rendibilidade, mantendo-se, como prioridade, uma adequada gestão de risco e uma elevada responsabilidade social no contributo para uma melhor literacia financeira e esclarecimento sobre as responsabilidades a contratar.

Por último, refira-se o desenvolvimento da atividade na área de crédito *revolving* a clientes, através da emissão de cartões de crédito, cujo projeto se tinha iniciado no ano anterior.

B – APROFUNDAMENTO DAS RELAÇÕES ESTABELECIDAS COM OS PONTOS DE VENDA DE REFERÊNCIA

Aumentar a quota, enquanto financeira de cada um dos Pontos de Venda automóvel, procurando concentrar a atividade naqueles que são considerados referências no mercado nacional – Aumentar o *Share-of-Wallet*, tendo por objetivo alcançar o lugar de «1ª financeira» de Pontos de Venda estratégicos.

C – OBJETIVOS DE LONGO PRAZO DE DIMENSÃO, EFICIÊNCIA E RENDIBILIDADE

DIMENSÃO

Alcançar uma quota média de mercado (em volume de produção no mercado das empresas financeiras a operar no financiamento especializado), pelo menos, em linha com as quotas de mercado do Grupo Montepio, nomeadamente nos negócios de financiamento automóvel e equipamentos;

EFICIÊNCIA

Procurar sinergias de grupo que contribuam para economias de escala e de experiência, por forma a possibilitarem a obtenção de níveis de *Cost-to-Income* (medido pelos Gastos Administrativos / Produto Bancário) que permitam garantir a competitividade da Instituição no mercado;

RENDIBILIDADE

Atingir níveis de Rendibilidade de Capitais Próprios (ROE) que proporcionem ao Montepio Crédito um crescimento sustentado de médio/longo prazo e que acrescente valor ao Grupo Montepio.

D – SUSTENTABILIDADE

Traçar objetivos de produção e de risco que possibilitem a obtenção de níveis adequados de rendibilidade, de modo a garantir o cumprimento das responsabilidades financeiras, o serviço da dívida e a manutenção da estrutura fixa adequada, possibilitando, assim, a construção de uma carteira de financiamento sólida, no sentido de sustentar a atividade da empresa no longo prazo.

6. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO

O Montepio Crédito, sendo uma Instituição Financeira, está sujeita a riscos inerentes à própria atividade creditícia sendo que, aqueles que tem maior impacto nesta atividade são os riscos de crédito e operacional.

Estes riscos são objeto da atuação da Direção de Risco e, à semelhança do que sucede com os outros riscos da atividade, nomeadamente os riscos de mercado, compliance, liquidez e taxa de juro de juro, são medidos, analisados e geridos em articulação com as competentes Direções da CEMG, que asseguram a respetiva integração corporativa.

O risco de crédito encontra-se associado à possibilidade de incumprimento efetivo dos clientes, que se consubstancia no não pagamento integral ou parcial, quer do capital em dívida, quer dos juros correspondentes aos empréstimos efetuados. Representa a componente de risco com maior relevo na atividade do Montepio Crédito.

Com o objetivo de controlar o risco de crédito, o Montepio Crédito define as suas políticas em função dos seguintes eixos:

- i. **Originação.** As operações de crédito, na sua quase totalidade, são angariadas e mediadas por fornecedores dos bens e serviços designados por pontos de venda, constituindo estes, naturalmente, fonte adicional de risco. O tipo de clientes que captam, conjugado com a forma como esses fornecedores atuam no mercado, assim como o cumprimento das regras legais e protocoladas fazem diferenciar o risco de cada um desses pontos de venda. Com vista a mitigar este risco, o Montepio Crédito dispõe de um conjunto de políticas de gestão de pontos de venda (abertura, reabertura, fecho ou manutenção), consubstanciando-se na análise *ex-ante* de novos pontos de venda propostos e na monitorização regular daqueles que se encontram ativos. A sua qualidade é diferenciada e objetivada a partir de uma notação mensal, aferida em função do incumprimento efetivo e potencial da carteira que já se encontra originada. Esta notação determinará, ou não, a continuidade da relação e influenciará o nível de aceitação das novas propostas de crédito. A relação entre o Montepio Crédito e os pontos de venda é sistematizada por protocolos de colaboração onde se estabelecem as regras de funcionamento, aspetos legais, formalização processual e os direitos e obrigações entre as partes;
- ii. **Clientes.** A avaliação dos clientes é efetuada no contexto específico da operação de crédito. São considerados indicadores de solvabilidade, características sociodemográficas e de rendimento, informações disponibilizadas no mercado, o cumprimento histórico das obrigações, bem como a tipologia do bem ou serviço objeto de financiamento. O Montepio Crédito dispõe de um sistema de decisão, consubstanciado num motor de decisão, composto por modelos de scoring reativo, incluindo regras de decisão, baseadas designadamente na Central de Risco de Crédito do do Banco de Portugal. No contexto atual, o motor de decisão decide automaticamente um conjunto restrito de operações de crédito, pelo que o papel do analista de risco de crédito revela-se muito importante na formação da decisão final. O processo de decisão de crédito encontra-se regulamentado no Manual de Crédito, que inclui as competências e autonomias dos diversos intervenientes e escalões de decisão.

O risco de crédito é monitorizado mensalmente através de reportes internos, preparados pelas Direções de Risco do Montepio Crédito e da CEMG, que incluem a análise do risco de crédito em função da respetiva antiguidade

(análise de “vintages”), fornecendo uma análise precisa e clara dos níveis de incumprimento para cada um dos períodos de origem.

O risco operacional consiste no risco de perdas resultantes de falhas ou erros provenientes dos processos de concessão, gestão e recuperação do crédito. Estas perdas podem resultar de situações internas, originadas pelos sistemas informáticos, pela deficiente ou insuficiente descrição dos manuais de funções e de procedimentos, por erros de execução humana, ou por quaisquer outras situações externas que originem a ocorrência de acontecimentos ou de práticas não diretamente controláveis.

No contexto dos processos de identificação e gestão do risco operacional implementados a nível corporativo, o Montepio Crédito tem implementada uma plataforma de reporte de eventos de Risco Operacional, bem como uma plataforma de controlo, que os classifica e quantifica. Esta plataforma é utilizada por interlocutores formados, expressamente nomeados para o efeito, pertencentes a cada núcleo ou equipa, sendo gerida pela Direção de Risco, com o envolvimento do Secretariado da Administração do Montepio Crédito e em articulação com a Direção de Risco da CEMG.

Periodicamente, é emitido um relatório aos órgãos internos com um resumo dos eventos ocorridos. Em função da frequência, natureza e do risco potencial dos eventos verificados, procede-se a reuniões de trabalho, com a participação dos diversos interlocutores, com o objetivo de, através da reengenharia dos processos e consequente mitigação de riscos, se melhorarem as normas e/ou procedimentos instituídos.

É também efetuado o reporte dos eventos à Direção de Risco da CEMG, para que seja feita a integração da informação do Montepio Crédito na ferramenta de Gestão Integral do Risco Operacional (MGIRO) que integra todas as instituições do perímetro de consolidação financeira do Grupo, que, pelo tipo de atividade desenvolvida, estejam sujeitas a este tipo de riscos.

7. POLÍTICAS DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

A gestão e controlo do crédito na Direção de Controlo de Crédito e Contencioso (DCCT), durante o ano de 2016, permaneceu marcada pela operação de titularização da carteira de créditos “*Non-Performing Loans*” (NPL’s), concretizada em março de 2015, bem como pela implementação de um novo modelo de cobrança de contratos com uma ou duas prestações em atraso.

Na sua gestão de cobrança, a Direção de Controlo de Crédito e Contencioso (DCCT) tem implementado um procedimento dinâmico de cobrança, que identifica e diferencia, numa cadência mensal, segmentos de incumprimento dos contratos para destiná-los às adequadas vias de cobrança, de acordo com as respetivas características. A cobrança de rendas em atraso de contratos ativos inicia-se com o envio de informação escrita ao cliente, de acordo com os termos legais vigentes, e com um contacto telefónico automático para regularização do incumprimento. O contacto telefónico é feito por via das tecnologias IVR – *Interactive Voice Response* e TTS – *Text-to-speech*, utilizadas por entidade externa com a qual foi celebrado acordo contratual. Os resultados de sucesso de

cobrança apresentados são bastante favoráveis, com a vantagem de incorporar baixos custos de gestão processual. Os créditos que não sejam regularizados nesta primeira fase de cobrança são afetos ao procedimento legal de PERSI, quando aplicável, ou a uma cobrança personalizada, com visita ao domicílio, realizada por entidades especializadas neste tipo de cobrança.

Em 2016 foi realizado um concurso destinado à seleção das entidades que teriam condições de efetuar a cobrança extra-judicial de forma mais eficiente e dentro dos padrões de conduta necessários manter na relação com os clientes. Do concurso realizado, foram selecionadas quatro empresas que atualmente colaboram com o Montepio Crédito. A gestão do incumprimento de contratos ativos centra-se num conjunto vasto de aspetos que possam conduzir à regularização da dívida, através do contacto direto com o cliente e pela obtenção de informação adicional que seja atual, assim como pela identificação e implementação dos instrumentos adequados a cada circunstância.

Caso ocorra a degradação da mora, apesar das ações desenvolvidas nas fases anteriores para a sua regularização, são apurados os valores resultantes da rescisão do contrato por incumprimento. Nesta fase, designada por pré-judicial, são desenvolvidas novas ações de contacto e de sensibilização dos clientes sobre as vantagens de não deixarem o processo transitar para os tribunais, através de empresas especializadas, com o objetivo de se conseguir uma solução, através da renegociação da dívida, que evite todos os custos associados ao processo de reclamação judicial.

Tem-se verificado que uma parte dos clientes é sensível a esta abordagem, o que tem evitado que um conjunto de processos sigam para os tribunais, sendo assim resolvidos por via extra-judicial.

A cobrança contenciosa é desenvolvida por oito mandatários externos com os quais foram celebrados contratos de avença, sendo a gestão da relação com esses mandatários assegurada diariamente por uma equipa da DCCT, com o objetivo de potenciar os resultados do processo executivo, controlando-se tempos de resposta e de atuação que conduzam a uma maior eficiência processual.

Se, mesmo por via judicial, não for alcançado o cumprimento integral da dívida por impossibilidade processual – atenta a inexistência de bens do devedor passíveis de penhora – e por proposta do mandatário, ou por imposição legal, o crédito inicia uma última fase de cobrança, também ela extra-judicial, designada por pós-judicial, também através da colaboração de empresas externas devidamente acompanhadas por equipas da DCCT. Nesta fase, a dívida mantém-se até ao total cumprimento das obrigações dos clientes, sendo sempre reportada na centralização de responsabilidades. No planeamento das ações de cobrança respetivas, tenta-se efetuar acordos de pagamento voluntário, resultantes de campanhas específicas para regularização de dívida.

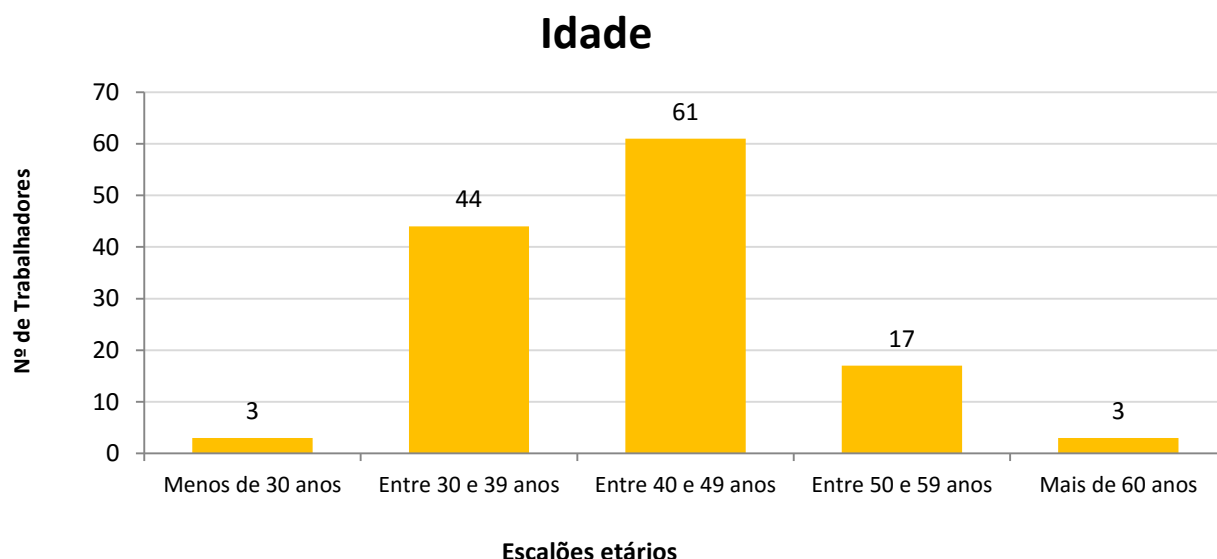
O desafio de cobrança do incumprimento tem estado focado no aumento da eficiência e na redução e controlo de custos. A limitação legal imposta às despesas de cobrança de valores em atraso de contratos de financiamento impulsionou a necessidade de se efetuarem alterações ao processo de recuperação, por forma a obter um maior equilíbrio entre os custos e os proveitos resultantes da ação direta de cobrança e que limitem a necessidade de se constituírem maiores níveis de imparidade no crédito.

A gestão dos contratos que foram objeto da titularização “Aqua NPL n.º 1”, relativa a valores em dívida que já se encontravam registados em “writte-off”, tem igualmente constituído um desafio da equipa da DCCT, originando a satisfação de necessidades de formação, de informação, de meios técnicos e de agilidade na segmentação e oferta de campanhas específicas.

8. RECURSOS HUMANOS

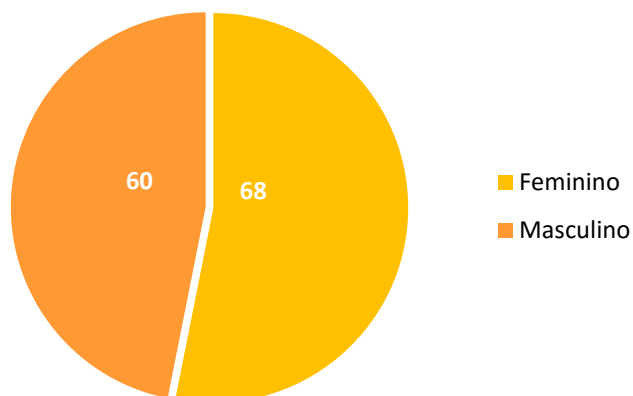
O quadro de trabalhadores era composto no final de 2016 por 128 pessoas.

A idade média dos trabalhadores do Montepio Crédito é de 42 anos, constatando-se que 37% se situa nos escalões etários abaixo dos 39 anos e 48% no escalão entre os 40 e os 49 anos.



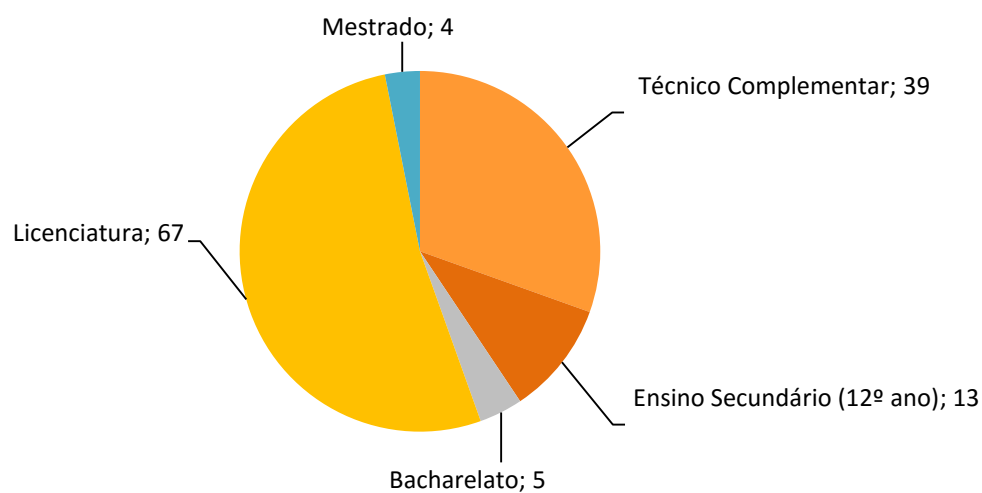
No que respeita ao género, verifica-se que as mulheres predominam com 53% do total dos trabalhadores.

Sexo



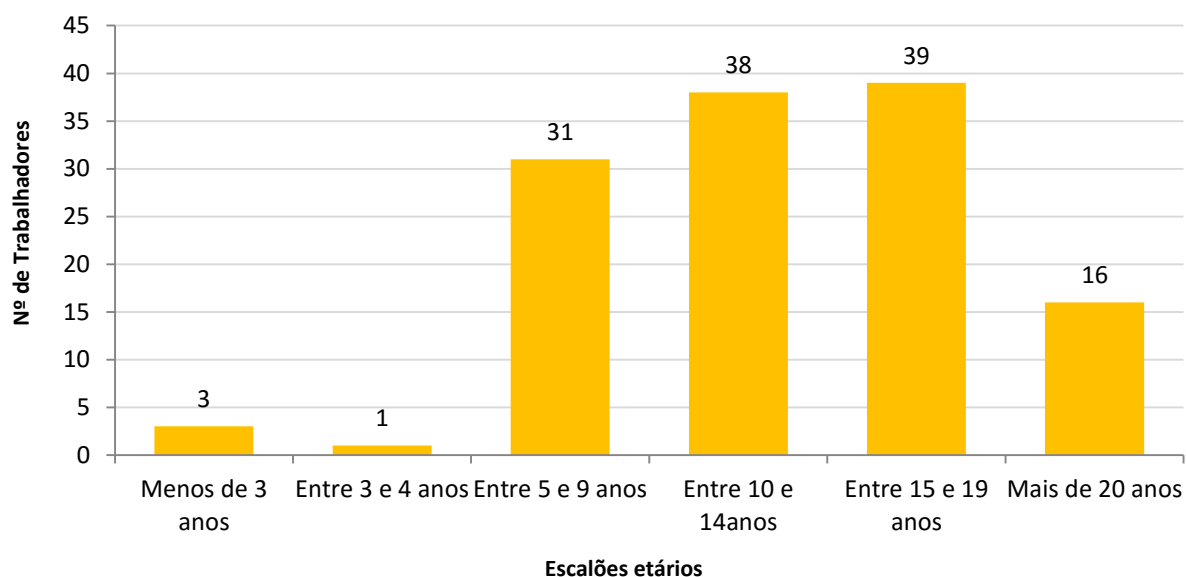
A formação de base dos recursos humanos é elevada, com cerca de 59% dos trabalhadores com formação superior.

Habilitações Literárias



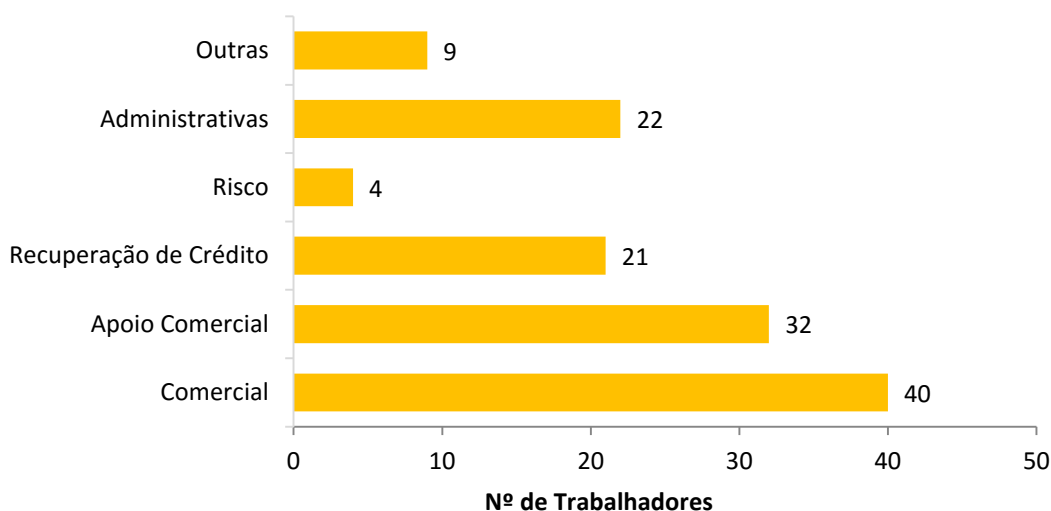
A antiguidade média na empresa é de cerca de 13 anos, relevando estabilidade nos recursos humanos e a experiência profissional necessária ao funcionamento eficaz da instituição. Cerca de 24% dos trabalhadores tem uma antiguidade média entre os 5 e os 9 anos, 30%, entre os 10 anos e os 14 anos e 43% com 15 anos ou mais.

Antiguidade



No que se refere às funções desempenhadas, pode constatar-se que 56% dos trabalhadores tem funções comerciais diretas ou indiretas. Segue-se 16% de trabalhadores na recuperação de crédito e 17% em funções administrativas.

Funções



Foram realizadas 47 ações de formação externa e 9 de formação interna, num total de 2.902 horas, envolvendo a globalidade dos trabalhadores da empresa. Em termos médios, cada trabalhador realizou 3,6 ações de formação.

Em 2016 a empresa e os seus trabalhadores voltaram a ser distinguidos com o prémio de excelência no trabalho, atribuído pela Neves de Almeida | HR Consulting em parceria com a Human Resources Portugal, a Executive Digest e o INDEG-ISCTE. Do estudo efetuado às práticas de gestão de recursos humanos, às condições oferecidas e ao

ambiente de trabalho, resultou, pelo segundo consecutivo, o primeiro lugar no setor da banca, seguros e serviços financeiros e o sexto lugar nas médias empresas. Trata-se de prémios que resultam da prática dos valores da instituição, importantes para a sua afirmação no mercado e em alinhamento com as práticas, políticas e valores do Grupo Montepio.



MONTEPIO CRÉDITO VENCEDOR SETORIAL
BANCA, SEGUROS E SERVIÇOS FINANCEIROS SEGMENTO DE MÉDIAS EMPRESAS

9. POLÍTICA COMERCIAL E MARKETING

O facto do Montepio Crédito ser, desde a sua origem, uma empresa de capitais portugueses facilita a transmissão ao mercado da necessária confiança, estabilidade e segurança na continuidade do negócio e das relações estabelecidas. Este aspeto é especialmente relevante, tendo em conta a diminuição substancial do número de empresas com capitais portugueses, após a crise financeira de 2008 e a crise da dívida soberana que originou a intervenção da Troika em Portugal.

De facto, a quase generalidade das empresas concorrentes têm capitais de origem em outros países da União Europeia, particularmente em França e em Espanha.

O Montepio Crédito, como Instituição de capitais totalmente portugueses, obteve da Associação Empresarial de Portugal o selo “Portugal Sou Eu” para reforçar as relações com os seus parceiros de negócio e clientes finais.

ATIVIDADE COMERCIAL

O ano de 2016 foi marcado pela consolidação da posição do Montepio Crédito nos mercados em que atua, desenvolvendo a sua atividade através de uma dinâmica de alargamento da oferta, alicerçada no desenvolvimento de ferramentas de gestão automatizada de apoio à atividade.

Após o encerramento do processo de venda, o Conselho de Administração submeteu ao acionista um plano de desenvolvimento da atividade da empresa, incluindo o reforço da articulação com a rede comercial da CEMG, fazendo uso da especialização da empresa, designadamente nos segmentos de crédito automóvel e de crédito ao consumo.

Neste sentido, foi iniciado o desenvolvimento de diversas iniciativas, no sentido de apresentar soluções comerciais para venda através da rede comercial da CEMG, trabalhos que se aprofundaram já nos primeiros meses de 2017, através da equipa de Parcerias Montepio.

Estas iniciativas foram integradas no Programa Foco, que veio a ser aprovado em 3 de março de 2017, e que inclui diversas medidas de otimização da empresa, no plano comercial e também de procedimentos internos.

a) Automóvel

Durante 2016, o Montepio Crédito reforçou as parcerias com operadores de referência do retalho automóvel, muito particularmente aqueles que são considerados estratégicos para a atividade da Instituição. Foi assim possível atingir um crescimento de cerca de 10% no volume de produção deste segmento.

O volume de produção atingiu os 83M Eur, decorrente, também, de outro vector estratégico da política definida para a área automóvel, com a diversificação e o alargamento da base de trabalho de Parceiros. Deste modo, incrementou-se o Share-of-Wallet, em particular, no segmento de viaturas usadas, tendo-se registado um crescimento significativo na produção, superior em mais de 50%, face ao ano anterior.

O Montepio Crédito continuou a acrescentar valor e conhecimento ao Grupo Montepio, nas vertentes que o negócio do financiamento automóvel incorpora. Por um lado, o financiamento ao consumidor final, através da configuração de uma oferta que disponibiliza uma vasta gama de alternativas de financiamento, sempre ajustadas à tipologia de cliente e ao segmento de viaturas. Por outro lado, o financiamento à atividade das empresas que desenvolvem o seu negócio no mercado de retalho automóvel, nomeadamente, soluções de crédito especializado, como o financiamento de Stock e de Cash Advance, bem como o financiamento de operações de Rent-a-Car, complementando a oferta de produtos e serviços do Grupo Montepio.

O Montepio Crédito continuou a disponibilizar uma equipa de consultores comerciais, conhecedores dos produtos e do mercado, devidamente habilitados a aconselhar, em cada momento, a solução que melhor se coaduna com os interesses dos clientes dos nossos parceiros, assim como o acompanhamento adequado das parcerias comerciais, incluindo a prestação de formação adequada que permita aos seus parceiros e consultores responder rápida e eficazmente às solicitações.

O lançamento de novos produtos, nas suas diversas vertentes, a otimização de processos e a contínua identificação de novas oportunidades de negócio, continuaram a ser vetores merecedores de uma especial atenção, permitindo ao Montepio Crédito prosseguir o caminho de um crescimento sustentável da sua atividade.

b) Crédito ao Consumo

O crédito ao consumo, com especial destaque para o financiamento das compras associadas ao segmento do retalho especializado, tem evoluído muito positivamente nos últimos 3 anos, particularmente em 2016. Mantendo um crescimento relativo sempre superior ao mercado, esta unidade de negócio foi responsável pela originação de mais de 24.000 pedidos de financiamento, resultando em mais de 12.000 novos clientes.

Para além dos habituais segmentos do consumo, tais como, eletrónica, comunicações, informática, mobiliário e decoração, o Montepio Crédito reforçou a sua presença no segmento da saúde, através do financiamento dos serviços de criopreservação, mas igualmente no apoio à educação e formação especializados.

Para responder às necessidades de crescimento desta área de negócios, foram introduzidas melhorias em alguns processos internos, reforçando-se a eficiência e a oferta de soluções de crédito e na exploração de novos canais de distribuição e de comunicação. Foram desenvolvidas campanhas específicas de crédito pessoal, para clientes e consumidores finais, sem recurso à intermediação por parceiros.

Continua a desenvolver-se esforços para, em 2017, se introduzir um conjunto de melhorias com impacto positivo nos níveis de serviço que proporcionem o suporte ao crescimento exigente do crédito ao consumo.

O crédito revolving, com cartão, teve em 2016 o seu primeiro ano completo de atividade. Foi lançada em janeiro a primeira operação de cartão de crédito co-branded com um dos maiores concessionários da marca Mercedes. Em consequência, no segundo semestre já haviam sido colocados mais de 500 cartões de crédito.

Este segmento de negócio vai continuar a ser explorado, em 2017, com outros parceiros a operar no retalho especializado.

c) Equipamentos

A atividade desta área de negócio focou-se no reforço do posicionamento da Instituição junto dos principais fornecedores/importadores oficiais de veículos pesados a operar em Portugal.

Através da negociação de campanhas específicas, continuou a captar-se novos clientes finais, em particular pequenas e médias empresas de elevada qualidade, potenciando o desenvolvimento da política de *cross-selling* do Grupo Montepio.

Paralelamente, diversificou-se a oferta de produtos financeiros destinados ao financiamento de outros setores fundamentais da economia nacional, nomeadamente agrícola, industrial e saúde.

A diferenciação nestes segmentos de negócio tem sido conseguida por via de uma oferta de alto valor acrescentado, normalmente associado ao produto de aluguer operacional (*renting*), com elevados níveis de serviço.

d) Parcerias Montepio

A direção de Parcerias Montepio alicerçou a sua atividade na relação com a Caixa Económica Montepio Geral (CEMG) assente em dois objetivos comerciais: a dinamização da oferta de soluções de renting para distribuir junto da rede comercial da CEMG e a identificação de clientes com perfil de ponto de venda. Este segundo objetivo é particularmente importante, por permitir o alargamento da rede de distribuição dos produtos do Montepio Crédito através do estabelecimento de novos protocolos comerciais, possibilitando a captação de novos clientes e uma relação mais fidelizada e forte entre esses pontos de venda e o Grupo Montepio.

Foi dinamizada a oferta de soluções de aluguer operacional na rede comercial da CEMG, destacando-se, para além de outras, a iniciativa de disponibilização de uma viatura específica, com condições de comercialização vantajosas, designada por “Viatura do Mês”.

Complementarmente ao acompanhamento da rede da CEMG, foram, também, desenvolvidas atividades em nichos de mercado, dos quais se destacam os setores das energias renováveis e do digital.

MARKETING**a) Comunicação**

O Montepio Crédito tem potenciado o reforço da notoriedade junto do cliente final, adotando para tal uma estratégia omnicanal que proporcione sinergias junto do Grupo Montepio.

Nesse sentido efetuou uma comunicação regular com os seus clientes, onde se divulgam as campanhas em curso, novos protocolos, benefícios e lançamento de passatempos na sua página de facebook que conta com mais de 4000 seguidores.

Em acréscimo, foi também assegurada a comunicação através de *newsletters* da Montepio Geral Associação Mutualista e da respetiva Revista Montepio.

b) Iniciativas de cariz social

No âmbito da sua ação cívica e de responsabilidade social, o Montepio Crédito manteve a sua colaboração com a ACE – Teatro do Bolhão no âmbito das suas atividades culturais e educativas. Este protocolo permitiu a atribuição de benefícios aos trabalhadores, clientes e parceiros de negócio do Montepio Crédito.

Ainda no âmbito de ações de cariz social, patrocinou a 3ª corrida We Run da Wall Street English, cujos fundos reverteram para 3 instituições de solidariedade: Acreditar, Bagos D’Ouro e Missão Kanimambo.

Tem também em curso uma iniciativa que permite que cada trabalhador na sua data de aniversário possa escolher uma associação de solidariedade social, entre 3 eleitas, à qual o Montepio Crédito atribui um donativo.

c) Transformação Digital

O Montepio Crédito tem em curso um conjunto de projetos que visam melhorar os processos de negócio, de acordo com as inovações tecnológicas e novas tendências de consumo.

Em 2016 consolidou-se a aplicação mobile de apoio aos parceiros da área do financiamento automóvel e o lançamento de projetos ao nível da reformulação de *front-ends* de negócio e da melhoria da acessibilidade e usabilidade dos websites.

d) Oferta comercial

Paralelamente à adoção de novos canais de distribuição, nomeadamente o digital, o Montepio Crédito alargou a sua oferta comercial, nomeadamente na disponibilização de serviços complementares, que permitam acrescentar valor na relação com os clientes e se encontrem alinhados com as suas necessidades específicas.

Destaca-se, neste âmbito, a oferta na área de seguros para proteção ao financiamento, seguros em caso de perda total do bem, extensão de garantia automóvel, estando agora também disponível um novo pacote de serviços de manutenção vocacionado para viaturas novas e que os nossos clientes poderão associar a qualquer modalidade de financiamento.

e) Satisfação clientes e parceiros

Com o objetivo de reforçar a posição como parceiro de confiança, a empresa levou a cabo Inquéritos de satisfação e *mystery shopper* que possibilitaram a medição do nível de serviço prestado e o conhecimento da opinião e das expectativas dos clientes e dos parceiros de negócio. Permitiram, ainda a identificação, análise e definição de diversas oportunidades de melhoria dos produtos disponibilizados e dos serviços prestados pela Instituição.

10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2016 o Montepio Crédito obteve um resultado líquido positivo de 4.288.820,71 euros que, nos termos do exposto no art. 294º do Código das Sociedades Comerciais, se propõe seja aplicado da seguinte forma:

- a) Em reservas legais o montante de 428.882,08 euros, correspondente a 10 % dos resultados líquidos;
- b) Na rubrica de resultados transitados o montante de 3.859.938,63 euros, correspondente a 90 % dos resultados líquidos.

11. ESTRUTURA E PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO

O capital social do Montepio Crédito é composto por 30 milhões de ações, com o valor nominal de 1 euro, sendo detido integralmente pelo Montepio Holding, SGPS, SA que é detido, integralmente, pela CEMG (entidade que consolida as contas das participações sociais sujeitas à supervisão do Banco de Portugal), que, por sua vez, é detida pela Associação Mutualista Montepio Geral.

As ações emitidas não reservam quaisquer cláusulas especiais em matéria dos direitos dos acionistas, nem quaisquer restrições ou limitação quanto à sua transmissibilidade ou alienação.

O Conselho de Administração reúne mensalmente, ou sempre que o seu Presidente o convoque, por sua iniciativa ou por solicitação de dois administradores.

É da competência do Conselho de Administração a condução das seguintes matérias:

- Definir as políticas gerais da Instituição e aprovar os planos e orçamentos anuais e plurianuais, bem como os relatórios trimestrais de execução;
- Estabelecer a organização interna da Instituição e delegar os poderes ao longo da cadeia hierárquica;
- Conduzir as atividades da Instituição, praticando todos os atos que a lei ou os estatutos não reservem a outros órgãos sociais;
- Executar as deliberações da Assembleia-Geral;
- Representar a Instituição em juízo ou fora dele, comprometendo-se em arbitragens, propondo pleitos judiciais ou defendendo-se deles, podendo confessar, desistir ou transigir em quaisquer processos judiciais;
- Apresentar à Assembleia-Geral, para apreciação e votação, nas épocas legalmente determinadas, os relatórios, balanços e contas dos exercícios sociais;
- Adquirir, alienar e onerar quaisquer direitos ou bens, móveis ou imóveis, incluindo participações em outras sociedades e em agrupamentos complementares de empresas, desde que sejam observadas as disposições legais em vigor para as instituições financeiras de crédito;
- Deliberar sobre a emissão de obrigações ou quaisquer outros títulos de dívida;
- Contratar e despedir empregados e outros prestadores de serviços;
- Constituir mandatários para a prática de determinados atos, definindo a extensão dos respetivos mandatos;
- Proceder, no caso de falta ou impedimento definitivo de algum Administrador, à sua substituição, por cooptação, dentro dos sessenta dias a contar da sua falta, submetendo essa cooptação a ratificação na primeira Assembleia-Geral que se realize.

Quaisquer alterações de estatutos ou de aumento de capital devem ser objeto de proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral, que decidirá em conformidade.

Não existem acordos entre a Sociedade e os seus Administradores ou os seus Trabalhadores que estabeleçam quaisquer indemnizações, para além das previstas na legislação em vigor.

A remuneração dos órgãos sociais do Montepio Crédito respeita o estatuto remuneratório em vigor para as empresas participadas do Grupo Montepio, nos termos do deliberado na Assembleia Geral.

Os órgãos sociais do Montepio Crédito tiveram em 2016 a seguinte composição:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	António Moreira Barbosa de Melo*
Vice-Presidente	Rui Manuel da Silva Alves
Secretária	Ana Prado de Castro
Secretária	Ana Cristina Marques da Silva Andrade Costa Neves

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente (Executivo)	Jorge Humberto Cruz Barros Jesus Luís**
Vogal não executivo	Fernando Paulo Pereira Magalhães
Vogal não executivo	Pedro Miguel de Almeida Alves Ribeiro***
Administrador Executivo	Pedro Jorge Gouveia Alves ****
Administrador Executivo	Manuel de Pinho Baptista

FISCAL ÚNICO

KPMG & Associados – SROC, S.A, representada por Hugo Jorge Gonçalves Cláudio, ROC n.º 1.597

FISCAL ÚNICO SUPLENTE

Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes

* Faleceu em 7 de setembro de 2016.

** Exerceu funções executivas a partir de 20 de maio de 2016, tendo até então sido Presidente não executivo.

*** Cessou funções em 31 de março de 2017.

**** Deixou de exercer funções em 13 de Maio de 2016.

Durante o ano de 2016 foram colocados à disposição dos órgãos sociais os seguintes montantes, em euros:

MONTANTES COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS			
ÓRGÃO SOCIAL	NOME	MONTANTE (euros)	NOTAS
Assembleia Geral			
Presidente da Mesa	António Moreira Barbosa de Melo	2 050,00	Até Setembro de 2016
Conselho de Administração			
Administrador Executivo	Pedro Jorge Gouveia Alves	24 000,00	Até Maio de 2016
Presidente CA (executivo)	Jorge Humberto Cruz Barros Jesus Luís	56 000,00	
Administrador	Fernando Paulo Pereira Magalhães	56 000,00	
Administrador	Pedro Miguel Almeida Alves Ribeiro	56 000,00	
Administrador Executivo	Manuel de Pinho Baptista	145 009,56	
Fiscal Único e Revisor Oficial de Contas - e entidades da mesma rede			
		2016	2015
Auditoria		40 500	30 000
Serviços distintos de auditoria exigidos por lei		17 000	28 500
Serviços de apoio fiscal (*)		7 500	7 500
Mais de 5 anos		-	-
		65 000	66 000

(*) serviço contratado em 2015 e prestado sobre as demonstrações financeiras de 2015

12. NOTAS FINAIS E RECONHECIMENTOS

No exercício de 2016, mantiveram-se alguns dos condicionalismos ao negócio decorrentes do momento particularmente exigente que se atravessa, com o aumento da competitividade, muito particularmente, das Instituições de Crédito especializado de grande dimensão. Um fator adicional que deve ser relevado como constrangedor da normal atividade do Montepio Crédito em 2016 respeitou ao processo de venda do capital da Instituição. Este processo que se alongou, praticamente, durante todo o ano, criou fatores de instabilidade interna e impactou desfavoravelmente na capacidade concorrencial da empresa.

Apesar desses constrangimentos, é de assinalar o trabalho efetuado com a habitual dedicação e o profissionalismo dos trabalhadores que compõem a organização, aspetos que foram fundamentais para a concretização das linhas de orientação estratégica. Sublinha-se a grande capacidade de orientação do foco para as oportunidades que o mercado vem apresentando, o que permitiu uma sólida e sustentável diversificação para novos segmentos de negócio. Neste âmbito, cabe uma palavra de especial apreço para com os trabalhadores da Instituição que sempre demonstraram toda a disponibilidade e motivação para abraçar os desafios, correspondendo assim aos desígnios de um Montepio Crédito mais participativo na geração de valor para o Grupo Montepio.

O Conselho de Administração reconhece, de forma especial, a preferência dos nossos clientes ao elegerem o Montepio Crédito como a Instituição onde encontram as soluções para satisfazerem as suas necessidades de financiamento e serviços que lhe são complementares.

É igualmente devido o merecido reconhecimento a todos os parceiros pela forma como aceitaram e reconheceram a marca Montepio Crédito, privilegiando os nossos produtos e serviços no desenvolvimento da sua atividade, tantas vezes contribuindo com sugestões e com iniciativas que nos permitiram melhorar continuamente a nossa oferta.

Também o Conselho de Administração reconhece todo o apoio prestado às nossas atividades ao longo do último exercício por todos os membros dos órgãos sociais. De salientar e lamentar o falecimento do Presidente da Mesa da Assembleia, a Ilustre figura do Professor Barbosa de Melo, ao qual o Conselho de Administração presta a merecida homenagem e agradecimentos pela colaboração, lealdade e conhecimento colocados ao serviço do Montepio Crédito ao longo de 18 anos.

São ainda devidos agradecimentos a entidades externas, nomeadamente às estruturas das Associações de que o Montepio Crédito é membro.

Porto, 3 de maio de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Humberto Cruz Barros de Jesus Luís- Presidente (Executivo)

Fernando Paulo Pereira Magalhães – Administrador não executivo

Manuel de Pinho Baptista – Administrador executivo

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

maio de 2017

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- NOTAS EXPLICATIVAS

(Páginas 46 a 133)

Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Demonstração dos Resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	2016	2015
Juros e rendimentos similares	3	30 497	30 168
Juros e encargos similares	3	15 371	20 263
Margem financeira		15 126	9 905
Rendimentos de serviços e comissões	4	27	14
Encargos com serviços e comissões	4	(323)	(461)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	5	(2 129)	2 110
Resultados de reavaliação cambial	6	-	(1)
Resultados da alienação de outros ativos	7	-	12 727
Outros resultados de exploração	8	4 371	2 688
Total de proveitos operacionais		17 072	26 982
Custos com pessoal	9	5 947	5 800
Gastos gerais administrativos	10	4 305	4 775
Amortizações do período	11	363	320
Total de custos operacionais		10 615	10 895
Imparidade do crédito	12	432	1 337
Outras provisões	13	268	542
Imparidade de outros ativos financeiros	14	-	1 144
Imparidade de outros ativos	15	(9)	663
Resultado operacional		5 766	12 401
Impostos			
Correntes	24	1 498	2 872
Diferidos	24	(21)	602
Resultado líquido do exercício		4 289	8 927

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Demonstração do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Nota	2016	2015
Items que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados			
Amortizações do ajustamento de transição das pensões (aviso nº 12/01)		-	(19)
Desvios atuariais	37	464	195
Total de outro rendimento integral do exercício depois de impostos		464	176
Resultado líquido do exercício		4 289	8 927
Total de rendimento integral do exercício		4 753	9 103

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Balanço
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Euros)

Notas	2016		2015	
	Ativo Bruto	Amortizações e Provisões	Ativo Líquido	Ativo Líquido
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	1	-	1
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	1 590	-	1 590
Ativos financeiros disponíveis para venda	18	124 587	1 144	123 443
Aplicações em instituições de crédito	19	10 366	-	10 366
Crédito a clientes	20	378 762	15 923	362 839
Ativos não correntes detidos para venda	21	69	48	21
Outros ativos tangíveis	22	2 887	1 939	948
Ativos intangíveis	23	3 535	3 232	303
Ativos por impostos diferidos	24	1 730	-	1 730
Outros ativos	25	9 222	1 237	7 985
Total do Ativo		<u>532 749</u>	<u>23 523</u>	<u>509 226</u>

Notas	2016	2015
Passivo		
Recursos de outras instituições de crédito	26	312 144
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	27	123 443
Passivos financeiros detidos para negociação	28	99
Provisões	29	4 627
Passivos por impostos correntes	24	594
Outros passivos subordinados	30	16 916
Outros passivos	31	14 132
Total do Passivo	<u>471 955</u>	<u>447 380</u>

Capitais Próprios

Capital	32	30 000	30 000
Prémios de emissão	34	1 498	1 498
Outras reservas e resultados transitados	34	1 484	(7 907)
Resultado líquido do exercício		4 289	8 927
Total dos Capitais Próprios		<u>37 271</u>	<u>32 518</u>
		<u>509 226</u>	<u>479 898</u>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Mapa de alterações dos Capitais Próprios Individuais
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Total da situação líquida	Capital	Prémios de emissão	Reserva legal	Reserva estatutária	Outras reservas	Resultados acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	23 415	30 000	1 498	1 872	147	580	(10 682)
Amortização líquida de impostos diferidos do ajustamento de transição das pensões (aviso nº 12/01) (nota 37)	(19)	-	-	-	-	-	(19)
Desvios atuariais no exercício	195	-	-	-	-	-	195
Resultado do exercício	8 927	-	-	-	-	-	8 927
Aplicação de resultados	-	-	-	84	-	-	(84)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	32 518	30 000	1 498	1 956	147	580	(1 663)
Desvios atuariais no exercício	464	-	-	-	-	-	464
Resultado do exercício	4 289	-	-	-	-	-	4 289
Aplicação de resultados	-	-	-	893	-	-	(893)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	37 271	30 000	1 498	2 849	147	580	2 197

Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Euros)

	2016	2015
<i>Fluxos de caixa de atividades operacionais</i>		
Juros e comissões recebidos	30 797	30 799
Juros e comissões pagos	15 517	21 451
Despesas com pessoal	6 323	5 460
Outros pagamentos por gastos administrativos	3 590	8 360
Outros pagamentos por custos de exploração	4 418	3 292
Recuperação de crédito e juros vencidos	479	220
Outros recebimentos	9 721	8 533
Pagamento de impostos	3 730	2 871
	<u>7 419</u>	<u>(1 882)</u>
<i>(Aumentos) / diminuições de ativos operacionais</i>		
Crédito sobre clientes	(21 669)	(30 338)
Crédito sobre instituições de crédito	(10 366)	-
Outros Ativos	2 864	-
	<u>(29 171)</u>	<u>(30 338)</u>
<i>(Aumentos) / diminuições de passivos operacionais</i>		
Recursos para outras instituições de crédito	16 817	22 724
Passivos financeiros associados a activos transferidos	5 857	-
	<u>22 674</u>	<u>22 724</u>
	<u>922</u>	<u>(9 496)</u>
<i>Fluxos de caixa de atividades de investimento</i>		
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	(1 144)
Ativos financeiros detidos para negociação	-	7
Ativos não correntes detidos para venda	(16)	33
Aquisições de ativos intangíveis	(75)	(301)
Aquisições de outros ativos tangíveis	(705)	(687)
Alienação de imobilizações	351	160
Recebimento operações financeiras	(225)	12 727
	<u>(670)</u>	<u>10 795</u>
Variação líquida em caixa e equivalentes	252	1 299
Caixa e equivalentes no início do período	1 339	40
Caixa (nota 16)	1	1
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 17)	1 590	1 338
Caixa e equivalentes no fim do período	<u>1 591</u>	<u>1 339</u>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MONTEPIO CRÉDITO – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**
31 DE DEZEMBRO DE 2016**1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS****A) BASES DE APRESENTAÇÃO**

O Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (adiante designada por “Montepio Crédito” ou “Sociedade”) foi constituído em 1 de Junho de 1992 com a denominação social de Finindústria Comercial – Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S.A.. Em 29 de Junho de 1993 alterou a sua denominação social para Finicrédito – S.F.A.C., S.A. e, em 11 de Dezembro de 2003, para Finicrédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Em 7 de Dezembro de 2005, incorporou por fusão a Leasecar – Comércio e Aluguer de Veículos e Equipamentos, S.A. com efeitos contabilísticos reportados a 1 de Janeiro de 2005.

Em 2007, foi constituída a sucursal da Roménia, com designação “Finicrédito IFIC SA Portugalia Sucursala Romania”, que iniciou a atividade comercial em Fevereiro de 2008. Em Setembro de 2015, a esta sucursal foi encerrada.

Em 22 de Janeiro de 2013 alterou a sua denominação social para Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

A Sociedade é detida de forma direta pelo Montepio-Holding, S.G.P.S., S.A. e, indireta pela Caixa Económica Montepio Geral, consolidando com esta última pelo método integral na Associação Mutualista Montepio Geral. Os principais saldos e transações com empresas do Grupo são detalhados na nota 38, em conjunto com as divulgações relativas às partes relacionadas.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002 e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, as demonstrações financeiras do Montepio Crédito são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor e adotadas pela União Europeia, com exceção das matérias definidas nos n.º 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal (“NCA's”). As NCA's incluem as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”) e pelos respetivos órgãos antecessores com exceção dos aspetos já referidos definidos nos Avisos n.º 1/2005 e n.º

4/2005 do Banco de Portugal: i) valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se manterá o atual regime, ii) benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da IAS 19 e iii) restrição de aplicação de algumas opções previstas nas IAS/IFRS.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Montepio Crédito em 03 de Maio de 2017. As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros arredondados ao milhar mais próximo.

Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respetiva versão vigente.

As demonstrações financeiras do Montepio Crédito para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com as NCA's emitidas pelo Banco de Portugal e em vigor nessa data.

O Montepio Crédito adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram em ou após 1 de Janeiro de 2016, tal como referido na nota 41.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente e são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os ativos financeiros e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA's requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na política contabilística descrita na nota 1 v).

B) CRÉDITO A CLIENTES

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Montepio Crédito para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efetuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes ativos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Montepio Crédito expiram; ou (ii) o Montepio Crédito transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

Provisões para crédito

Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 a), o Montepio Crédito aplica nas suas contas individuais as NCA's pelo que, de acordo com o definido nos n.º 2 e 3 do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantém o regime definido pelas regras do Banco de Portugal aplicado pelo Montepio Crédito nos exercícios anteriores, como segue:

Provisão específica para crédito concedido

A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados, e créditos objeto de acordos de reestruturação, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efetuada periodicamente pelo Montepio Crédito tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a atual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos Avisos n.º 3/95 de 30 de Junho, n.º 7/00 de 27 de Outubro e n.º 8/03 de 30 de Janeiro.

Provisão para riscos gerais de crédito

Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de Junho, Aviso n.º 2/99 de 15 de Janeiro e Aviso n.º 8/03 de 30 de Janeiro, do Banco de Portugal.

Provisão para risco país

A provisão para risco país é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de Junho do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as diretrizes da Instrução n.º 94/96, de 17 de Junho, do Boletim de Normas e Instruções do Banco de Portugal, incluindo as alterações de Outubro de 1998, ao disposto no número 2.4 da referida Instrução.

Anulação contabilística de créditos (write-offs)

Em conformidade com a Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efetuada quando não existem perspetivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspetiva económica, e para

créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade, quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

Tendo em consideração as características de cada tipologia de contratos em vigor no Montepio Crédito e atentos ao teor da Carta Circular 15/09/DSBDR, de 2009/01/28, do Banco de Portugal, foi definida internamente a política de registo de perdas contratuais.

Verifica-se que, para os créditos de pequeno montante, destinados essencialmente às famílias, o cumprimento do plano financeiro se caracteriza por fluxos contínuos. No caso de incumprimento, a continuidade desses fluxos é interrompida, verificando-se ao longo do estado de incumprimento pagamentos pontuais que vão fazendo diminuir a dívida. Quando se verifica longos períodos de tempo sem que tenha havido qualquer pagamento da dívida, constata-se que a probabilidade de cobrança, apesar de existir, é diminuta. Foi feito um estudo sobre a cobrabilidade de contratos com as características abaixo e concluiu-se que, ao longo de 3 anos, se tinha recuperado apenas 17%.

Nestes termos, definiu-se a seguinte política de desreconhecimento dos créditos e provisões (writte-off):

- Contratos de crédito lar – Mora superior ou igual a 18 meses, sem qualquer pagamento nos últimos 12 meses;
- Contratos de crédito automóvel – Mora superior ou igual a 18 meses, sem garantia da viatura e sem qualquer pagamento nos últimos 12 meses. (*)
- Contratos de ALD e de leasing - Mora superior ou igual a 24 meses, sem garantia da viatura e sem qualquer pagamento nos últimos 12 meses. (*)

(*) Um contrato cuja viatura foi recuperada e vendida é considerado sem garantia. Da mesma forma, um contrato cuja viatura esteja há mais de 6 meses para ser recuperada, considera-se sem garantia.

Se nos exercícios subsequentes, o montante de imparidade estimada aumentar ou reduzir em resultado de eventos subsequentes ao reconhecimento da imparidade inicial, o valor de imparidade é aumentado ou reduzido por contrapartida da rubrica de resultados acima referida. Se forem recuperados créditos abatidos, o montante recuperado é creditado em resultados na mesma rubrica de Imparidade, acima referida.

C) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação (trade date), ou seja, na data em que o Montepio Crédito se compromete a adquirir o ativo e são classificados considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as categorias descritas seguidamente.

1) Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

1a) Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou ações, os que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (exceto no caso de um derivado classificado como de cobertura), são classificados como de negociação. Os dividendos associados a ações destas carteiras são registados em Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos em margem financeira.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica ativos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

1b) Outros ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (Fair Value Option)

O Montepio Crédito adotou o *Fair Value Option* para algumas emissões próprias. As variações de risco de crédito do Montepio Crédito associadas a passivos financeiros em *Fair Value Option* encontram-se divulgadas na nota da rubrica "Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

A designação de outros ativos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*) é realizada desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- os ativos e passivos financeiros são geridos, avaliados e reportados internamente ao seu justo valor;
- a designação elimina ou reduz significativamente o *mismatch* contabilístico das transações; e
- os ativos ou passivos financeiros contêm derivados embutidos que alteram significativamente os fluxos de caixa dos contratos originais (*host contracts*).

Os ativos e passivos financeiros ao *Fair Value Option* são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial, com as variações subsequentes de justo valor reconhecidas em resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira com base na taxa de juro efetiva de cada transação, assim como a periodificação dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

2) ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda detidos com o objetivo de serem mantidos pelo Montepio Crédito, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou ações, são classificados como disponíveis para venda, exceto se forem classificados numa outra categoria de ativos financeiros. Os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transações e são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados. Na alienação dos ativos financeiros disponíveis para venda,

os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda" da demonstração dos resultados. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efetiva em margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

5) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transação associados fazem parte da taxa de juro efetiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efetiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados no momento em que ocorrem.

(ii) Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas do Montepio Crédito, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de um ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num ativo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como ativos financeiros disponíveis para venda aumente e esse aumento possa ser objetivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade em resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. A recuperação das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda é registada como mais-valia em reservas de justo valor quando ocorre (não existindo reversão por contrapartida de resultados).

D) CONTABILIDADE DE COBERTURA*(i) Contabilidade de cobertura*

O Montepio Crédito designa derivados e outros instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial resultantes de atividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Montepio Crédito. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;
- se espera que a cobertura seja altamente efetiva;
- a efetividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do exercício de relato financeiro; e
- em relação à cobertura de uma transação prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afetar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários ativos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do exercício, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

(ii) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do ativo, passivo ou grupo de ativos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação da cobertura são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

(iii) Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa, são reconhecidas em capitais próprios - reservas de fluxos de caixa na parte efetiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefetiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afeta resultados.

No caso de uma cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, quando o instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura, ou a relação de cobertura é revogada, a relação de cobertura é descontinuada prospectivamente.

Desta forma, as variações de justo valor do derivado, acumuladas em capitais próprios até à data da descontinuação da cobertura podem ser:

- diferidas pelo prazo remanescente do instrumento coberto; ou
- reconhecidas de imediato em resultados do exercício, no caso de o instrumento coberto se ter extinguido.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transação futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transação futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

(iv) Efetividade de cobertura

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, o Montepio Crédito executa testes prospetivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efetividade das relações de cobertura, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

(v) Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efetiva da relação de cobertura. A parte inefetiva é reconhecida em resultados do exercício. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respetiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do exercício no momento da venda da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

E) RECLASSIFICAÇÃO ENTRE CATEGORIAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em Outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda,

Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Investimentos detidos até à maturidade (*Held-to-maturity*), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou
- quando se verificar algum evento que é não usual e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma circunstância rara.

O Montepio Crédito adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros.

As transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes – Crédito titulado e Investimentos detidos até à maturidade são permitidas em determinadas circunstâncias específicas.

São proibidas as transferências de e para outros Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*).

F) DESRECONHECIMENTO

O Montepio Crédito desreconhece ativos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de ativos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos financeiros foram transferidos ou o Montepio Crédito não mantém controlo dos mesmos.

O Montepio Crédito procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

G) EMPRÉSTIMOS DE TÍTULOS E TRANSAÇÕES COM ACORDO DE RECOMPRA

(i) Empréstimo de títulos

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou instituições financeiras. Os proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira).

(ii) Acordos de recompra

O Montepio Crédito realiza compras/vendas de títulos com acordo de revenda/recompra de títulos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os títulos adquiridos que estiverem

sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos em balanço. Os montantes pagos são reconhecidos em crédito a clientes ou aplicações em instituições de crédito. Os valores a receber são colateralizados pelos títulos associados. Os títulos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como depósitos de clientes ou de outras instituições de crédito.

A diferença entre as condições de compra/venda e as de revenda/recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares.

H) ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Os ativos não correntes, grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente) e operações descontinuadas são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e passivos e os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Montepio Crédito também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como ativos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

As operações descontinuadas e as subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objetivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

O Montepio Crédito classifica igualmente em ativos não correntes detidos para venda os bens móveis detidos por recuperação de crédito ou pelo não exercício da opção de compra, que se encontram valorizados ao justo valor.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efetuadas pelo Montepio Crédito.

A mensuração subsequente destes ativos é efetuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

I) LOCAÇÃO OPERACIONAL E FINANCEIRA

O Montepio Crédito classifica as operações de locação como financeiras ou operacionais, em função da sua substância e não da forma legal que o contrato possa assumir, cumprindo “lato sensu” os critérios definidos na

IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Quando os valores finais dos contratos são assumidos “ab initio” por entidades terceiras, que não o locatário, o Montepio Crédito classifica contabilisticamente, essas operações de locação como financeiras. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

- Na ótica de locatário

Os pagamentos efetuados pelo Montepio Crédito à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos exercícios a que dizem respeito.

- Na ótica de locador

Os ativos detidos sob locação operacional são registados no balanço de acordo com a natureza do ativo.

Os proveitos decorrentes das rendas faturadas aos clientes de locação operacional são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato.

Os custos, incluindo a depreciação, incorridos na obtenção do proveito de locação são reconhecidos numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato na demonstração dos resultados. Os custos diretos iniciais incorridos pelos locadores ao negociar e aceitar uma locação operacional devem ser adicionados à quantia escriturada do ativo locado e reconhecidos como um gasto durante o prazo da locação na mesma base do proveito da locação.

A política de depreciação para ativos locados depreciáveis é consistente com a política de depreciação normal do locador para ativos semelhantes, conforme política contabilística descrita na nota 11).

O Montepio Crédito procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Locação financeira

- Na ótica de locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, como ativo e como passivo, pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros imputados ao exercício durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada exercício.

- Na ótica do locador

Os ativos detidos sob locação financeira são registados no balanço, em rubrica de capital em locação, pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

J) RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efetiva. Os juros à taxa efetiva de ativos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efetiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efetiva, o Montepio Crédito procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação, exceto para ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspetos:

- os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

Para os instrumentos financeiros derivados, com exceção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco

de taxa de juro e associados a ativos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de Fair Value Option, a componente de juro é reconhecida em juros e rendimentos similares ou em juros e encargos similares (margem financeira).

K) RECONHECIMENTO DE PROVEITOS RESULTANTES DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efetuado no exercício a que respeitam; ou
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efetuado quando o referido serviço está concluído; ou
- quando são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

L) RESULTADOS DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS (RESULTADOS EM ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA E RESULTADOS DE ATIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS)

O Resultado de operações financeiras reflete os ganhos e perdas dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação e de derivados embutidos, assim como os dividendos recebidos associados a estas carteiras. Inclui igualmente, mais ou menos valias das alienações de ativos financeiros disponíveis para venda e de investimentos detidos até à maturidade. As variações de justo valor dos derivados afetos a carteiras de cobertura e dos itens cobertos, quando aplicável a cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas.

M) OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Os outros ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Montepio Crédito. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

EQUIPAMENTO	NÚMERO DE ANOS
Transporte	4 a 8
Mobiliário e material	8 a 10
Equipamento informático	3 a 5
Imóveis de serviço próprio	50
Outros ativos tangíveis	5 a 10

Sempre que exista uma indicação de que um ativo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse ativo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício.

N) ATIVOS INTANGÍVEIS

Software

O Montepio Crédito regista em ativos intangíveis os custos associados ao software adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado em 3 a 10 anos. O Montepio Crédito não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de software.

O) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

P) OFFSETTING

Os ativos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando o Montepio Crédito tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transações podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

Q) TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com exceção daqueles reconhecidos em ativos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

R) BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS*Plano de benefícios definido*

Decorrente da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho ('ACT') e subsequentes alterações, o Montepio Crédito constituiu um fundo de pensões tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência, benefícios de saúde e subsídio de morte.

A partir de 1 de Janeiro de 2011, os empregados bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passou a assegurar a proteção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade, adoção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a proteção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro).

A taxa contributiva é de 26,6% cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passou a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado desde 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

Na sequência da aprovação pelo Governo do Decreto-Lei n.º 127/2011, que veio a ser publicado em 31 de Dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos reformados e pensionistas a 31 de Dezembro de 2011.

Este decreto estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondiam às pensões em pagamento em 31 de Dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%) na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho ('IRCT') dos reformados e pensionistas. As responsabilidades relativas às

atualizações das pensões, a benefícios complementares, às contribuições para os SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuaram a cargo das Instituições.

O cálculo atuarial é efetuado com base no método de crédito da unidade projetada e utilizando pressupostos atuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19.

As responsabilidades do Montepio Crédito com pensões de reforma são calculadas anualmente, em 31 de Dezembro de cada ano.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através do fundo de pensões gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A responsabilidade líquida do Montepio Crédito relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pelo Montepio Crédito multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O Montepio Crédito reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no exercício. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 66 anos de idade.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os pagamentos aos fundos são efetuados anualmente pelo Montepio Crédito de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (bónus)

De acordo com a IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e aos membros dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam. O Montepio Crédito reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no exercício. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os pagamentos aos fundos são efetuados anualmente pelo Montepio Crédito de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (bónus)

De acordo com a IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e aos membros dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

S) IMPOSTOS SOBRE LUCROS

O Montepio Crédito está sujeito ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC). Adicionalmente são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção dos ativos intangíveis sem vida finita, não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Montepio Crédito procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada exercício futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

T) PROVISÕES

São reconhecidas provisões quando (i) o Montepio Crédito tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo. Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

U) DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Os dividendos são reconhecidos como passivo e deduzidos à rubrica de Capital, quando são aprovados pelos acionistas. Os dividendos do exercício, aprovados pelo Conselho de Administração após a data de referência das demonstrações financeiras, são divulgados na proposta de aplicação de resultados do relatório de gestão.

V) ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Montepio Crédito são analisadas nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Montepio Crédito e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Montepio Crédito poderiam ser diferentes caso um tratamento distinto fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adotados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Montepio Crédito e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Montepio Crédito determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, o Montepio Crédito avalia, entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos financeiros. De acordo com as políticas do Montepio Crédito, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de um ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Montepio Crédito.

Perdas por imparidade em crédito a clientes

O Montepio Crédito efetua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na política contabilística descrita na nota b).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Montepio Crédito.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Tributária e Aduaneira Portuguesa têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Montepio Crédito durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios dos empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e

estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de juro líquido e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo os riscos e incertezas inerentes ao processo. Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

2 MARGEM FINANCEIRA E RESULTADOS DE ATIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira e dos resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados, conforme apresentado nas notas 3 e 5. Uma atividade de negócio específica pode gerar impactos na rubrica de resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados, quer nas rubricas da margem financeira, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, evidencia a contribuição das diferentes atividades de negócio para a margem financeira e para os resultados em operações de negociação e de cobertura.

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Margem financeira	15 126	9 905
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(2 129)	2 110
	<u>12 997</u>	<u>12 015</u>

3 MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Juros e rendimentos similares		
Crédito interno		
Locação financeira mobiliária	6 534	7 171
Aluguer de longa duração	136	154
Crédito ao consumo	12 653	12 170
Crédito em conta corrente	91	217
Crédito vencido	1 519	1 041
Juros de activos financeiros detidos para negociação	-	47
Comissões de vendas a crédito	2 061	1 702
Juros de operações de titularização	7 503	7 666
	<u>30 497</u>	<u>30 168</u>
Juros e encargos similares:		
Recursos de outras instituições de crédito	3 864	3 857
Juros de activos financeiros detidos para negociação	117	5 705
Comissões de operações de crédito	3 887	3 035
Juros de operações de titularização	7 503	7 666
	<u>15 371</u>	<u>20 263</u>
Margem Financeira	<u>15 126</u>	<u>9 905</u>

4 RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Rendimentos de serviços e comissões		
Outros rendimentos de serviços e comissões	27	14
	<u>27</u>	<u>14</u>
Encargos com serviços e comissões		
Serviços bancários prestados	(98)	(86)
Comissões de empresas de cobranças	(225)	(359)
Comissões de <i>rappel</i>	-	(16)
	<u>(323)</u>	<u>(461)</u>
Resultados líquidos de serviços e comissões	<u>(296)</u>	<u>(447)</u>

5 RESULTADOS DE ATIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	2016			2015		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxa de juro	166	1 096	(930)	5 653	1 105	4 548
	<u>166</u>	<u>1 096</u>	<u>(930)</u>	<u>5 653</u>	<u>1 105</u>	<u>4 548</u>
Passivos financeiros						
Outros passivos subordinados	-	1 199	(1 199)	-	2 438	(2 438)
	<u>-</u>	<u>1 199</u>	<u>(1 199)</u>	<u>-</u>	<u>2 438</u>	<u>(2 438)</u>
	<u>166</u>	<u>2 295</u>	<u>(2 129)</u>	<u>5 653</u>	<u>3 543</u>	<u>2 110</u>

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica Outros passivos subordinados inclui o montante de Euros

861.000 (2015: Euros 2.419.000), referentes à reavaliação de passivos associados à alteração de risco de crédito próprio (spread), conforme nota 30.

6 RESULTADOS DE REAValiação CAmBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	2016			2015		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Reavaliação cambial	-	-	-	-	1	(1)

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 q).

7 RESULTADOS DA ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Alienação de crédito a clientes	-	12 727

Decorrente da sua atividade, o Montepio Crédito constituiu, ao longo dos anos, uma carteira de crédito em incumprimento, que se encontrava registada nas suas contas extrapatrimoniais. Com a significativa redução de taxas de juro nos mercados internacionais, ocorrida no ano de 2014, o Conselho de Administração sentiu que existia apetência pelos investidores, numa perspetiva de diversificação de risco para a aquisição deste tipo de ativos. Assim, foi decidido alienar um conjunto de dívidas relacionadas com contratos de crédito em incumprimento, estruturando, essa venda, através de uma operação de titularização. A operação denomina-se Aqua NPL n.º 1 e envolveu a venda de dívidas no montante de Euros 160.000.672, correspondentes a 20.160 contratos de crédito. As dívidas vendidas eram compostas por Euros 94.059.379 de capital e a Euros 65.941.293 de juros, encargos e demais despesas devidas, contratualmente, pelos clientes. A estruturação da operação iniciou-se em novembro de 2014 e terminou, com a liquidação financeira, no dia 5 de março de 2015. Foram emitidos Euros 14.300.000 de títulos, o que corresponde um valor de venda de 8,94%, quando comparado com o total das dívidas vendidas e 15,2%, relativamente à proporção da parte de capital que as incorporava. O encaixe financeiro registado em março de 2015 foi de Euros 12.700.000. O serviço de cobrança das dívidas é prestado pela estrutura do Montepio Crédito ao veículo constituído. Ainda no âmbito desta operação, o Montepio Crédito adquiriu a totalidade das notas emitidas relativas à Aqua NPL nº 1, pelo valor de Euros 1.144.000 que se encontram totalmente provisionados, conforme notas 14 e 18.

No decorrer do exercício de 2016, a Montepio Crédito recomprou 337 contratos de crédito, correspondentes à operação Aqua NPL nº1 no valor de Euros 224.627. As dívidas recompradas correspondem a Euros 2.823.957. Esta operação gerou uma perda na alienação de crédito a clientes de Euros 224.627.

8 OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Outros proveitos de exploração		
Activos não financeiros	419	233
Outros ganhos e rendimentos operacionais		
Despesas de cobrança	689	1 412
Comissão de processamento de prestação	927	791
Serviços locação operacional	3 548	2 576
Despesas com recuperação de viaturas	28	47
Outras despesas	448	536
Despesas administrativas		
Emissão de documentação	66	58
Alterações financeiras	123	113
Outras despesas	109	118
Comissões de seguros	895	701
Outros	2 204	273
	9 456	6 858
Outros custos de exploração		
Impostos	343	295
Quotizações e donativos	17	27
Activos não financeiros	434	549
Serviços de locação operacional	3 470	2 538
Outros	821	761
	5 085	4 170
Outros resultados de exploração	4 371	2 688

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica Outros inclui um custo de exploração de Euros 224.627, relativo à recompra de 337 contratos de crédito, correspondentes à operação Aqua NPL nº1 no valor de Euros 224.627. As dívidas recompradas correspondem a Euros 2.823.957.

9 CUSTOS COM PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Remunerações	4 577	4 302
Encargos Sociais obrigatórios	1 239	1 259
Encargos com Fundo de pensões	127	233
Outros custos com o pessoal	4	6
	<u>5 947</u>	<u>5 800</u>

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Montepio Crédito, durante o exercício de 2015, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros '000	Outro pessoal chave da gestão Euros '000	Total Euros '000
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	337	717	1 054
Custos com pensões de reforma e SAMS	9	56	65
Encargos sobre remunerações	80	167	247
Remunerações variáveis	-	40	40
	<u>426</u>	<u>980</u>	<u>1 406</u>

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Montepio Crédito, durante o exercício de 2015, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros '000	Outro pessoal chave da gestão Euros '000	Total Euros '000
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	201	732	933
Custos com pensões de reforma e SAMS	10	80	90
Encargos sobre remunerações	50	191	241
Remunerações variáveis	-	32	32
	<u>261</u>	<u>1 035</u>	<u>1 296</u>

Considera-se outro pessoal chave da gestão os Diretores de primeira linha do Montepio Crédito.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o número médio de colaboradores nos quadros do Montepio Crédito, distribuído por categorias profissionais, foi o seguinte:

	2016	2015
Direção e coordenação	12	11
Chefia e gerência	12	14
Técnicos	34	34
Administrativos	44	43
Comerciais	29	29
	131	131

10 GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Água, energia e combustíveis	112	111
Material de consumo corrente	25	22
Outros fornecimentos de terceiros	29	26
	166	159
Rendas e alugueres	222	256
Comunicações	213	197
Deslocações, estadas e representação	92	100
Publicidade e edição de publicações	819	676
Custos com trabalho independente	1 116	1 286
Conservação e reparação	32	29
Formação	55	38
Seguros	78	78
Judiciais, contencioso e notariado	182	306
Serviços especializados	1 045	974
Serviços de recuperação e venda de viaturas	11	42
Outros serviços de terceiros	274	634
	4 139	4 616
	4 305	4 775

A rubrica Rendas e alugueres inclui o custo do ano com arrendamento da sede do Montepio Crédito no Porto e com a unidade de desenvolvimento de negócio na rua Castilho em Lisboa no valor de Euros 212.000 (2015: Euros 213.000) e a locação operacional de viaturas de serviço próprio no valor de Euros 10.000 (2015: Euros 43.000).

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica Serviços especializados inclui custos de auditoria de Euros 49.815 (incluindo IVA) (2015: Euros 36.900).

11 AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

O valor desta rubrica é composto por:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Activos Intangíveis		
Software	160	142
Outros activos tangíveis		
Equipamento:		
Mobiliário e material	5	6
Equipamento Informático	54	46
Instalações interiores	5	5
Equipamento de transporte	137	120
Equipamento de segurança	2	1
	203	178
	363	320

12 IMPARIDADE DO CRÉDITO

O valor desta rubrica é composto por:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Dotação do Exercício	3 591	5 327
Reversão do Exercício	(2 680)	(3 770)
Recuperação de crédito e de juros	(479)	(220)
	432	1 337

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 a), o Montepio Crédito aplica nas suas contas as NCAs, pelo que a rubrica Imparidade do crédito regista a estimativa de perdas incorridas à data do fim do exercício, determinada de acordo com o regime de provisionamento definido pelas regras do Banco de Portugal, conforme a política contabilística descrita na nota 1 b).

13 OUTRAS PROVISÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Provisões para riscos gerais de crédito		
Dotação do Exercício	2 530	2 477
Reversão do Exercício	(2 252)	(2 083)
	<u>278</u>	<u>394</u>
Outras provisões para outros riscos e encargos		
Dotação do Exercício	400	5 355
Reversão do Exercício	(410)	(5 207)
	<u>(10)</u>	<u>148</u>
	<u>268</u>	<u>542</u>

14 IMPARIDADE DE OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

O valor desta rubrica é composto por:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Dotação do Exercício	-	1 144
Reversão do Exercício	-	-
	<u>-</u>	<u>1 144</u>

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica Dotação do Exercício inclui o valor de Euros 1.144.000 relativos à imparidade constituída para as notas da Classe B do Aqua NPL nº 1, conforme nota 7 e nota 18.

15 IMPARIDADE DE OUTROS ATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Imparidade para activos não correntes detidos para venda		
Dotação do Exercício	11	16
Reversão do Exercício	(11)	(30)
	<u>-</u>	<u>(14)</u>
Imparidade para outros activos		
Dotação do Exercício	-	677
Reversão do Exercício	(9)	-
	<u>(9)</u>	<u>677</u>
	<u>(9)</u>	<u>663</u>

16 IMPARIDADE DE OUTROS ATIVOS

Esta rubrica é analisada como segue:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Caixa	<u>1</u>	<u>1</u>

17 DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica é analisada como segue:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Em instituições de crédito no país	1 555	1 303
Em instituições de crédito no estrangeiro	35	35
	<u>1 590</u>	<u>1 338</u>

18 ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica é analisada como segue:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Títulos		
Emitidos por residentes		
De outros residentes - Adquiridos no âmbito de operações de titularização não desreconhecidos	123 443	123 432

A 31 de Dezembro de 2016 a rubrica de Títulos emitidos por residentes - De outros residentes - Adquiridos no âmbito de operações de titularização não desreconhecidos, regista os títulos referentes à titularização Pelican Finance n.º 1 Classe A, B e C e à titularização Aqua NPL n.º 1 Classe B e apresentam uma maturidade superior a 5 anos

Em 2015, o Montepio Crédito adquiriu, no âmbito da venda de créditos efetuada, a Classe B do veículo Aqua Finance n.º1. Estes títulos foram integralmente provisionados em 2015, conforme notas 7 e 14.

No âmbito de operações de redesconto de dívidas junto do BCE por parte da CEMG, o Montepio Crédito procedeu a um contrato de alienação fiduciária, com este último, com garantia da totalidade dos títulos Pelican Finance n.º 1 Classe A.

Os ativos financeiros disponíveis para venda encontram-se valorizados ao custo de aquisição.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	1 144	-
Dotação do exercício	-	1 144
Saldo em 31 de Dezembro	1 144	1 144

19 APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica é analisada como segue:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	10 366	-
	<u>10 366</u>	<u>-</u>

A rubrica Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro inclui os valores depositados em nome dos veículos constituídos para efeito das operações de titularização da Montepio Crédito.

20 CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica é analisada como segue:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Crédito interno		
A empresas		
Créditos em conta corrente	7 727	7 455
Locação financeira	131 997	125 860
Outros créditos	21 930	23 706
A particulares		
Locação financeira	23 766	28 234
Consumo e outros créditos	176 750	154 991
	<u>362 170</u>	<u>340 246</u>
 Correcção de valor de activos que sejam objecto de operações de cobertura	 90	 1 176
 Crédito e juros vencidos		
Menos de 90 dias	551	632
Mais de 90 dias	15 951	19 603
	<u>16 502</u>	<u>20 235</u>
	<u>378 762</u>	<u>361 657</u>
 Imparidade para riscos de crédito	 (15 923)	 (19 723)
	<u>362 839</u>	<u>341 934</u>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade, tem a seguinte estrutura:

2016				
	Locação financeira Euros '000	Outras operações de crédito Euros '000	Correcção de valor de activos objecto de operações de cobertura Euros '000	Total Euros '000
Até 3 meses	2 803	2 481	19	5 303
De 3 meses a um ano	18 141	7 140	8	25 289
De 1 a 5 anos	125 481	91 211	60	216 752
Superior a 5 anos	9 338	105 575	3	114 916
Indeterminado	5 036	11 466	-	16 502
	<u>160 799</u>	<u>217 873</u>	<u>90</u>	<u>378 762</u>
2015				
	Locação financeira Euros '000	Outras operações de crédito Euros '000	Correcção de valor de activos objecto de operações de cobertura Euros '000	Total Euros '000
Até 3 meses	3 711	2 351	18	6 080
De 3 meses a um ano	12 433	7 276	102	19 811
De 1 a 5 anos	124 549	89 032	963	214 544
Superior a 5 anos	13 401	87 493	93	100 987
Indeterminado	6 314	13 921	-	20 235
	<u>160 408</u>	<u>200 073</u>	<u>1 176</u>	<u>361 657</u>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Crédito concedido, por tipo de clientes, têm a seguinte estrutura:

2016						
Tipo cliente	Crédito Euros '000	Locação Financeira Euros '000	Contas correntes Euros '000	Correcção de valor de activos objecto de operações de cobertura Euros '000	Total Euros '000	
Empresas	24 103	136 060	8 772	10	168 945	
Particulares	184 998	24 739	-	80	209 817	
	<u>209 101</u>	<u>160 799</u>	<u>8 772</u>	<u>90</u>	<u>378 762</u>	

2015

Tipo cliente	Crédito '000	Euros	Locação Financeira Euros '000	Contas correntes Euros '000	Correcção de valor de activos objecto de operações de cobertura	Total '000	Euros
					Euros '000		
Empresas		25 761	130 958	8 825	100		165 644
Particulares		165 487	29 450	-	1 076		196 013
		<u>191 248</u>	<u>160 408</u>	<u>8 825</u>	<u>1 176</u>		<u>361 657</u>

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Crédito e juros vencidos, por tipo de clientes, têm a seguinte estrutura:

2016

Tipo de cliente	Prazo	Crédito Euros '000	Locação Financeira Euros '000	Contas Correntes Euros '000	Total Euros '000
Empresas	< 3 meses	68	134	-	202
	3 - 6 m	21	79	-	100
	6 - 9 m	57	63	-	120
	9 - 12 m	128	94	-	222
	12 - 15 m	75	123	-	198
	15 - 18 m	43	97	-	140
	18 - 24 m	247	126	-	373
	24 - 30 m	110	139	150	399
	30 - 36 m	132	234	-	366
	36 - 48 m	248	799	437	1 484
	48 - 60 m	327	1 117	381	1 825
	> 60 m	717	1 061	75	1 853
		<u>2 173</u>	<u>4 066</u>	<u>1 043</u>	<u>7 282</u>
Particulares	< 3 meses	249	100	-	349
	3 - 6 m	122	28	-	150
	6 - 9 m	145	2	-	147
	9 - 12 m	297	12	-	309
	12 - 15 m	209	29	-	238
	15 - 18 m	277	51	-	328
	18 - 24 m	473	58	-	531
	24 - 30 m	510	26	-	536
	30 - 36 m	631	56	-	687
	36 - 48 m	1 437	110	-	1 547
	48 - 60 m	1 180	254	-	1 434
	> 60 m	2 720	244	-	2 964
		<u>8 250</u>	<u>970</u>	<u>-</u>	<u>9 220</u>
		<u>10 423</u>	<u>5 036</u>	<u>1 043</u>	<u>16 502</u>

2015					
Tipo de cliente	Prazo	Crédito Euros '000	Locação Financeira Euros '000	Contas Correntes Euros '000	Total Euros '000
Empresas	< 3 meses	62	255	-	317
	3 - 6 m	29	58	-	87
	6 - 9 m	26	101	-	127
	9 - 12 m	71	36	125	232
	12 - 15 m	183	54	470	707
	15 - 18 m	49	83	-	132
	18 - 24 m	136	243	150	529
	24 - 30 m	106	523	164	793
	30 - 36 m	150	366	68	584
	36 - 48 m	354	1 649	318	2 321
	48 - 60 m	528	920	75	1 523
	> 60 m	361	810	-	1 171
		2 055	5 098	1 370	8 523
Particulares	< 3 meses	250	64	-	314
	3 - 6 m	85	13	-	98
	6 - 9 m	171	31	-	202
	9 - 12 m	257	31	-	288
	12 - 15 m	344	14	-	358
	15 - 18 m	287	23	-	310
	18 - 24 m	639	43	-	682
	24 - 30 m	727	49	-	776
	30 - 36 m	850	89	-	939
	36 - 48 m	1 298	268	-	1 566
	48 - 60 m	1 919	216	-	2 135
	> 60 m	3 669	375	-	4 044
		10 496	1 216	-	11 712
		12 551	6 314	1 370	20 235

O crédito vincendo em locação financeira, em 31 de Dezembro de 2016, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

Crédito em locação financeira			
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000
			Total Euros '000
Rendas vincendas	8 226	95 588	10 064
Juros Vincendos	(1 214)	(11 670)	(1 683)
Valores residuais	13 932	41 563	957
	20 944	125 481	9 338
			155 763

O crédito vincendo em locação financeira, em 31 de Dezembro de 2015, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

	Crédito em locação financeira			
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Total Euros '000
Rendas vincendas	6 990	102 355	14 200	123 545
Juros Vincendos	(526)	(12 186)	(2 495)	(15 207)
Valores residuais	10 231	34 365	1 160	45 756
	<u>16 695</u>	<u>124 534</u>	<u>12 865</u>	<u>154 094</u>

Os movimentos de imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Imparidade para riscos de crédito:		
Saldo em 1 de Janeiro	19 723	33 505
Dotação do exercício	3 591	5 327
Reversão do exercício	(2 680)	(3 770)
Utilização de imparidade	(4 711)	(15 339)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>15 923</u>	<u>19 723</u>

Adicionalmente, o Montepio Crédito regista em 31 de Dezembro de 2016, Euros 4.479.000 de provisões para riscos gerais de crédito (2015: Euros 4.201.000), as quais de acordo com as NCA são apresentadas no passivo, conforme referido na nota 29.

Em conformidade com a política do Montepio Crédito, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias, que não estejam cobertos por garantias reais são reconhecidas como proveitos apenas quando recebidos.

A carteira de crédito a clientes inclui contratos que resultaram de uma reestruturação formal com os clientes e consequente constituição de novo financiamento em substituição dos anteriores. A reestruturação pode resultar de um reforço de garantias e/ou liquidação de parte do crédito e implicar uma prorrogação de vencimentos ou alteração de taxa de juro. A análise dos créditos reestruturados, por tipo de crédito, é a seguinte:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Crédito interno		
A empresas		
Locação financeira	234	927
Outros créditos	69	-
Utilização imparidade	-	154
A particulares		
Locação financeira	70	331
Consumo e outros créditos	578	2 786
Saldo em 31 de Dezembro	951	4 198

O quadro seguinte apresenta por classes de incumprimento, a desagregação da análise de crédito e juros vencidos e a imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2016:

	Classes de Incumprimento					
	Até 3 meses Euros '000	3 - 6 meses Euros'000	6 - 12 meses Euros'000	1 - 3 anos Euros'000	Mais de 3 anos Euros'000	Total Euros'000
Crédito Vencido com Garantia	446	149	518	2 485	6 705	10 303
Imparidade existente	11	16	140	2 106	6 705	8 978
Crédito Vencido sem Garantia	105	101	280	1 293	4 420	6 199
Imparidade existente	6	30	184	1 293	4 420	5 933
Total de crédito vencido	551	250	798	3 778	11 125	16 502
Total de imparidade para crédito vencido	17	46	324	3 399	11 125	14 911
Total de imparidade por crédito vincendo associado ao vencido e outros	6	12	101	826	67	1 012
Total de imparidades para risco de crédito	23	58	425	4 225	11 192	15 923

A desagregação da análise de crédito e juros vencidos e a imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2015, por classes de incumprimento é a seguinte:

	Classes de Incumprimento					Total Euros'000
	Até 3 meses Euros '000	3 - 6 meses Euros'000	6 - 12 meses Euros'000	1 - 3 anos Euros'000	Mais de 3 anos Euros'000	
Crédito Vencido com Garantia	357	138	548	3 383	7 620	12 046
Imparidade existente	9	14	156	2 896	7 620	10 695
Crédito Vencido sem Garantia	113	53	306	2 518	5 199	8 189
Imparidade existente	6	15	212	2 518	5 199	7 950
Total de crédito vencido	470	191	854	5 901	12 819	20 235
Total de imparidade para crédito vencido	15	29	368	5 414	12 819	18 645
Total de imparidade por crédito vincendo associado ao vencido e outros	2	9	105	811	151	1 078
Total de imparidades para risco de crédito	17	38	473	6 225	12 970	19 723

A imparidade para riscos de crédito, por tipo de crédito, é analisada como segue:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Crédito com garantias reais	4 239	5 106
Crédito com outras garantias	5 235	6 408
Crédito sem garantias	6 449	8 209
	15 923	19 723

Em conformidade com a política contabilística 1 b), a anulação contabilística dos créditos é efetuada quando não existem perspetivas fiáveis de recuperação dos créditos e para os créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade, quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

A anulação de crédito por utilização da respetiva imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Crédito com outras garantias	1 592	2 490
Crédito sem garantias	3 119	12 849
	<u>4 711</u>	<u>15 339</u>

21 ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica é analisada como segue:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Activos não correntes detidos para venda		
Equipamento Leasing	44	28
Equipamento ALD	25	25
	<u>69</u>	<u>53</u>
Imparidade para activos não correntes detidos para venda	<u>(48)</u>	<u>(48)</u>
	<u>21</u>	<u>5</u>

As rubricas Equipamento Leasing e Equipamento ALD registam ainda ativos que correspondem aos veículos automóveis cuja opção de compra não foi exercida pelo cliente no final da vigência do contrato e a bens recuperados relativos à resolução de contratos por incumprimento.

Adicionalmente, é de referir que as viaturas ainda em carteira estão disponíveis para venda num prazo inferior a 1 ano, tendo o Montepio Crédito uma estratégia para a sua alienação. No entanto, face às atuais condições de mercado, por vezes, não é possível, em algumas situações concretizar essas alienações no prazo esperado.

Os movimentos dos ativos não correntes detidos para venda no exercício de 2016 e 2015 são apresentados como segue:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	53	101
Aquisições	827	3 068
Alienações	(811)	(3 522)
Outros movimentos	-	406
Saldo em 31 de Dezembro	69	53

Os movimentos de imparidade para ativos não correntes detidos para venda são apresentados como segue:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	48	62
Dotação do Exercício	11	16
Reversão do Exercício	(11)	(30)
Saldo em 31 de Dezembro	48	48

22 OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Custos		
Equipamento		
Mobiliário e material	363	362
Máquinas e ferramentas	101	101
Equipamento informático	1 187	1 150
Instalações interiores	149	149
Equipamento de Transporte	1 053	877
Equipamento de segurança	30	27
Outros activos tangíveis	4	4
	2 887	2 670
Amortizações acumuladas		
Relativas ao exercício corrente	(202)	(178)
Relativas a exercícios anteriores	(1 737)	(1 694)
	(1 939)	(1 872)
	948	798

Os movimentos da rubrica Outros ativos tangíveis, durante o exercício de 2016, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo					
Equipamento					
Mobiliário e material	362	1	-	-	363
Máquinas e ferramentas	101	-	-	-	101
Equipamento informático	1 150	51	(14)	-	1 187
Instalações interiores	149	-	-	-	149
Equipamento de transporte	877	601	(425)	-	1 053
Equipamento de segurança	27	3	-	-	30
Outros activos tangíveis	4	-	-	-	4
	<u>2 670</u>	<u>656</u>	<u>(439)</u>	<u>-</u>	<u>2 887</u>
Amortizações acumuladas					
Equipamento					
Mobiliário e material	(350)	(5)	-	-	(355)
Máquinas e ferramentas	(100)	-	-	-	(100)
Equipamento informático	(1 085)	(54)	14	-	(1 125)
Instalações interiores	(132)	(5)	-	-	(137)
Equipamento de transporte	(179)	(137)	122	-	(194)
Equipamento de segurança	(22)	(2)	-	-	(24)
Outros activos tangíveis	(4)	-	-	-	(4)
	<u>(1 872)</u>	<u>(203)</u>	<u>136</u>	<u>-</u>	<u>(1 939)</u>
	<u>798</u>				<u>948</u>

Os movimentos da rubrica Outros ativos tangíveis, durante o exercício de 2015, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo					
Equipamento					
Mobiliário e material	362	-	-	-	362
Máquinas e ferramentas	99	2	-	-	101
Equipamento informático	1 123	27	-	-	1 150
Instalações interiores	145	5	(1)	-	149
Equipamento de transporte	496	648	(267)	-	877
Equipamento de segurança	22	5	-	-	27
Outros activos tangíveis	4	-	-	-	4
	<u>2 251</u>	<u>687</u>	<u>(268)</u>	<u>-</u>	<u>2 670</u>
Amortizações acumuladas					
Equipamento					
Mobiliário e material	(344)	(6)	-	-	(350)
Máquinas e ferramentas	(100)	-	-	-	(100)
Equipamento informático	(1 039)	(46)	-	-	(1 085)
Instalações interiores	(128)	(5)	1	-	(132)
Equipamento de transporte	(144)	(120)	85	-	(179)
Equipamento de segurança	(21)	(1)	-	-	(22)
Outros activos tangíveis	(4)	-	-	-	(4)
	<u>(1 780)</u>	<u>(178)</u>	<u>86</u>	<u>-</u>	<u>(1 872)</u>
	<u>471</u>				<u>798</u>

23 ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Custo		
Software	3 468	3 376
Activos intangíveis em curso	67	84
	<u>3 535</u>	<u>3 460</u>
Amortizações acumuladas		
Relativas ao exercício corrente	(160)	(142)
Relativas a exercícios anteriores	(3 072)	(2 930)
	<u>(3 232)</u>	<u>(3 072)</u>
	<u>303</u>	<u>388</u>

A 31 de Dezembro de 2016, não foi determinada a necessidade de constituição de perdas por imparidade para estes ativos.

Os movimentos da rubrica ativos intangíveis, durante o ano de 2016, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo					
Software	3 376	14	-	78	3 468
Activos intangíveis em curso	84	61	-	(78)	67
	<u>3 460</u>	<u>75</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3 535</u>
Amortizações acumuladas					
Software	(3 072)	(160)	-	-	(3 232)
	<u>388</u>				<u>303</u>

Os movimentos da rubrica ativos intangíveis, durante o ano de 2016, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo					
Software	3 110	12	-	254	3 376
Activos intangíveis em curso	26	289	-	(231)	84
	<u>3 136</u>	<u>301</u>	<u>-</u>	<u>23</u>	<u>3 460</u>
Amortizações acumuladas					
Software	(2 930)	(142)	-	-	(3 072)
	<u>206</u>				<u>388</u>

24 IMPOSTOS

As diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC, sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 s), são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 podem ser analisados como se segue:

	Activo		Passivo		Líquido	
	2016 Euros '000	2015 Euros '000	2016 Euros '000	2015 Euros '000	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Outros activos tangíveis	23	43	-	-	23	43
Activos intangíveis	3	4	-	-	3	4
Provisões	1 463	1 390	-	-	1 463	1 390
Benefícios dos empregados - Outros	187	191	-	-	187	191
Benefícios dos empregados - Prémios de antiguidade	54	81	-	-	54	81
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	<u>1 730</u>	<u>1 709</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 730</u>	<u>1 709</u>

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, possam ser compensados ativos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

Através da Lei n.º 82-B/2014, de 16 de Janeiro (Lei do Orçamento de Estado para 2015), foi reduzida a taxa de IRC, aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2015, de 23% para 21%.

A taxa de imposto diferido é analisada como segue:

	2016 %	2015 %
Taxa de IRC (a)	21,0%	21,0%
Taxa de derrama municipal	1,5%	1,5%
Taxa de derrama estadual	5,0%	5,0%
Total (b)	27,5%	27,5%

(a) - Aplicável aos impostos diferidos associados a prejuízos fiscais;

(b) - Aplicável aos impostos diferidos associados a diferenças temporárias.

O Montepio Crédito avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base as expectativas de lucros futuros tributáveis.

Os ativos e passivos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza quanto à recuperação de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de ativos por impostos diferidos.

O Montepio Crédito não apresenta impostos diferidos por reconhecer.

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Saldo inicial	1 709	2 311
Reconhecido em resultados	21	(602)
Saldo final (Activo / (Passivo))	1 730	1 709

O imposto reconhecido em resultados e reservas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 teve as seguintes origens:

	2016	2015
	Reconhecido em resultados Euros '000	Reconhecido em resultados Euros '000
Outros activos tangíveis	(20)	33
Activos intangíveis	(1)	(1)
Provisões	73	135
Benefícios dos empregados - Fundo de pensões	(4)	11
Benefícios dos empregados - Prémios de antiguidade	(27)	1
CFEI	-	(639)
Prejuízos fiscais reportáveis	-	(142)
Imposto Diferido	21	(602)
Impostos Correntes	(1 498)	(2 872)
Total do imposto reconhecido (proveito) / custo	(1 477)	(3 474)

A variação de saldo dos impostos diferidos líquidos inclui os encargos de impostos diferidos do exercício reconhecidos em resultados, bem como as variações relevadas em capitais próprios, nomeadamente o impacto decorrente da alteração, nos termos previstos na política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, e os ganhos e perdas potenciais decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda serem reconhecidos em capitais próprios.

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

	2016 Euros '000		2015 Euros '000	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		5 766		12 401
Taxa de imposto corrente	27,5		27,5	
Imposto apurado com base na taxa de imposto		1 586		3 410
Acréscimos para efeitos de apuramento do lucro tributável	13,8	794	14,1	1 750
Deduções para efeitos de apuramento do lucro tributável	(16,5)	(950)	(7,2)	(892)
Benefícios fiscais	(0,1)	(7)	(6,9)	(854)
Tributações autónomas	0,9	54	0,5	60
Menos-valias não dedutíveis	0,0		0,0	
Mais-valias geradas no estrangeiro	0,0		0,0	
Alterações de estimativas	0,0		0,0	
Alteração da taxa de imposto			0,0	
Imputação de lucros de subsidiárias			0,0	
	25,6	1 477	28,0	3 474

O Montepio Crédito reconheceu os seus impostos diferidos com base numa avaliação da sua recuperabilidade, tendo em conta a expectativa de lucros fiscais futuros. Na presente data não existem impostos diferidos não reconhecidos.

25 OUTROS ATIVOS

Esta rubrica é analisada como segue:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Devedores e outras aplicações vencidas	3	3
Devedores e outras aplicações:		
Devedores pertencentes ao grupo	-	-
Sector Público Administrativo	3 882	4 172
Clientes – valores de IVA	2 301	2 276
Devedores diversos	752	1 039
Instituto Gestão Financeira Patrimonial Justiça	1	126
Outros rendimentos a receber	500	362
Despesas com encargo diferido:		
Contribuições para fundo de pensões e outros benefícios	-	-
Comissões pagas	-	-
Seguros de clientes	-	-
Outras despesas com encargo diferido	266	293
Valor dos activos do fundo de pensões líquido de responsabilidades	1 301	535
Comissões por serviços prestados	210	228
Outras contas de regularização:		
Securitização Pelican 1	-	2 813
Securitização Aqua NPL 1	-	99
Outras	6	6
Aqua 3 – <i>Revolving</i> /Amortizações	-	-
Aqua 3 – Rendimentos/Pagamentos	-	-
Aqua 3 – Cobranças	-	-
	<u>9 222</u>	<u>11 952</u>
Imparidade para outros activos	(1 237)	(1 659)
	<u>7 985</u>	<u>10 293</u>

A 31 de Dezembro de 2016, a rubrica Outros Ativos inclui o valor de Euros 1.301.000 (31 de Dezembro 2015: Euros 535.000) relativo aos ativos líquidos reconhecidos em Balanço e que representam a diferença entre os ativos e as responsabilidades em pensões, benefícios de saúde e outros, conforme nota 37.

Contingências e processos judiciais

Na sequência da inspeção fiscal realizada ao ano de 2005, o Montepio Crédito foi confrontado com uma interpretação diversa, por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), no que se refere ao apuramento da percentagem do prorrata definitivo do IVA. Esta interpretação origina que as operações de Leasing e de Aluguer de Longa Duração sejam divididas por componentes, amortização financeira e juros, desconsiderando a primeira destas do numerador da fração prevista para o apuramento da referida percentagem. O Montepio Crédito entende, fundamentada em pareceres jurídicos e fiscais e na realidade das legislações vigentes nos restantes países da União Europeia nesta matéria, as quais respeitam o princípio da neutralidade do IVA, que uma instituição financeira com atividades mistas deverá incluir nos numeradores dos respetivos prorrata de dedução os montantes totais das rendas de locação financeira. Neste contexto, foi interposta impugnação judicial da correspondente liquidação adicional de IVA e juros compensatórios, com pedido de reenvio pré-judicial para o Tribunal de Justiça das Comunidades, atendendo ao facto de o imposto em causa se tratar de um imposto harmonizado sujeito à legislação comunitária e de a administração tributária, no entender do Montepio Crédito, estar a violar não apenas o Código do IVA, mas também as Diretivas Comunitárias nesta matéria.

Em 2013 o Montepio Crédito procedeu à regularização das dívidas fiscais ao abrigo do Regime Excecional de Regularização de Dívidas Fiscais (RERD).

O detalhe da rubrica Devedores e outras aplicações – Sector Público Administrativo é o seguinte:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
IVA a recuperar		
Reporte de imposto	461	721
IUC a recuperar	76	93
RERD		
IUC 2008/2009/2010/2011/2012	171	184
IVA 1999	11	11
IVA 2002	5	5
IVA 2005	717	717
IVA 2006	712	712
IVA 2010	129	129
IVA 2009/2011	313	313
IRC 1997/1998/1999	205	205
IRC 2002	67	67
IRC 2003	130	130
IRC 2005	610	610
IRC 2006	250	250
IRC 2009	25	25
	3 882	4 172

Os movimentos da imparidade para outros ativos são analisados como segue:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	1 659	982
Dotação do exercício	-	677
Reversão do exercício	(9)	-
Utilização	(413)	-
Saldo em 31 de Dezembro	1 237	1 659

26 RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica é analisada como segue:

	2016			2015		
	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000
Empréstimos:						
Em Instituições da CEMG						
Contas Caucionadas	-	209 090	209 090	-	192 556	192 556
Linha BEI	-	32 553	32 553	-	32 565	32 565
Contrato alienação fiduciária	-	70 501	70 501	-	70 002	70 002
	-	312 144	312 144	-	295 123	295 123

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Até 3 meses	70 501	74 611
3 meses até 6 meses	241 643	220 512
	312 144	295 123

27 PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ATIVOS TRANSFERIDOS

Esta rubrica é analisada como segue:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização - Pelican Finance nº 1	123 443	117 532
	<u>123 443</u>	<u>117 532</u>

28 PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica é analisada como segue:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Passivos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	99	258
	<u>99</u>	<u>258</u>

A carteira de negociação é valorizada ao justo valor, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 c). Conforme a referida política contabilística, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objetivo de serem transacionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Conforme disposto na IFRS 13, os ativos e passivos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou providers.
- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Passivos financeiros detidos para negociação		
Nível 2	99	258
	<u>99</u>	<u>258</u>

O valor de balanço dos ativos financeiros e passivos financeiros detidos para negociação em 31 de Dezembro de 2016 pode ser analisado como segue:

Produto derivado	Activo/ Passivo financeiro associado	Derivado			Activo/ Passivo associado		
		Nocional	Justo valor	Variação do justo valor no ano	Justo valor	Variação do justo valor no ano	Valor de reembolso na maturidade
Swap de taxa de juro	Emissão de obrigações	35 804	(1 141)	711	9 528	7 688	17 882
Swap de taxa de juro	Outros	400 000	(14 441)	(12 296)	-	-	-
		<u>435 804</u>	<u>(15 582)</u>	<u>(11 585)</u>	<u>9 528</u>	<u>7 688</u>	<u>17 882</u>

O valor de balanço dos ativos financeiros e passivos financeiros detidos para negociação em 31 de Dezembro de 2015 pode ser analisado como segue:

2015							
Produto derivado	Activo/ Passivo financeiro associado	Derivado			Activo/ Passivo associado		
		Nocional	Justo valor	Variação do justo valor no ano	Justo valor	Variação do justo valor no ano	Valor de reembolso na maturidade
Swap de taxa de juro	Emissão de obrigações	17 902	(258)	265	2 165	(2 419)	15 717
Swap de taxa de juro	Outros	-	-	5 598	-	-	-
		<u>17 902</u>	<u>(258)</u>	<u>5 863</u>	<u>2 165</u>	<u>(2 419)</u>	<u>15 717</u>

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de Dezembro de 2016 é a seguinte:

2016					
	Nacionais com prazo remanescente			Justo valor	
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Superior a 1 ano	Total	
				Activo	Passivo
Contratos sobre taxa de juro					
Swap de taxa de juro	-	17 902	-	17 902	(99)
	<u>-</u>	<u>17 902</u>	<u>-</u>	<u>17 902</u>	<u>(99)</u>

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de Dezembro de 2015 é a seguinte:

	2015				Justo valor	
	Nacionais com prazo remanescente			Total	Activo	Passivo
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Superior a 1 ano			
Contratos sobre taxa de juro						
Swap de taxa de juro	-	-	17 902	17 902	-	(258)
	-	-	17 902	17 902	-	(258)

29 PROVISÕES

Esta rubrica é analisada como segue:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Provisões para riscos gerais de crédito	4 479	4 201
Provisões para outros riscos e encargos	148	158
	4 627	4 359

Os movimentos da provisão para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	4 201	3 807
Dotação do exercício	2 530	2 477
Reversão do exercício	(2 252)	(2 083)
Saldo em 31 de Dezembro	4 479	4 201

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o disposto nos Avisos n.º3/95, de 30 de Junho, n.º 2/99, de 15 de Janeiro, e n.º 8/03 de 30 de Janeiro do Banco de Portugal, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b).

Os movimentos da provisão para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	158	10
Dotação do exercício	400	5 355
Reversão do exercício	(410)	(5 207)
Saldo em 31 de Dezembro	148	158

30 OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica é analisada como segue:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Valor da emissão	17 902	17 902
Readquiridos	(20)	(20)
cobertura	(966)	(2 165)
	16 916	15 717

As principais características dos passivos subordinados, em 31 de Dezembro de 2016 são apresentadas como seguem:

Descrição da emissão	Data de emissão	Maturidade	Valor de emissão	Taxa de juro	Valor de balanço
FNB Indices estratégicos 07/17	Nov.2007	Mai.2017	17 902	Euribor a 6 meses + 0,75%	16 916

Referências:

- A remuneração é paga semestralmente. Os 4 primeiros cupões serão fixos (taxa anual de 5%). Para os seguintes a remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual): $n/N * (\text{Euribor a 6 meses} + 0,90\%)$, onde n é o número de dias úteis do período respetivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado N é o

número de dias úteis do período respetivo Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão:

Período	Data cupão	Taxa fixa	Intervalos
1.º semestre	29-Mai-08	5%	-
2.º semestre	29-Nov-08	5%	-
3.º semestre	29-Mai-09	5%	-
4.º semestre	29-Nov-09	5%	-
5.º semestre	29-Mai-10	-	[3,00%; 5,50%]
6.º semestre	29-Nov-10	-	[3,00%; 5,50%]
7.º semestre	29-Mai-11	-	[3,00%; 5,50%]
8.º semestre	29-Nov-11	-	[3,00%; 5,50%]
9.º semestre	29-Mai-12	-	[2,50%; 5,35%]
10.º semestre	29-Nov-12	-	[2,50%; 5,35%]
11.º semestre	29-Mai-13	-	[2,50%; 5,25%]
12.º semestre	29-Nov-13	-	[2,50%; 5,25%]
13.º semestre	29-Mai-14	-	[2,50%; 5,25%]
14.º semestre	29-Nov-14	-	[2,50%; 5,25%]
15.º semestre	29-Mai-15	-	[2,50%; 5,00%]
16.º semestre	29-Nov-15	-	[2,50%; 5,00%]
17.º semestre	29-Mai-16	-	[2,50%; 5,00%]
18.º semestre	29-Nov-16	-	[2,50%; 5,00%]
19.º semestre	29-Mai-17	-	[2,50%; 5,00%]
20.º semestre	29-Nov-17	-	[2,50%; 5,00%]

Euribor 6 meses é a taxa patrocinada pela Federação Bancária Europeia em associação com a Associação Cambista Internacional, na base Atual/360 e divulgada cerca das 11 horas de Bruxelas, na página Euribor01 Reuters, ou noutra que a substitua.

O valor da Euribor 6 meses observado no 5.º dia útil anterior à data de pagamento do cupão respetivo aplicar-se-á aos dias remanescentes desse período.

As principais características dos passivos subordinados, em 31 de Dezembro de 2015 são apresentadas como seguem:

Descrição da emissão	Data de emissão	Maturidade	Valor de emissão	Taxa de juro	Valor de balanço
FNB Indices estratégicos 07/17	Nov.2007	Mai.2017	17 902	Euribor a 6 meses + 0,75%	15 717

O justo valor da carteira de outros passivos subordinados encontra-se apresentado na nota 36.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o empréstimo subordinado vencia juros semestrais postecipados, sendo as taxas de juro efetivas compreendidas entre 2,5% e 5,00%.

31 OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica é analisada como segue:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Credores e outros recursos		
Cauções - Aluguer Longa Duração	1 020	1 060
Fornecedores	6 447	4 073
Credores por vendas a crédito	1 136	1 343
Montepio Holding	1 016	1 016
Sector Público Administrativo	793	329
Contribuições para outros sistemas de saúde	22	62
Sindicatos	5	5
Outros credores	78	2
	<u>10 517</u>	<u>7 890</u>
Encargos a pagar		
Remunerações a pagar ao pessoal	1 030	1 104
Campanhas de publicidade	115	108
Outros encargos a pagar	234	195
	<u>1 379</u>	<u>1 407</u>
Operações a regularizar		
Outros valores a pagar	2 228	2 266
Securitização Pelican No. 1	8	-
Outros	-	2
	<u>2 236</u>	<u>2 268</u>
	<u>14 132</u>	<u>11 565</u>

32 CAPITAL

O capital social do Montepio Crédito no montante de Euros 30.000.000 integralmente realizado, através da emissão de 30.000.000 de ações ordinárias com o valor nominal de Euros 1 cada.

Em 31 de Dezembro de 2016, o Montepio Holding, S.G.P.S. S.A. detém 100% das ações representativas do capital social do Montepio Crédito.

33 RESERVA LEGAL

Nos termos da legislação portuguesa, o Montepio Crédito deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros anuais, até à concorrência do seu capital social. De referir, que esta reserva não pode ser distribuída.

A variação da reserva legal é analisada na nota 34.

34 PRÉMIOS DE EMISSÃO, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica é analisada como segue:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Prémios de emissão	1 498	1 498
Outras reservas e resultados transitados		
Reserva legal	2 849	1 956
Reserva estatutária e outras reservas	727	727
Resultados transitados	(2 092)	(10 590)
	1 484	(7 907)

A Reserva legal constituída em 2016 ascendeu a Euros 893.000 (2015: Euros 84.000).

35 GARANTIAS E OUTROS COMPROMISSOS

Esta rubrica é analisada como segue:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Garantias e avales prestados	81 100	81 000
Compromissos perante terceiros	2 514	2 582
Operações cambiais e instrumentos financeiros	17 902	17 902
Outras contas extrapatrimoniais:		
Créditos abatidos ao activo	28 536	23 446
Juros vencidos	1 100	1 396
Valores administrados pela instituição	149 988	154 919
Despesas de crédito vencido	11 847	2 059
Dívidas em contencioso	46 696	47 022
	339 683	330 326

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Montepio Crédito.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito nomeadamente quanto à avaliação da adequação das provisões constituídas tal como descrito na política contabilística descrita na nota 1 b) a exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Montepio Crédito na eventualidade de incumprimento pelas respetivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

36 JUSTO VALOR

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respetivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as atuais condições da política de pricing do Montepio Crédito.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjetividade, e reflete exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, fatores de natureza prospetiva, como por exemplo a evolução futura de negócio.

Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico do Montepio Crédito.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros:

- Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

- Ativos financeiros detidos para negociação (exceto derivados), Passivos financeiros detidos para negociação (exceto derivados) e Ativos financeiros disponíveis para venda.

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado (*Bid-price*), sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projeção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos standards (*Black-Scholes*, *Black*, *Ho* e outros) considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

- Derivados de cobertura e de negociação

Todos os derivados se encontram contabilizados pelo seu justo valor.

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados utiliza-se o respetivo preço de mercado. Quanto aos derivados negociados “ao balcão”, aplicam-se os métodos numéricos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado, nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, e sempre que necessário, as respetivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - Reuters e Bloomberg - mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projeção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

- Crédito a clientes com maturidade definida

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas atuais do Montepio Crédito para cada uma das classes homogêneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do exercício) e o spread praticado à data de reporte, calculado através da média da produção do quarto trimestre de 2016. A taxa média de desconto foi de 6,19% (2015: 4,82%) assumindo a projeção das taxas variáveis segundo a evolução das taxas forward implícitas nas curvas de taxas de juro. Os cálculos efetuados incorporam o spread de risco de crédito.

- Crédito a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições desta carteira são semelhantes às praticadas à data de reporte, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

- Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados

Para estes instrumentos financeiros foi calculado o justo valor para as componentes cujo justo valor ainda não se encontra refletido em balanço. Nos instrumentos que são a taxa fixa e para os quais o Montepio Crédito adota contabilisticamente uma política de *hedge-accounting*, o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco de taxa de juro já registado. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assentou na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e a margem comercial, esta última apenas no caso de emissões colocadas nos clientes não institucionais do Montepio Crédito.

Como referência original utilizaram-se as curvas resultantes do mercado de *swaps* de taxa de juro para cada moeda específica. O risco de crédito (spread de crédito) é representado por um excesso à curva de *swaps* de taxa de juro

apurado especificamente para cada prazo e classe de instrumentos tendo como base preços de mercado sobre instrumentos equivalentes.

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas no apuramento da curva taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euro e Dólar Norte-americano utilizadas para a determinação do justo valor dos ativos e passivos financeiros do Montepio Crédito:

	2016		2015	
	Moedas		Moedas	
	Euro	Dólar Norte Americano	Euro	Dólar Norte Americano
1 dia	(0,3730%)	0,7700%	(0,2490%)	0,5500%
7 dias	(0,3730%)	0,7233%	(0,2490%)	0,3920%
1 mês	(0,3680%)	0,7750%	(0,2050%)	0,6100%
2 meses	(0,3380%)	0,8500%	(0,1650%)	0,6700%
3 meses	(0,3190%)	1,0500%	(0,1310%)	0,7550%
6 meses	(0,2210%)	1,2500%	(0,0400%)	0,9400%
9 meses	(0,1390%)	1,4500%	0,0040%	1,1200%
1 ano	(0,0820%)	1,4750%	0,0600%	1,1150%
2 anos	(0,1600%)	1,4780%	(0,0325%)	1,1870%
3 anos	(0,1000%)	1,6820%	0,0590%	1,4340%
5 anos	0,0750%	2,0050%	0,3280%	1,7720%
7 anos	0,3150%	2,1970%	0,6210%	2,0040%
10 anos	0,6600%	2,3790%	1,0000%	2,2360%
15 anos	1,0300%	2,5090%	1,3990%	2,4640%
20 anos	1,1750%	2,5380%	1,5670%	2,5180%
30 anos	1,2350%	2,5650%	1,6100%	2,6070%

A decomposição dos principais ajustamentos aos valores de balanço dos ativos e passivos financeiros do Montepio Crédito contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao justo valor é apresentada como segue:

2016					
	Ao justo valor através de resultados Euros '000	Ao justo valor através de reservas Euros '000	Custo amortizado Euros '000	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000
Activos Financeiros:					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	1	1	1
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	1 590	1 590	1 590
Aplicações em instituições de crédito	-	-	10 366	10 366	10 366
Activos financeiros disponíveis para venda	-	123 443	-	123 443	123 443
Crédito a clientes	-	-	362 839	362 839	370 806
	-	123 443	374 796	498 239	506 206
Passivos financeiros:					
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	312 144	312 144	312 144
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	123 443	123 443	123 443
Passivos financeiros detidos para negociação	99	-	-	99	99
Outros passivos subordinados	16 916	-	-	16 916	16 916
	17 015	-	435 587	452 602	452 602

2015					
	Ao justo valor através de resultados Euros '000	Ao justo valor através de reservas Euros '000	Custo amortizado Euros '000	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000
Activos Financeiros:					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	1	1	1
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	1 338	1 338	1 138
Activos financeiros disponíveis para venda	-	123 432	-	123 432	123 432
Crédito a clientes	-	-	341 934	341 934	349 827
	-	123 432	343 273	466 705	474 398
Passivos financeiros:					
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	295 123	295 123	295 123
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	117 532	117 532	117 532
Passivos financeiros detidos para negociação	258	-	-	258	258
Outros passivos subordinados	15 717	-	-	15 717	15 717
	15 975	-	412 655	428 630	428 630

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Montepio Crédito, os seus justos valores com referência a 31 de Dezembro de 2016:

2016					
	Nível 1 Euros'000	Nível 2 Euros'000	Nível 3 Euros'000	Instrumentos financeiros ao custo Euros'000	Justo valor Euros'000
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1	-	-	-	1
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 590	-	-	-	1 590
Aplicações em instituições de crédito	10 366	-	-	-	10 366
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	123 443	123 443
Crédito a clientes	-	-	370 806	-	370 806
	11 957		370 806	123 443	506 206
Passivos financeiros					
Recursos de outras instituições de crédito	312 144	-	-	-	312 144
Passivos financeiros associados a activos transferidos	123 443	-	-	-	123 443
Passivos financeiros detidos para negociação	-	99	-	-	99
Outros passivos subordinados	-	16 916	-	-	16 916
	435 587	17 015	-	-	452 602

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Montepio Crédito, os seus justos valores com referência a 31 de Dezembro de 2015:

2015					
	Nível 1 Euros'000	Nível 2 Euros'000	Nível 3 Euros'000	Instrumentos financeiros ao custo Euros'000	Justo valor Euros'000
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1	-	-	-	1
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 338	-	-	-	1 338
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	123 432	123 432
Crédito a clientes	-	-	349 827	-	349 827
	<u>1 339</u>	<u></u>	<u>349 827</u>	<u>123 432</u>	<u>474 598</u>
Passivos financeiros					
Recursos de outras instituições de crédito	295 123	-	-	-	295 123
Passivos financeiros associados a activos transferidos	117 532	-	-	-	117 532
Passivos financeiros detidos para negociação	-	258	-	-	258
Outros passivos subordinados	-	15 717	-	-	15 717
	<u>412 655</u>	<u>15 975</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>428 630</u>

O Montepio Crédito utiliza a seguinte hierarquia de Justo valor com 3 níveis na valorização de instrumentos financeiros (ativos ou passivos), a qual reflete o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

- Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transações em mercados ativos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado ativo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para as quais o acesso existe.

- Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados ativos, sejam dados direto (preços, taxas, spreads, etc.) ou indiretos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro.

- Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados ativos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos inputs utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

O Montepio Crédito considera um mercado ativo para um dado instrumento financeiro, na data de mensuração, dependendo do volume de negócios e da liquidez das operações realizadas, da volatilidade relativa dos preços cotados e da prontidão e disponibilidade da informação, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;
- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade;
- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade.

Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:

- Se o seu valor é determinado num mercado ativo;
- Ou, se existe um Mercado OTC e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado ativo, com a exceção da condição de volumes de negociação;
- Ou, o valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

37 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O Montepio Crédito assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice e por invalidez e outras responsabilidades de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 r).

Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos		Verificado	
	2016	2015	2016	2015
Pressupostos financeiros				
Taxa de evolução salarial	1,00%	1,25%	1,46%	1,90%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%	0,25%	-0,05%	-
Taxas de rendimento do fundo	2,00%	2,85%	1,20%	2,30%
Taxa de desconto	2,00%	2,85%	-	-
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação				
Tábua de mortalidade				
Homens	TV 88/90	TV 88/90		
Mulheres	TV 88/90	TV 88/90		
Métodos de valorização actuarial	UCP	UCP		

Os pressupostos utilizados no cálculo do valor atual das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela IAS 19. A determinação da taxa de desconto teve em consideração: (i) a evolução ocorrida nos principais índices, relativamente a *high quality corporate brands* e (ii) *duration* das responsabilidades.

A duração das responsabilidades é de 29,8 anos (2015: 29,4 anos). Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	2016	2015
Activos	115	118
Reformados e sobreviventes	2	2
	117	120

Tendo em consideração a alteração da política contabilística efetuada durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, conforme explicado na política contabilística descrita na nota 1 r) a aplicação do IAS 19 – Benefícios dos

empregados, traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Activos/(Responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades com pensões de reforma		
Pensionistas	(268)	(240)
Activos	(6 416)	(7 274)
	<u>(6 684)</u>	<u>(7 514)</u>
Responsabilidades com benefícios de saúde		
Pensionistas	(33)	(32)
Activos	(742)	(574)
	<u>(775)</u>	<u>(606)</u>
Responsabilidades com subsídio por morte		
Pensionistas	(2)	(2)
Activos	(29)	(19)
	<u>(31)</u>	<u>(21)</u>
Total das responsabilidades	<u>(7 490)</u>	<u>(8 141)</u>
Coberturas		
Valor do Fundo	<u>8 791</u>	<u>8 676</u>
Activos / (Passivos) líquidos em Balanço (ver nota 25)	<u>1 301</u>	<u>535</u>
Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	<u>(2 021)</u>	<u>(1 558)</u>

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 r), o Montepio Crédito procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e outros e dos ganhos e perdas atuariais anualmente.

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 r) e conforme o estabelecido no IAS 19 – Benefícios dos empregados, o Grupo avalia à data de cada balanço, e para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respetivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde é analisada como segue:

	2016				2015			
	Pensões de reforma Euros'000	Benefícios de saúde Euros'000	Subsídio por morte Euros'000	Total Euros'000	Pensões de reforma Euros'000	Benefícios de saúde Euros'000	Subsídio por morte Euros'000	Total Euros'000
Responsabilidades no início do exercício	7 514	607	20	8 141	7 324	542	20	7 886
Custo do serviço corrente	233	43	1	277	245	41	1	287
Custo dos juros	214	17	1	232	183	14	-	197
(Ganhos) e perdas actuariais								
- Alterações de pressupostos	1 107	193	12	1 312	69	7	(1)	75
- Não decorrentes de alteração de pressupostos	(2 836)	(143)	(5)	(2 984)	(293)	3	-	(290)
Alteração da idade da reforma	466	58	2	526	-	-	-	-
Pensões pagas pelo fundo	(14)	-	-	(14)	(14)	-	-	(14)
Responsabilidades no final do exercício	6 684	775	31	7 490	7 514	607	20	8 141

De referir que o fundo de pensões, denominado “Fundo de Pensões Montepio”, é gerido pela “Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.”, no qual o Montepio Crédito participa em 1,2% (2015: 1,31%).

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 pode ser analisada como segue:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Valor do fundo no início do exercício	8 676	8 459
Rendimento esperado	247	211
Desvios financeiros	(157)	(20)
Contribuições dos empregados	39	40
Pensões pagas pelo fundo	(14)	(14)
Valor do fundo no fim do exercício	8 791	8 676

Os ativos dos fundos de pensões podem ser analisados como seguem:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Obrigações	5 374	5 673
Acções	1 955	1 930
Aplicações em bancos centrais e outros	908	473
Imobiliário	425	460
Outros títulos de rendimento variável	129	140
	8 791	8 676

Não existem ativos no fundo de pensões utilizados pela sociedade ou representativos de títulos emitidos pelo Montepio Crédito.

A evolução dos desvios atuariais em balanço pode ser analisada como segue:

	2016 Euros'000	2015 Euros'000
Desvios actuariais no início do exercício	(1 558)	(1 363)
(Ganhos) / Perdas actuariais no exercício		
- Alteração de pressupostos e condições dos planos	(1 312)	74
- (Ganhos) / Perdas de experiência	849	(269)
Desvios actuariais reconhecidos em outro rendimento integral	<u>(2 021)</u>	<u>(1 558)</u>

A evolução do valor do regime transitório pode ser analisada como segue:

	2016 Euros'000	2015 Euros'000
Saldo no início do exercício	-	19
Amortização por reservas	-	(19)
Desvios actuariais reconhecidos em outro rendimento integral	<u>-</u>	<u>-</u>

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Custo do serviço corrente	277	287
Custos / (Proveitos) dos juros líquidos no saldo das responsabilidades	(15)	(14)
Alteração da idade da reforma e outros	(566)	(40)
Custos com pessoal	<u>(304)</u>	<u>233</u>

A evolução dos ativos / (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 como segue:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
No início do exercício	535	573
Contribuições dos empregados	39	40
Custo do serviço corrente	(277)	(287)
(Custos) / Proveitos dos juros líquidos no saldo das responsabilidades	15	14
Alteração da idade da reforma e outros	(526)	-
Ganhos / (Perdas) actuariais	1 672	215
Ganhos / (Perdas) financeiras	(157)	(20)
No final do exercício	1 301	535

Os pressupostos actuariais têm um impacto significativo nas responsabilidades com pensões e outros benefícios. Considerando este impacto, procedeu-se a uma análise da sensibilidade a uma variação positiva e a uma variação negativa de 25 pontos base no valor das responsabilidades com pensões cujo impacto é analisado como segue:

	2016		2015	
	Responsabilidades		Responsabilidades	
	Incremento Euros '000	Decréscimo Euros '000	Incremento Euros '000	Decréscimo Euros '000
Taxa de desconto (0,25% de variação)	(452 669)	475 267	(555 961)	590 145
Taxa de crescimento salarial (0,25% de variação)	324 477	(299 209)	398 519	(371 531)
Taxa de crescimento pensões (0,25% de variação)	218 844	(203 013)	268 781	(252 084)
Contribuição SAMS (0,25% de variação)	31 154	(30 147)	38 263	(37 433)
Mortalidade (1 ano de variação)	(467 154)	468 328	(21 465)	21 176

38 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A lista de partes relacionadas apresenta-se como segue:

Conselho de Administração Executivo

Jorge Humberto Cruz Barros de Jesus Luís
Fernando Paulo Pereira Magalhães
Pedro Miguel de Almeida Alves Ribeiro
Manuel de Pinho Baptista

Outras Partes Relacionadas

Banco Montepio Geral - Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (I.F.I.)
Banco Terra, S.A.
Bem Comum, Sociedade de Capital de Risco, S.A.
Bolsimo - Gestão Activos S.A.
Caixa Económica Montepio Geral
Carteira Imobiliária - Fundo Especial Invest. Imob. Aberto
Clínica CUF de Belém, S.A.
Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A.
Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.
Finibanco Angola, S.A.
Finibanco Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.
Fundação Montepio Geral
Fundo Capital de Risco Montepio Crescimento *
Fundo de Pensões Montepio Geral
Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões S.A.
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.
Leacock Prestação de Serviços Limitada
Lestinvest, SGPS, S.A. *
Lusitania Companhia Seguros, S.A.
Lusitania Vida Companhia Seguros, S.A.
Moçambique Companhia de Seguros, S.A.R.L.
Montepio - Capital de Risco, SCR, S.A.*

Montepio Arrendamento - F.I.I.F. Para Arrendamento Habitacional
Montepio Arrendamento II - F.I.I.F. Para Arrendamento Habitacional
Montepio Arrendamento III - F.I.I.F. Para Arrendamento Habitacional
Montepio Geral Associação Mutualista
Montepio Gestao de Activos - S.G.F.I., S.A.
Montepio Gestao de Activos Imobiliarios, ACE
Montepio Holding, SGPS, S.A.
Montepio Imóveis - Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A.
Montepio Investimento, S.A.
Montepio Recuperação de Crédito, ACE *
Montepio Seguros SGPS, S.A.
Montepio Valor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.
N Seguros, S.A.
Naviser - Transportes Marítimos Internacionais, S.A.
Nebra Energias Renovables, S.L.
Nebra Renovables, S.L.
Nova Câmbio - Instituição de Pagamento, S.A.
Pelican Mortgages I P Limited Company
Polaris - Fundo Inv. Imob. Fech. Subsc. Partic.
Portugal Estates Fund - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
Residências Montepio - Serviços de Saúde, S.A.
SAGIES - Segurança E Higiene No Trabalho, S.A.
SILVIP - Soc. Gestora Fundos Investimento Imobiliarios, S.A.
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.
Ssag incentive - Sociedade de Serviços Auxiliares e Gestão Imóveis, S.A.
Semelhanças e Coincidências, S.A.
Valor Prime Fundo de Investimento Imobiliário Aberto

* Entidade liquidada no decorrer do exercício de 2016

Em 31 de Dezembro de 2016, os débitos e créditos detidos pelo Montepio Crédito sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Disponibilidades em outras instituições de crédito, Outros ativos, Recursos de outras instituições de crédito e Outros passivos são analisados como segue:

Empresas	2016					
	Disponibilidades em outras instituições de crédito Euros '000	Crédito Concedido Euros '000	Outros Activos Euros '000	Recursos de outras instituições de crédito Euros '000	Outros passivos Euros '000	Total Euros '000
Caixa Económica Montepio Geral	1 555	5 806	33	312 144	24	319 562
Montepio Holding S.G.P.S., S.A.	-	-	-	-	1 338	1 338
Montepio Valor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	-	159	-	-	-	159
Montepio Geral - Associação Mutualista	-	589	8	-	1	598
Montepio Investimento, S.A.	-	27	-	-	-	27
Lusitânia Companhia de Seguros, S. A.	-	1 654	-	-	25	1 679
Futuro Sociedade Gestora Fundos de Pensões SA	-	108	-	-	-	108
Montepio Gestão de Ativos Imobiliários, ACE	-	151	1	-	-	152
Montepio Gestão de Ativos – S.G.F.I.,S.A.	-	96	-	-	-	96
N Seguros, S.A.	-	83	-	-	-	83
Bolsimo - Gestão Ativos, S.A.	-	77	-	-	-	77
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	-	22	-	-	-	22
	1 555	8 772	42	312 144	1 388	323 901

Em 31 de Dezembro de 2015, os débitos e créditos detidos pelo Montepio Crédito sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Disponibilidades em outras instituições de crédito, Outros ativos, Recursos de outras instituições de crédito e Outros passivos são analisados como segue:

Empresas	2015					
	Disponibilidades em outras instituições de crédito Euros '000	Crédito Concedido Euros '000	Outros Activos Euros '000	Recursos de outras instituições de crédito Euros '000	Outros passivos Euros '000	Total Euros '000
Caixa Económica Montepio Geral	1 303	6 593	14	295 123	14	303 047
Montepio Holding S.G.P.S., S.A.	-	-	-	-	3 842	3 842
Montepio Valor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	-	111	2	-	29	142
Montepio Geral - Associação Mutualista	-	174	-	-	3	177
Montepio Investimento, S.A.	-	55	13	-	-	68
Lusitânia Companhia de Seguros, S. A.	-	1 569	-	-	-	1 569
Futuro Sociedade Gestora Fundos de Pensões SA	-	122	-	-	-	122
Montepio Gestão de Ativos Imobiliários, ACE	-	182	-	-	-	182
Montepio Gestão de Ativos – S.G.F.I.,S.A.	-	106	-	-	-	106
N Seguros, S.A.	-	56	-	-	-	56
Montepio – Capital de Risco, SCR, S.A.	-	42	1	-	-	43
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	-	24	-	-	-	24
Finibanco Vida – Companhia de Seguros Vida, S.A.	-	-	-	-	-	-
Lusitânia, Companhia de Seguros, S.A.	-	0	0	0	-	-
	1 303	9 034	30	295 123	3 888	309 378

Em 31 de Dezembro de 2016, os proveitos e custos do Montepio Crédito sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e rendimentos similares, Outros proveitos de exploração, Juros e encargos similares e Outros custos de exploração, são analisados como segue:

Empresas	2016				
	Juros e rendimentos similares Euros '000	Outros proveitos de exploração Euros '000	Juros e encargos similares Euros '000	Outros custos de exploração Euros '000	Total Euros '000
Caixa Económica Montepio Geral	285	734	(3 984)	(427)	(3 392)
Montepio Geral Associação Mutualista	23	78	-	(15)	86
Montepio Investimento, S. A.	2	2	-	-	4
Montepio Valor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	7	38	-	-	45
Finipredial - Fundo Investimento Imobiliário Aberto	-	-	-	(169)	(169)
Finibanco Vida – Companhia de Seguros Vida, S.A.	2	542	-	-	544
Futuro Sociedade Gestora Fundos de Pensões SA	6	6	-	-	12
Montepio Gestão de Ativos Imobiliários, ACE	7	13	-	-	20
Montepio Gestão de Ativos – S.G.F.I.,S.A.	5	4	-	-	9
N Seguros, S.A.	3	4	-	-	7
Montepio – Capital de Risco, SCR, S.A.	1	1	-	-	2
Lusitânia, Companhia de Seguros, S.A.	92	174	-	(12)	254
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	1	1	-	-	2
Bolsimo - Gestão de Ativos, S.A.	1	3	0	0	4
	435	1 600	(3 984)	(623)	(2 572)

Em 31 de Dezembro de 2015, os proveitos e custos do Montepio Crédito sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e rendimentos similares, Outros proveitos de exploração, Juros e encargos similares e Outros custos de exploração, são analisados como segue:

Empresas	2015				
	Juros e rendimentos similares Euros '000	Outros proveitos de exploração Euros '000	Juros e encargos similares Euros '000	Outros custos de exploração Euros '000	Total Euros '000
Caixa Económica Montepio Geral	283	571	(3 944)	(100)	(3 190)
Montepio Geral Associação Mutualista	9	10	-	(46)	(27)
Montepio Investimento, S. A.	5	5	-	-	10
Montepio Valor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	8	8	-	-	16
Finipredial - Fundo Investimento Imobiliário Aberto	-	-	-	(169)	(169)
Finibanco Vida – Companhia de Seguros Vida, S.A.	1	112	-	-	113
Futuro Sociedade Gestora Fundos de Pensões SA	5	5	-	-	10
Montepio Gestão de Ativos Imobiliários, ACE	9	11	-	-	20
Montepio Gestão de Ativos – S.G.F.I.,S.A.	3	3	-	-	6
N Seguros, S.A.	2	3	-	-	5
Montepio – Capital de Risco, SCR, S.A.	2	1	-	-	3
Lusitânia, Companhia de Seguros, S.A.	12	63	0	0	75
	339	792	(3 944)	(315)	(3 128)

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão bem como as transações efetuadas com os mesmos constam na nota 9.

Durante os exercícios de 2016 e 2015, não se efetuaram transações com o fundo de pensões do Montepio Crédito.

39 SECURITIZAÇÃO DE ATIVOS

A 31 de Dezembro de 2016 existe uma operação de titularização.

Apresentamos nos parágrafos seguintes alguns detalhes adicionais desta operação de titularização.

Em 7 de Maio de 2014, o Montepio Crédito e a Caixa Económica Montepio Geral celebraram com a Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de cedência de créditos ao consumo por si originados no âmbito de uma operação de titularização de créditos (*Pelican Finance No. 1*). O prazo total da operação é de 14 anos, com

revolving period de 18 meses e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 294.000 milhares de Euros (sendo o limite do Montepio Crédito de 117 500 milhares de euros). A venda foi efetuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial apresentado 0,1871% das *Asset Backed Notes*. De referir ainda que, em Novembro de 2015, o período de *revolving* foi alargado por mais 24 meses tendo ficado com 42 meses no total.

À data de 31 de Dezembro de 2016, as operações de titularização efetuadas pelo Montepio Crédito são apresentadas como segue:

Emissão	Data de início	Moeda	Activo cedido	Montante inicial Euros '000
<i>Pelican Finance No. 1</i>	Maio de 2014	Euro	Crédito ao consumo	117 500
				117 500

Os títulos emitidos pelos veículos de titularização podem ser analisados, à data de 31 de Dezembro de 2016, como segue:

Emissão	Obrigações	Valor nominal inicial	Valor nominal actual	Interesse retido pelo Montepio Crédito (valor nominal)	Data de reembolso	Rating das obrigações	
		Euros '000	Euros '000	Euros '000		Fitch	DBRS
<i>Pelican Finance No 1</i>	<i>Class A</i>	81 100	81 100	81 000	2028	A	A
	<i>Class B</i>	36 400	36 400	36 400	2028	-	-
	<i>Class C</i>	5 900	5 900	5 900	2028	-	-

40 GESTÃO DE RISCOS

O Montepio Crédito mantém uma política conservadora na assunção dos riscos, expressa num nível máximo de alocação de fundos próprios, conforme métodos de cálculo internos, efetuados em função do perfil do cliente.

Não são permitidas operações que exijam níveis de alocação de capitais superiores aos determinados, razão pela qual, são rejeitadas todas as operações que não satisfaçam os diversos padrões de risco e outras que não se enquadrem na estratégia definida.

O conhecimento em profundidade dos níveis de exposição e a gestão integrada dos riscos assumidos tornam-se fundamentais para a prossecução dos objetivos estabelecidos, contribuindo para a criação de valor para o acionista.

O modelo de gestão implementado baseia-se na separação das funções de medição, de decisão e de controlo dos riscos, tendencialmente compatíveis com as recomendações do Comité de Basileia.

As categorias de risco consideradas são as seguintes: de crédito, de mercado (nas suas componentes taxa de juro, cambial, cotações e índices), de liquidez e operacional.

No plano regulamentar de Basileia II, foram desenvolvidos os reportes previstos nos Pilar II – Adequação de Capital, e Pilar III – Disciplina de Mercado. Ao abrigo do Pilar II foram reportados ao Banco de Portugal os relatórios do Processo de Auto-Avaliação do Capital Interno (“ICAAP”), de Testes de Esforço e de Risco de Concentração, conforme Instrução nº 2/2010 de 15 de Fevereiro do Banco de Portugal. Os resultados dos relatórios apontam para a solidez dos níveis de capital, face aos riscos com maior materialidade e à potencial evolução adversa dos principais indicadores macroeconómicos. Ao nível do Risco de Concentração verifica-se uma evolução positiva nos principais tipos de concentração – Sectorial, Individual e Geográfica. No âmbito do Pilar III, foi divulgado publicamente o relatório de Disciplina de Mercado, detalhando os tipos de níveis de risco incorridos na atividade, bem como os processos, estrutura e organização da gestão de risco.

A nova regulamentação impõe às instituições financeiras maiores responsabilidades já que as metodologias mais avançadas dependem da capacidade de desenvolvimento de modelos internos válidos, certificados e que sejam sensíveis aos riscos específicos de cada instituição.

Principais Tipos de Risco

Risco de Crédito

O risco de crédito encontra-se associado à possibilidade de incumprimento efetivo da contraparte, que se consubstancia no não pagamento integral ou parcial, quer do capital em dívida, quer dos juros correspondentes aos empréstimos efetuados. Representa a componente de risco com maior relevo na atividade do Montepio Crédito.

A análise do risco de crédito assenta na avaliação do cliente, conjugada com o produto, as garantias, a maturidade da operação e a consonância com as estratégias de negócio definidas. São estabelecidos limites de exposição por contraparte. Pretende-se constituir uma carteira sã, que tenha subjacente uma decisão fundamentada que pondere, de forma equilibrada, os diversos fatores do negócio.

Como ferramenta de apoio à decisão, o Montepio Crédito dispõe de um sistema de “*Credit Scoring*”. Esta ferramenta consiste na aplicação de técnicas estatísticas que procuram medir o risco de incumprimento de um crédito, através de uma notação a atribuir a um determinado perfil de comportamento.

A Direção de Controlo de Crédito tem como principal objetivo garantir a qualidade da carteira de crédito através de uma monitorização sistemática do crédito vencido e vincendo. Compete a esta Direção, o estudo dos clientes da carteira, identificando antecipadamente aqueles que apresentem uma probabilidade elevada de incumprimento das suas responsabilidades, prevenindo situações de degradação. Por outro lado, ao monitorizar o crédito vencido, tipifica e acompanha o nível de gravidade de incumprimento dos clientes.

Estão disponíveis sistemas de alerta, destinados à estrutura comercial, sobre situações atípicas existentes nos diversos pontos de venda, de forma a determinar aqueles que, pelos clientes angariados ou pelas práticas utilizadas, representam maior risco na concessão de crédito.

Para fazer face aos riscos de crédito são constituídas provisões de acordo com o estabelecido pelo Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal. Em caso de necessidade constituir-se-ão provisões extraordinárias em conformidade com o risco a cobrir.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Montepio Crédito ao risco de crédito:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 590	1 338
Aplicações em instituições de crédito	10 366	-
Crédito a clientes	362 839	341 934
Activos financeiros disponíveis para venda	123 443	123 432
Outros activos	1 254	1 404
Garantias e avals prestados	81 100	81 000
	580 592	549 108

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na probabilidade de ocorrência de perdas nas posições patrimoniais e extrapatrimoniais decorrentes de movimentos adversos dos preços de mercado (taxas de juro, câmbios, cotações e índices).

O Montepio Crédito está apenas exposta ao risco de taxa de juro.

Na sua atividade corrente, a Sociedade utiliza alguns instrumentos financeiros derivados para gerir as suas próprias posições de risco de taxa de juro ou outros riscos de mercado. Estes instrumentos envolvem graus variáveis de risco de crédito (máxima perda contabilística potencial, originada por eventual incumprimento das obrigações contratuais assumidas pelas contrapartes) e de risco de mercado (máxima perda potencial, originada pela alteração de valor de um instrumento financeiro, em resultado de variações de taxas de juros, de taxas de câmbio ou de cotações).

Os montantes nominais das operações de derivados são utilizados para calcular os fluxos a trocar nos termos contratuais, normalmente em termos líquidos. Embora constituam a medida de volume mais usual neste tipo de mercados, não correspondem a qualquer quantificação do risco de crédito ou de mercado, relacionados com as respetivas operações. Para derivados de taxa de juros ou de taxa de câmbio, o risco de crédito é medido pelo custo de substituição a preços correntes de mercado dos contratos em que se detém uma posição potencial de ganho (valor positivo de mercado) no caso de a contraparte entrar em incumprimento.

Os *Swaps* de taxa de juro correspondem quer a operações de cobertura, quer a operações de negociação, relativas a uma troca de juros inerentes a um conjunto de fluxos financeiros, expressos na mesma moeda, mas onde não se verifica a troca da componente de capital que está sujeita a risco de mercado e a risco de crédito.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estão intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não é designado como estando ao justo valor através de resultados ("*fair value option*").

Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste no risco de perdas resultantes da incapacidade de fazer face ao cumprimento de compromissos assumidos, por indisponibilidade, ou dificuldades de obtenção de fundos líquidos nos mercados monetários.

O risco de liquidez do Montepio Crédito é controlável, devido aos seguintes aspetos:

- não receção de depósitos;
- previsão dos fluxos de entrada das rendas a cobrar aos clientes; e
- limitação da concessão de crédito.

Para fazer face às necessidades de financiamento da atividade, decorrente da concessão de crédito, tem-se optado pela titularização de ativos e pelo recurso ao financiamento direto no sistema bancário, com particular incidência no Montepio.

Risco Operacional

O risco operacional consiste no risco de perdas resultantes de falhas internas ao nível dos sistemas informáticos, dos procedimentos instituídos e adotados, de erros dos recursos humanos, ou da ocorrência de acontecimentos externos.

O Montepio Crédito tem implementada uma plataforma de captura de eventos de Risco Operacional, bem como uma plataforma de controlo, que classifica e quantifica esses mesmos eventos. É emitido periodicamente um relatório aos órgãos internos com um resumo dos eventos existentes.

Existe um *report* mensal para a Caixa Económica Montepio Geral que integra a informação do Montepio Crédito na ferramenta de Gestão Integral do Risco Operacional (GIRO).

Esta ferramenta está disponível na Intranet e é utilizada para efeitos de:

- Elaboração de mapa de atividades, risco e controlos, de periodicidade anual;
- Realização da autoavaliação e validação da mesma que consiste em, identificar a exposição potencial ao risco operacional, o seu perfil de risco e priorizar eventuais ações de mitigação em função dos riscos e controlos identificados; e
- Utilização de *KRI's* com o objetivo de antecipar a ocorrência de perdas e permitir atuações preventivas.

Risco taxa de Juro

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar II) e da Instrução n.º 19/2005, do Banco de Portugal, o Montepio Crédito calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements ("BIS")* classificando todas as rubricas do ativo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de repricing.

2016					
	Até 3 meses Euros '000	3 a 6 meses Euros '000	6 meses a 1 ano Euros '000	1 a 5 anos Euros '000	Mais de 5 anos Euros '000
Activo	101 472	14 363	13 401	110 422	56 194
Fora de balanço	-	-	17 902	-	-
Total	101 472	14 363	31 303	110 422	56 194
Passivo	178 911	132 500	-	-	-
Fora de balanço	-	17 902	-	-	-
Total	178 911	150 402	-	-	-
GAP (Activos - Passivos)	(77 439)	(136 039)	31 303	110 422	56 194

Face aos gaps de taxa de juro observados, em 31 de Dezembro de 2016, uma variação positiva instantânea das taxas de juro em 100 pb motivaria um aumento dos resultados de cerca de Euros 1.690.117.

2015					
	Até 3 meses Euros '000	3 a 6 meses Euros '000	6 meses a 1 ano Euros '000	1 a 5 anos Euros '000	Mais de 5 anos Euros '000
Activo	157 535	7 404	7 926	110 947	50 211
Fora de balanço	-	-	-	17 902	-
Total	157 535	7 404	7 926	128 849	50 211
Passivo	257 500	37 094	-	1 974	-
Fora de balanço	-	17 902	-	-	-
Total	257 500	54 996	-	1 974	-
GAP (Activos - Passivos)	(99 965)	(47 592)	7 926	126 875	50 211

Face aos gaps de taxa de juro observados, em 31 de Dezembro de 2015, uma variação positiva instantânea das taxas de juro em 100 pb motivaria um aumento dos resultados de cerca de Euros 1.168.273.

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de ativos e passivos financeiros do Montepio Crédito, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, bem como os respetivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

Produtos	2016			2015		
	Saldo médio do exercício Euros '000	Taxa de juro média (%)	Proveitos / Custos Euros '000	Saldo médio do exercício Euros '000	Taxa de juro média (%)	Proveitos / Custos Euros '000
Aplicações						
Crédito a clientes	371 857	7%	26 916	342 689	7%	22 454
Disponibilidades	1 982	-	-	649	-	-
Carteira de Títulos	123 434	-	-	124 414	-	-
Total Aplicações	497 273		26 916	467 752		22 454
Recursos						
Outros recursos	305 844	1%	3 981	275 911	3%	6 891
Swaps	-	-	1 044	-	-	5 658
Total Recursos	305 844		5 025	275 911		12 549

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Em termos prudenciais, o Montepio Crédito está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Diretiva Comunitária sobre adequação de capitais (2013/36/UE), estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam rácios mínimos de fundos próprios principais de nível 1, fundos próprios de nível 1 e de fundos próprios totais em relação aos ativos ponderados pelo risco, os quais deverão ser cumpridos pelas instituições. Desde o ano de 2014 as indicações prudenciais baseiam-se na nova legislação de Basileia III de acordo com o Regulamento nº 575/2013 do Parlamento Europeu.

De acordo com as regras prudenciais de Basileia III, os Fundos Próprios do Montepio Crédito dividem-se em Fundos Próprios Principais de Nível 1 ou *Common Equity Tier 1* (CET1), Fundos Próprios de Nível 1 ou *Tier 1* (T1) e Fundos Próprios de Nível 2 ou *Tier 2* (T2), com a seguinte composição:

- Fundos Próprios Principais de Nível 1 ou *Common Equity Tier 1* (CET1): Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (incluindo as reservas de justo valor), os resultados transitados, os resultados retidos do período quando positivos e certificados ou pela totalidade se negativos. É deduzido o valor de balanço dos montantes relativos a goodwill apurado, outros ativos intangíveis, ganhos não realizados em passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados que representem risco de crédito próprio, desvios atuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados (já incluídos em resultados transitados), bem como a diferença, se positiva, entre o ativo e as responsabilidades do fundo de pensões. As participações financeiras em entidades do sector financeiro e os ativos por impostos diferidos têm tratamento diferenciado, face a Basileia II, na nova regulamentação de Basileia III. São deduzidos os valores destas rubricas que individualmente sejam superiores a 10% do CET1, ou posteriormente a 17,65% do CET1 quando consideradas em agregado (apenas na parte não deduzida na primeira barreira de 10% e considerando apenas as participações significativas). Os valores não deduzidos estarão sujeitos a ponderação de 250% para o total dos ativos ponderados pelo risco. Relativamente às participações em instituições financeiras, a eventual dedução é realizada proporcionalmente ao correspondente nível de capital detido. Entre a implementação desta nova regulamentação prudencial em 2014 e 2018 irá vigorar um período transitório que permitirá o reconhecimento gradual dos maiores impactos desta nova regulamentação. Destaque para o plano transitório aplicado aos cativos por impostos diferidos e desvio atuarial negativo do fundo de pensões que permite ir reconhecendo 20% ao ano os eventuais efeitos negativos das novas normas. Também as reservas de justo valor estão sujeitas a plano transitório de 20% ao ano, estando contudo excluídas deste plano as reservas de justo valor relativas a posições em risco sobre Administrações Centrais. Esta exclusão deixará de vigorar após a adoção pela Comissão Europeia de um regulamento com base no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 que aprove a Norma Internacional de Relato Financeiro que venha a substituir a norma IAS 39.

- **Fundos Próprios de Nível 1 ou Tier 1 (T1):** Incorpora instrumentos equiparados a capital, cujas condições sejam de acordo com o artigo 52º do Regulamento 575/2013 e aprovadas pelo Banco de Portugal. A este capital são deduzidas as eventuais detenções de capital T1 de instituições financeiras sujeitas a dedução.

- **Fundos Próprios de Nível 2 ou Tier 2 (T2):** Incorpora instrumentos equiparados a capital, cujas condições sejam de acordo com o artigo 63º do Regulamento 575/2013 e aprovadas pelo Banco de Portugal. A este capital são deduzidas as eventuais detenções de capital T2 de instituições financeiras sujeitas a dedução.

Os Fundos Próprios Totais ou Capital Total são constituídos pela soma dos três níveis de capital referidos anteriormente.

Tal como referido anteriormente, até 2018 os efeitos da nova regulamentação de Basileia III irão sendo gradualmente introduzidos. Este processo usualmente designa-se por *Phasing-in*. A assunção total da nova regulamentação, sem considerar planos transitórios é designada por *Full Implementation*. Atualmente encontra-se em vigor o processo *Phasing-in*, sendo nesta base que é verificado se determinada entidade dispõe de fundos próprios num montante não inferior ao dos respetivos requisitos de fundos próprios, certificando assim a adequação do seu capital. Esta relação é refletida nos diferentes rácios de capital, nomeadamente o rácio CET1, rácio T1 e rácio de capital total (antes designado por rácio de solvabilidade, representado pelo correspondente nível de capital em percentagem do montante correspondente a 12,5 vezes dos requisitos de fundos próprios). Para estes rácios são indicados mínimos regulamentares pelo Banco de Portugal, tendo sido determinados para 2016 os rácios mínimos de 5,125% para o CET1 e de 8,625% para o Capital total.

De acordo com o CRD IV/CRR, as instituições devem reportar rácios *Common Equity Tier 1*, *Tier 1* e Total não inferiores a 7%, 8,5% e 10,5%, respetivamente, o que inclui *conservation buffer* de 2,5%, as beneficiando de um período transitório que decorrerá até ao final de 2018.

Os valores de fundos próprios e dos requisitos de fundos próprios apurados de acordo com as metodologias da CRD IV/CRR anteriormente referidas são as seguintes:

	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Capital Common Equity Tier 1		
Capital realizado	30 000	30 000
Resultados, Reservas Gerais, Especiais e Resultados não distribuídos	7 271	2 518
Outros ajustamentos regulamentares	(3 262)	(3 117)
	<u>34 009</u>	<u>29 401</u>
Capital Tier 1		
Outros instrumentos de Capital	-	-
Ajustamentos regulamentares	-	-
	<u>34 009</u>	<u>29 401</u>
Capital Tier 2		
Empréstimos Subordinados	3 554	7 138
Ajustamentos regulamentares	-	-
	<u>3 554</u>	<u>7 138</u>
Fundos próprios totais	<u>37 563</u>	<u>36 539</u>
Requisitos de Fundos Próprios		
Risco de crédito	21 446	19 354
Risco operacional	2 187	1 842
Outros requisitos	346	342
	<u>23 979</u>	<u>21 538</u>
Rácios Prudenciais		
Rácio Common Equity Tier 1	11,3%	10,9%
Rácio Tier 1	11,3%	10,9%
Rácio de Capital Total	12,5%	13,6%

41 NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Montepio Crédito aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB, emitiu em 21 de novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia

n.º 29/2015, de 17 de dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de fevereiro de 2015).

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

O Montepio Crédito não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de fevereiro de 2015).

IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (vesting) contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa.

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

IAS 16 e IAS 38 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depender da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada ser calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

O Montepio Crédito não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de setembro de 2014 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2343/2015, de 15 de dezembro de 2015.

IFRS 5 Ativos Não Correntes Detidos Para Venda e Operações Descontinuadas: Alterações no Método de Disposição

As alterações à IFRS 5 clarificam que caso uma entidade reclassifique um ativo (ou um grupo em descontinuação) diretamente de “detido para venda” para “detido para distribuição aos proprietários” (ou vice versa) então a alteração de classificação é considerada uma continuação do plano original de disposição. Assim sendo, nenhum ganho ou perda de mensuração será contabilizado na demonstração dos resultados ou na demonstração do rendimento integral.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: contratos de Serviços Prestados

As alterações à IFRS 7 clarificam - adicionando orientação de aplicação adicional - quando os contratos de prestação de serviços constituem envolvimento continuado para efeitos da aplicação dos requisitos de divulgação no parágrafo 42 C da IFRS 7.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: Aplicabilidade das Emendas à IFRS 7 na compensação de ativos e passivos financeiros para demonstrações financeiras intercalares condensadas

A presente alteração esclarece que as divulgações adicionais exigidas que foram introduzidas em dezembro de 2011 pelas alterações ao IFRS 7 - compensação de ativos e passivos financeiros – não são necessárias em períodos intercalares após o ano da sua aplicação inicial, a menos que a IAS 34 Relato Financeiro Intercalar exija essas divulgações.

IAS 19 Benefícios dos Empregados: Taxa de desconto: emissão mercado regional

As alterações à IAS 19 clarificam que as obrigações de empresas de alta qualidade utilizadas para estimar a taxa de desconto devem ser determinada considerando a mesma moeda em que os benefícios vão ser pagos. Consequentemente, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade deve ser avaliada ao nível da moeda, em vez de ao nível do país. Se um mercado ativo não existir, deve ser utilizada a taxa de mercado dos títulos do governo denominados nessa moeda.

IAS 34 Relato Financeiro Intercalar: Divulgação de informações "em outras partes do relatório financeiro intercalar"

As alterações esclarecem que "outras divulgações" exigidas pelo parágrafo 16A do IAS 34, devem ser apresentadas ou nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporadas por referência cruzada das demonstrações financeiras intercalares para algum outro documento (como comentários da gestão ou de um relatório de risco) que esteja disponível para os utentes das demonstrações financeiras nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intercalares e, ao mesmo tempo.

As alterações à IAS 34 também clarificam que, se os utentes das demonstrações financeiras não tiverem acesso a essa informação, incluída por referência cruzada, nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar é incompleto.

O Montepio Crédito não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

IAS 27: Equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas

O IASB, emitiu, em 12 de agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efetiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2441/2015, de 18 de dezembro de 2015.

O Montepio Crédito não adotou nas suas contas separadas esta opção.

Exceção à consolidação (alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28)

O IASB emitiu em 18 de dezembro de 2014 e aplicável aos períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2016 as alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28, Entidades de Investimento: Aplicação da exceção de consolidação, permitindo que entidades de investimento possam ficar isentas de consolidação desde que verificados determinados requisitos.

Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1703/2016, de 22 de setembro de 2016.

Estas alterações não são aplicáveis à Montepio Crédito.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 e aplicáveis aos períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2016 as seguintes alterações:

- Alterações à IAS 16 e IAS 41: Plantas vivas de produção de produtos agrícolas (“Bearer Plants”) (emitida em 30 de junho e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2113/2015, de 23 de novembro);
- Alterações à IAS 16 e IAS 38: Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2231/2015, de 2 de dezembro);
- Alterações à IFRS 11: Contabilização de aquisições de interesses em empreendimentos conjuntos (emitida em 6 de maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2173/2015, de 24 de novembro).
- Alterações à IAS 1. Iniciativa de Divulgações (emitida em 18 de dezembro e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2406/2015, de 18 de dezembro).

O Montepio Crédito não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

O Montepio Crédito decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de trading, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de Janeiro de 2018.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016) permite que uma seguradora, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2021.

O Montepio Crédito iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma. Dada a natureza das atividades da CEMG, é expectável que esta norma venha a ter impactos muito relevantes nas Demonstrações Financeiras da Sociedade.

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

O IASB emitiu, em 28 de maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rédito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

O Montepio Crédito encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adoção desta norma.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para o Montepio Crédito:

IFRS 14 Contas Diferidas Regulatórias

O IASB emitiu em 30 de janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adota pela primeira vez as IFRS e tem atividade com tarifa regulada. A Comissão Europeia decidiu não iniciar o processo de adoção desta norma interina e esperar pela norma final.

A presente norma não é aplicável à Montepio Crédito.

IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos

Foi emitida em 8 de dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

O Montepio Crédito não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

IFRS 16 - Locações

O IASB, emitiu, em 13 de janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

O Montepio Crédito não antecipa qualquer impacto na aplicação desta norma.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB:

- Em 19 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de ativos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas.
- Em 29 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 7, iniciativa de divulgações, exigindo às empresas prestação de informação sobre alterações nos seus passivos financeiros proporcionando informação que auxilie os investidores na compreensão do endividamento das empresas.
- Em 20 de junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em ações.
- Em 8 de dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40).
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou joint venture ao justo valor) e com data efetiva em, ou após, 1 de janeiro de 2017 à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma).

O Montepio Crédito não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Alteração às políticas contabilísticas a introduzir em 1 de Janeiro de 2016

Impacto da IAS 39 - Instrumentos financeiros

O Banco de Portugal em 30 de Dezembro de 2015 emitiu o Aviso nº 5/2015 que estabelece que as entidades sujeitas à sua supervisão devem elaborar as demonstrações financeiras em base individual de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, revogando assim o Aviso nº 1/2005, que estabelecia que as demonstrações financeiras do Montepio Crédito deviam ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's).

O novo Aviso entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 2017 para o Montepio Crédito. Os impactos decorrentes desta alteração nas demonstrações financeiras de abertura do exercício de 2017, resultam fundamentalmente da

revogação do Aviso n.º 3/95 referente ao registo da imparidade sobre a carteira de crédito e são os seguintes:

	2016
	Euros '000
Activo	
Crédito a clientes	(155)
Activos por impostos diferidos	(1 189)
	<u>(1 344)</u>
Passivo	
Provisões	(4 479)
Capital Próprio	
Reservas e resultados transitados	3 135
	<u>(1 344)</u>

42 EVENTOS SUBSEQUENTES

Após a data de balanço e antes das Demonstrações Financeiras terem sido autorizadas para emissão, não se verificaram transações e/ou acontecimentos relevantes que mereçam relevância de divulgação.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Imparidade da carteira de crédito a clientes

Em 31 de Dezembro de 2016, as perdas por imparidade para o risco de crédito a clientes e as provisões para riscos gerais de crédito ascendem a 15.923 milhares de euros e 4.479 milhares de euros, tal como referido nas notas 20 e 29, respectivamente.

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
<p>A Entidade regista a imparidade para o risco de crédito a clientes de acordo com o regime definido pelo Banco de Portugal, o Aviso do Banco de Portugal n.º3/95, conforme definido nos n.º 2 e 3 do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005.</p> <p>O processo de avaliação da imparidade inclui diversas estimativas e julgamentos por parte da Entidade. Este processo tem em consideração factores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.</p> <p>A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Entidade.</p>	<p>No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Revisão do cálculo de imparidade para crédito a clientes de acordo com o Aviso do Banco de Portugal n.º3/95;▪ Análise dos créditos individuais, para um conjunto de créditos seleccionados, sendo avaliados os pressupostos subjacentes à identificação e quantificação de imparidade, incluindo (i) a avaliação de colaterais existentes e, (ii) as estimativas de recuperação em caso de incumprimento;▪ Para os créditos cujas perdas por imparidade são determinadas em base colectiva, testámos, com o apoio dos nossos especialistas nesta área, os modelos subjacentes, incluindo o processo de aprovação e validação dos mesmos. Adicionalmente, testámos a adequação e a precisão dos principais pressupostos utilizados pelo modelo;▪ Revisão das divulgações efectuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Mensuração das responsabilidades com benefícios dos empregados

Em 31 de Dezembro de 2016, as responsabilidades com benefícios dos empregados, incluindo pensões e benefícios de saúde, ascendem a 7.490 milhares de euros, tal como referido na nota 37 anexa às demonstrações financeiras.

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
<p>A Entidade atribuiu um conjunto de benefícios aos seus empregados nomeadamente, pensões de reforma, benefícios de saúde e subsídio de morte, nos termos definidos no acordo colectivo de trabalho aplicável à Entidade, tal como referido na nota 1 r) anexa às demonstrações financeiras.</p> <p>O valor actual das responsabilidades com os benefícios acima referidos é determinado tendo por base a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais e outros factores, tais como a taxa de desconto, a taxa de crescimento dos salários e das pensões, a tábua de mortalidade, a rentabilidade esperada dos activos a cobrir as responsabilidades, entre outros.</p> <p>A utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam ter impacto significativo na determinação do valor actual das responsabilidades por serviços passados, reconhecido pela Entidade.</p>	<p>No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Análise do plano de benefícios atribuído aos empregados e respectivo impacto contabilístico; ▪ Análise da razoabilidade dos pressupostos utilizados no cálculo do valor actual das responsabilidades; ▪ Revisão do reconhecimento nas demonstrações financeiras dos benefícios atribuídos tendo em consideração os requisitos definidos no IAS 19 – Benefícios a empregados; ▪ Leitura do estudo actuarial efectuado pelo Actuário Responsável e discussão sobre os principais pressupostos actuariais utilizados na determinação do valor actual das responsabilidades por serviços passados; ▪ Revisão das divulgações efectuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCAs), conforme estabelecidas pelo Banco de Portugal;
- elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares, aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de gestão, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de gestão que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral realizada em 2 de Agosto de 2011. Fomos nomeados na assembleia geral realizada a 28 de Abril de 2014 para o actual mandato compreendido entre 2014 e 2016.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o cepticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de gestão da Entidade em 8 de Maio de 2017.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.



- Informamos que, para além da auditoria, prestamos à Entidade os seguintes serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor:
 - Serviços distintos de auditoria exigidos por lei e
 - Serviços distintos de auditoria não exigidos por lei.

Os Serviços distintos de auditoria não exigidos por lei dizem respeito a apoio fiscal contratado em 2015 sobre as demonstrações financeiras de 2015.

8 de Maio de 2017

A handwritten signature in blue ink, reading 'Hugo Cláudio'.

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Hugo Jorge Gonçalves Cláudio (ROC n.º 1597)



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas do
Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único do **Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.**, apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta apresentado pelo Conselho de Administração do **Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.**, relativamente ao ano findo em 31 de Dezembro de 2016.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do ano findo em 31 de Dezembro de 2016, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adoptadas pela Sociedade e as divulgações incluídas no Anexo conduzem a uma correcta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras, apresentadas que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente anexo. Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas, **sem ênfases e sem reservas**, decorrente do exame realizado.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que: As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;

As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações efectuadas são adequadas; e O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.



Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao ano findo em 31 de Dezembro de 2016;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 8 de Maio de 2017

O FISCAL ÚNICO

KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Hugo Jorge Gonçalves Cláudio (ROC n.º 1597)